

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MARCUS ROBERTO SANTOS

**VIOLÊNCIA, JUVENTUDE E MÍDIA:** análise de um programa televisivo policial  
por jovens do bairro de Bebedouro, Maceió - Alagoas.

Maceió, 2013.

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade**

S237v Santos, Marcus Roberto.

Violência, juventude e mídia: análise de um programa televisivo policial por jovens do bairro de Bebedouro, Maceió - Alagoas / Marcus Roberto Santos. – 2013.

111 f.

Orientador: Breitner Luiz Tavares.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 109-111.

1. Violência e juventude. 2. Violência na comunicação de massa. 3. Comunicação de massa e juventude. I. Título.

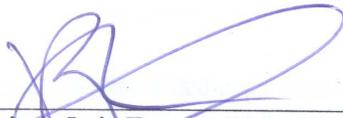
CDU: 316.774

Marcus Roberto Santos

**VIOLÊNCIA, JUVENTUDE E MÍDIA:** um estudo de recepção de um programa televisivo policial por jovens do bairro de Bebedouro, Maceió- Alagoas.

Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Mestrado em Sociologia – Poder, Conflito e Ação Coletiva.

Data da aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Prof. Dr. Breitner Luiz Tavares (ICS- UFAL)



Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (ICHCA- UFAL)



Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt (ICS- UFAL)

Este trabalho é dedicado àqueles que mesmo com as incertezas da nossa realidade mantêm acesa a chama da busca por um futuro melhor.

Agradecer muitas vezes se torna uma injustiça, pois sempre nos esquecemos de alguém. Espero que aqueles que nos momentos de caminhada deste trabalho estiveram comigo, em muitos ou em poucos momentos, sintam minha gratidão pelo apoio, confiança e amizade. No entanto estes, em particular, estiveram constantemente comigo.

Agradeço, em primeiro lugar aos meus pais, Antônio Aluizio Santos e Dulcinéa Santos e Santos, por me propiciar, sempre com muito amor todas as oportunidades que tive na vida.

Agradeço à minha esposa Adriana Ricardo Sobral Santos, por estar em todos os momentos ao meu lado, me apoiando e incentivando, mesmo nos momentos em que eu mesmo não acreditava ser possível prosseguir.

Ao meu irmão, Marlus Rogério Santos, por sempre se dispor a dar-me suporte sempre que necessário.

À minha filha do coração Vitória Ricardo da Rocha, por sempre, do seu jeito encantador, me incentivar a continuar a ir em frente.

Ao meu orientador Professor Dr. Breitner Luiz Tavares que sempre se mostrou disposto e comprometido a me auxiliar em todas as minhas dúvidas, não importando a distância.

A todos meu muito obrigado.

Esta dissertação trata-se da análise da recepção dos jovens moradores do bairro de Bebedouro em Maceió, Alagoas acerca dos programas de caráter policial. Para isso recorreu-se a uma abordagem metodológica qualitativa em que os jovens estudantes de Maceió- Al participaram de entrevistas individuais e em grupo. Como referencial teórico, partiu-se da análise da violência e sua relação com a formação da sociedade, a partir da Sociogênese de Norbert Elias, especialmente acerca de como a constituição da modernidade auxiliou na formulação de leis de caráter simbólico, que por sua vez geraram uma economia emocional que repudia a violência, a qual gera a insegurança e o medo do futuro que influencia os jovens, sobretudo os de camadas populares como os de Bebedouro que, apesar de se sentirem inseguros com a violência transmitida como carro chefe da mídia, celebram os programas de caráter policial e, por sua vez a aparição de conhecidos seus nos programas desta natureza, por acreditarem que estes são formas mais diretas de mostrar a realidade.

Palavras chave: Violência, Mídia e Juventude.

This thesis comes from the analysis of the reception of the young residents of the neighborhood Trough in Maceió, Alagoas about the character of police programs. For this we used a qualitative approach in which young students from Maceió- Al participated in individual interviews and group. The theoretical broke the analysis of violence and its relation to the formation of society, from the socio-genesis of Norbert Elias, especially about how the constitution of modernity assisted in the formulation of laws of symbolic character, which in turn generated an emotional economy that rejects violence, which generates insecurity and fear of the future that influences young people, especially those popular layers such as Trough that, despite feeling insecure with violence transmitted as flagship of the media, celebrating the character of police programs and in turn the appearance of his acquaintances in the programs of this nature, because they believe these are more direct ways to show the reality.

Keywords : Violence, Media and Youth.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO I- VIOLÊNCIA, INSEGURANÇA E MEDO</b>	15
1.1. A Violência.	19
1.2. Insegurança.	34
1.3. O Medo.	49
<b>CAPÍTULO II- JUVENTUDE, CONCEITO E IDENTIDADE</b>	54
2.1. Jovens e Juventude.	54
2.2. Jovens e Jovens: diferenças sociais e violência.	57
2.3. Juventude e Medo.	61
2.4. Juventude e Consumo.	64
<b>CAPÍTULO III- A RECEPÇÃO DOS JOVENS DE BEBEDOURO</b>	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	97
<b>REFERÊNCIAS</b>	110

## INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva investigar as formas como os jovens do bairro de Bebedouro, situado na cidade de Maceió, percebem os discursos proferidos pelos meios de comunicação a respeito da violência e como estes jovens apreendem este discurso.

O interesse por este tema nasceu da experiência do autor como professor de História do Ensino Médio e Fundamental na Rede Pública de Ensino do Estado de Alagoas, observando as conversas dos alunos no pátio da escola durante o intervalo. Foi notado que entre vários assuntos um era muito recorrente e este assunto era a violência. Vários comentários sobre este fenômeno eram tecidos, sendo que boa parte deles se baseavam em notícias veiculadas pela mídia, mais especificamente em programas de caráter policial. Percebe-se, a partir de então, que estes programas possuíam alto índice de audiência entre os alunos, sendo sempre motivo de comentários entre eles, sendo utilizado também como exemplo em sala de aula para ilustrar algum comentário referente ao assunto dado.

Outro grande motivo de interesse pelo tema, se não o principal, foi a forma como estes jovens abordavam em suas conversas o aparecimento de algum amigo ou conhecido seu nestes programas. Era possível observar a animação, uma espécie de celebração por parte dos alunos cada vez que uma pessoa de seu círculo de convivência era mostrada em alguma reportagem deste programa, sendo que o mais interessante era que não importava a situação em que esse conhecido, ou “chegado”, como eles chamavam, era mostrado, tanto podia ser fazendo uma denúncia, evidenciando as precárias condições de vida em que vivia, como também preso por cometer algum crime, ou até mesmo como um corpo crivado de balas após confronto com a polícia ou por dívidas contraídas com traficantes, ou seja, qualquer forma de

exposição de seus amigos ou conhecidos era celebrada até mesmo com certo orgulho nas conversas com seus colegas durante os intervalos das aulas.

A partir destas observações é que nasceu o interesse pelo tema. Surgiram questionamentos referentes ao interesse dos jovens por estes programas, visto que não se percebia a mesma simpatia por telejornais de âmbito nacional. Questionamos também o porquê dessa celebração realizada pelos jovens quando da aparição de seus conhecidos em matérias destes programas, além de buscarmos identificar se os jovens percebiam diferenças nos discursos proferidos nestes programas, quando estes se referem a ricos e a pobres. Neste caso, foi perguntado aos jovens se eles percebiam esta diferença de discurso e também se percebiam esta diferença quando os programas policiais eram comparados com telejornais.

Para realizarmos o levantamento acima citado e para responder os questionamentos lançados pela pesquisa, buscamos inicialmente realizar uma atividade de sala de aula, vinculada aos assuntos da disciplina ministrada (História), na qual todos os alunos do Ensino Médio da referida unidade de ensino deveriam elaborar um texto sobre violência, as causas e quais sugestões eles dariam para extingui-la ou diminuí-la. Foram selecionados vinte textos e seus autores formariam o grupo que participaria das entrevistas individuais. É importante ressaltar que os textos selecionados foram de alunos pertencentes ao terceiro ano do Ensino Médio de uma das escolas do bairro de Bebedouro. Todos os jovens entrevistados estavam na faixa etária entre 16 e 19 anos de idade e eram residentes do bairro de Bebedouro e adjacências, logo a realidade do bairro era uma coisa rotineira para estes jovens.

Também realizamos entrevistas com a diretora e com a coordenadora da escola para podermos observar se era percebido também por elas o interesse dos alunos pelos programas. Observamos como elas viam o comportamento destes alunos, se possuíam comportamento violento, além de verificar a opinião delas sobre os programas analisados.

Este trabalho inicia-se, no primeiro capítulo, com uma análise da violência, insegurança e medo. Percebemos qual o significado da palavra violência, qual a sua importância na constituição da subjetividade do indivíduo. Para isso, utilizamos a abordagem sociológica de Norbert Elias que realiza uma análise da constituição dos comportamentos a partir da “estrutura da sociedade” na qual

percebemos como a tolerância à violência na vida em sociedade se transforma dentro do “processo civilizador”. Vemos também como a economia emocional desenvolvida pelo homem dentro do processo de construção da modernidade se altera com a constituição do monopólio estatal da violência que é submetida à burocratização e à impessoalidade do Estado durante a modernidade. Vemos esse monopólio da violência se radicalizar em atos que a princípio parecem irracionais e que se encontram dentro das características racionais da modernidade como o holocausto, abordado por Bauman (1998) em seu texto “Modernidade e Holocausto”.

Ainda no primeiro capítulo, analisamos a questão da insegurança, como ela se constitui na contemporaneidade através do projeto neoliberal aplicado em praticamente todos os países capitalistas do planeta, o que acaba por dismantlar o chamado Estado de bem estar social nestes países, o que acarretou uma espécie de insegurança existencial por parte dos indivíduos que não tinham mais com planejar suas vidas, já que viviam em uma realidade, de certa forma fragmentada, onde o indivíduo precisa estar se reinventando a todo momento para poder sobreviver e onde mais do que nunca o sucesso ou o fracasso são sempre postos exclusivamente em sua própria conta. Esta insegurança que a princípio seria de caráter existencial é transformada pelos meios de comunicação em insegurança física, que por sua vez é transformada em medo (terceiro tópico do primeiro capítulo). Neste tópico, observamos como o medo se torna presente no nosso cotidiano, e que nos isola cada vez mais. Visando manter nossa integridade física, observamos a questão “cultura do medo” (GLASSNER, 2003).

O conceito de “cultura do medo” é utilizado para identificar a maneira como a mídia age e transforma a insegurança existencial em insegurança física, dando ênfase às matérias jornalísticas sobre violência e não debatendo suas causas, apenas criminalizando a pobreza, gerando um sentimento de medo. Isso instiga a sociedade desvie sua atenção das decisões políticas de grande importância e passe a perceber somente os seus resultados de maneira essencializada como, por exemplo, o aumento da criminalidade que é visto apenas em sua essência, como que resultando do aumento da pobreza ou a relação quase que direta que se faz entre pobreza e violência não só nos noticiários como também em obras de ficção. No entanto, dentro desta “cultura”, não se observa o porquê deste aumento da pobreza que está ligado ao dismantelamento de políticas sociais e de distribuição de renda, o que resulta em

propostas de solução do problema baseadas principalmente na criminalização da pobreza, sua segregação e encarceramento.

Podemos também observar na outra extremidade do problema, ainda neste tópico relacionado ao medo, o surgimento da chamada “indústria do medo” (CALDEIRA, 2000), processo que faz se desenvolver toda uma série de aparatos tecnológicos com o objetivo de promover a segurança física individual dos cidadãos, além do surgimento do chamado condomínio fechado, forma de moradia desenvolvida para promover a auto segregação daqueles que se consideram ameaçados pela violência do meio urbano que, para a mídia, é provocada por grupos “diferentes” da sociedade “ordeira” e “avessa à violência”, dentre os quais se encontra a juventude que é o tema abordado no segundo capítulo.

A juventude é o tema sobre o qual nos voltamos no segundo capítulo. Tema que iniciamos observando a questão do próprio conceito de juventude que, segundo Àries (1981), é socialmente construído, assim como o conceito de adolescente, que surge durante o período de universalização da educação escolar. O conceito de juventude, no entanto, não possui limites de idade fixos podendo terminar mais cedo ou mais tarde dependendo das oportunidades oferecidas pela vida, resultando no fato em que “jovens de idades iguais vivem juventudes desiguais”. (NOVAES, 2006)

Abordamos também as questões referentes aos jovens enquanto agentes sociais, que é similar a de qualquer indivíduo, já que eles passam pelos mesmos processos de insegurança já citados, o que gera um medo com relação ao futuro, principalmente relacionado à questão do trabalho. Isto se agrava quando estes jovens pertencem às camadas populares, o que serve para a reflexão a respeito do segundo tópico do segundo capítulo onde observamos as diferenciações construídas pela mídia quando se refere aos discursos difundidos a respeito dos jovens de diferentes camadas sociais, como seus atos são abordados, como os meios de comunicação se posicionam, quando um crime é cometido por um jovem de “classe média ou alta” e quando o jovem é da camada popular. Isto resulta em uma classificação do jovem enquanto pertencente a um grupo marginalizado na sociedade e que é posto, quando se situa nas camadas sociais menos favorecidas, como praticantes da violência.

Também abordamos a questão do consumo na juventude, processo no qual percebemos que ao contrário do que fazem os programas jornalísticos e policiais, o jovem é igualado socialmente, fazendo com que os produtos desejados pelos jovens de camadas médias sejam os mesmos desejados pelas camadas populares, resultando na busca de satisfação imediata de seus desejos, bem como na criação de signos de afirmação e de pertencimento a juventude. A partir daí observamos a importância do consumo para os jovens, principalmente de bens de alta tecnologia, que é o que caracteriza o consumo dos jovens atualmente, além de percebermos como a mídia busca criar em toda a sociedade o desejo de se manter eternamente jovem, aumentando o número de matrículas em academias, criando uma verdadeira febre, bem como aumentando o número de cirurgias plásticas, implantes e tratamentos, no que conhecemos como um processo de “juvenilização” da sociedade.

No terceiro capítulo, buscamos fazer uma análise mais aprofundada das entrevistas com os alunos, visando observar seus pontos de vista a respeito dos questionamentos levantados para a realização deste trabalho. Neste capítulo, buscaremos saber o porquê da grande audiência dos programas policiais, se os alunos percebem a diferença de discursos proferidos pela mídia no que se refere à violência praticada por jovens ricos e por jovens das camadas populares. Também buscaremos perceber se eles conseguem acompanhar com facilidade o processo de resolução dos casos mostrados pelos programas policiais, que na maioria se referem a jovens pobres, da mesma forma que conseguem acompanhar os casos referentes aos jovens de classe média e alta, que na sua maioria é mostrado nos telejornais de âmbito nacional.

Estas são as características que buscaremos desenvolver neste trabalho, percebendo as relações sociais dos jovens das camadas populares, bem como a forma como são formadas suas opiniões a respeito dos jovens que temos hoje e como eles enxergam a violência e a criminalidade que os rodeiam.

## **CAPÍTULO I – VIOLÊNCIA, INSEGURANÇA E MEDO.**

Atualmente, crescem cada vez mais as observações e análises que têm como objeto a violência, este fato está dia após dia dominando discussões de todo o tipo, seja acadêmica, jornalística, ou qualquer outro tipo de discussão, como por exemplo, uma conversa informal. Em casa, na rua, no trabalho, nas escolas a violência é um tema sempre presente, uma preocupação de todos, que a cada momento buscam se envolver de cuidados para evitá-la. Evitá-la porque, além de ser um assunto de discussão geral na sociedade atual, é também, e este é o principal motivo de ser um tema amplamente debatido, um fato presente na vida de praticamente todos os indivíduos.

Em conformidade com o que foi descrito acima é que se percebe uma mudança no comportamento cotidiano dos indivíduos, os cuidados ao sair de casa, principalmente nas grandes cidades e capitais do país; a preocupação com horários, com a maneira como devemos nos comportar em um automóvel, em um sinal fechado de trânsito, no ônibus; o fato de praticamente todos atualmente saberem que mesmo no caso de serem abordados por um assaltante, devem não reagir e entregar todos os pertences. Esse comportamento é corriqueiro, praticamente internalizado em nossas mentes, justamente pelo fato de nos situarmos em uma sociedade em que a violência é algo extremamente presente.

Presente e divulgado, como dissemos antes, a violência é amplamente abordada em todos os locais, por todos os segmentos sociais e também através da imprensa televisiva, na qual ela é quase, se não for o principal, o carro chefe de todos os noticiários, além de ser também muito difundida na ficção. Isto porque se acredita que a violência é produto que vende muito, ou seja, o interesse das pessoas por ela é grande. Por isso as emissoras transmitem-na cada vez mais, como afirma Szpacenkopf (2003), no seu trabalho “O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal”.

O excesso de violência na mídia deve-se ao fato não só de ela já fazer parte de um de seus agendamentos, mas porque constitui um dos temas que mais interessam ao espectador. Assim, dizer e reafirmar que a violência está banalizada corresponde a uma visão parcial, simplesmente porque, enquanto seduzir e vender, ela será convidada a se superar cada vez mais, o excesso e a ultrapassagem de limites passam a ser a solução para despertar a atenção do público, evitando a possível banalização. (2003, p.253)

Szpacenkopf (2003) parte do princípio de que a banalização nos moldes que afirma Hanna Arendt geraria um “desinteresse” do espectador pelo fato, pela violência. Logo, as discussões a respeito, a importância dada e a busca ávida pelo consumo da violência não seriam tão grandes como são hoje em dia. Para que o interesse continue a existir, é necessário que haja uma sedução, que ainda de acordo com Szpacenkopf “... implica o poder de aspirar o olhar do indivíduo para um espetáculo do qual ele se tornará prisioneiro e passa a ter seu olhar perdido.” (2003, p.149) Logo percebe-se que a violência, como produto, não é sempre mostrada da mesma forma e sim transmitida como uma escalada ou como diz a autora realizando uma “ultrapassagem de limites”, que geram por sua vez o interesse pela violência.

Se Szpacenkopf (2003) fala a respeito da violência transmitida por telejornais, onde ela se utilizou como objeto de observação do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão e do Telejornal Brasil da Emissora SBT, que são telejornais de âmbito nacional, cabe aqui fazermos o questionamento a respeito dos programas de caráter estritamente policial, que são em sua maioria regionais, o que não quer dizer que não existam em rede nacional, mas que a princípio manteremos nosso foco nestes de caráter regional, como eles agem e quais seriam seus efeitos na população.

Um dos motivos para o desenvolvimento desta pesquisa é o interesse que esses programas geram, principalmente na juventude, justamente o grupo etário que mais sofre como vítima da violência. Como mostram os dados do “Mapa da violência no Brasil”. Documento organizado por Julio Jacobo Waiselfisz e pelo Ministério da Justiça.

**TABELA I- NÚMERO DE HOMICÍDIOS POR IDADE SIMPLES E FAIXAS ETÁRIAS,  
BRASIL, 2008.**

IDADE FAIXA ETÁRIA	HOMICÍDIOS	
	NÚMERO	TAXA
0 A 4	164	1,0
5 A 9	111	0,7
10 A 14	605	3,7
10 ANOS	35	1,1
11 ANOS	44	1,3
12 ANOS	70	2,1
13 ANOS	136	4,1
14 ANOS	330	10,0
15 A 19 ANOS	7.543	44,5
15 ANOS	705	21,2
16 ANOS	1.202	35,9
17 ANOS	1.586	46,9
18 ANOS	1.891	55,2
19 ANOS	2,159	62,5
20 A 24 ANOS	11.053	62,5
20 ANOS	2.304	66,1
21 ANOS	2.207	62,8
22 ANOS	2.212	62,5
23 ANOS	2.200	61,7
24 ANOS	2.130	59,2
25 A 29 ANOS	9.146	52,6
30 A 34 ANOS	6.241	41,1
35 A 39 ANOS	4.382	32,9

40 A 44 ANOS	3.266	26,0
45 A 49 ANOS	2.299	20,3
50 A 59 ANOS	2.684	15,8
60 A 69 ANOS	1.102	10,7
70 E MAIS ANOS	662	7,8

Fonte: SIM/SVS/MS

Logo buscaremos entender o processo pelo qual a violência se espalha na sociedade, quais as características que são intrínsecas em nossa sociedade e que a fazem cada vez mais agressiva, quais os meios utilizados pela mídia para mantê-la e até alargar o interesse do público por ela e como este reage ao que lhe é veiculado, qual o retorno produzido por este público a partir das mensagens a respeito da violência que ele recebe praticamente todos os dias.

A violência, enquanto fenômeno, possui algumas explicações e análises. Para que possamos entender este aspecto do problema, é necessário que façamos uma observação a respeito da própria violência, e que possamos compreender se ela é um aspecto natural ou se é um produto do meio social onde nos inserimos; além de buscarmos também entender e analisar a questão do “mal”, sem fazer uma oposição maniqueísta de confronto entre o bem e o mal, mesmo compreendendo que sob muitos aspectos, várias vezes esta é a forma como nos são passadas as imagens e notícias sobre violência, fazendo uma divisão de caráter bipolar sobre os praticantes de violência (os maus, ou o mal), contra uma sociedade que é vitimizada, mas que é avessa à violência e ordeira (os bons, ou o bem).

Esta concepção além de dificultar a compreensão a respeito dos motivos e das causas da violência, contribui também para uma maior segregação social, que acaba culminando na criminalização da pobreza, visto que, de acordo com estas concepções a violência e o crime violento são práticas exercidas por grupos de excluídos como moradores de rua, favelados, sem terra, sem teto entre outros e a construção deste discurso acaba resultando na crença de que a solução seria a repressão a eles como maneira de resolver o problema em curto prazo. Por conta disto, destas posições, com as quais uma boa parcela da sociedade concorda é que buscaremos fazer uma análise sobre a violência que nos permita compreender além de suas características que são mais difundidas, fazendo um paralelo com o discurso

sedutor que é transmitido pela mídia ao seu respeito, como a juventude percebe esse discurso. Analisando principalmente nos bairros populares, onde muitas vezes estes jovens são percebidos como pertencentes aos grupos promotores da violência.

## 1.1. A VIOLÊNCIA

Como já foi explicitado anteriormente, a violência, hoje, perpassa por vários setores da sociedade, é discutida em várias esferas e de certa forma se encontra ligada ao comportamento do indivíduo. Segundo Souza (2005), a categoria “violência” possui uma polissemia na qual se enquadram vários agentes, sendo que alguns desses atos se encontram presentes na própria constituição do psiquismo, ou seja, a agressividade, o que não pode nos levar, de certa maneira, a uma naturalização da violência, ou de certa forma a uma aceitação destes atos.

Entre uma das áreas que estudam a violência esta a psicanálise, e ela afirma que a agressividade se encontra potencialmente em todos os seres humanos, o que significa dizer que ela faz parte da história humana, ou como se observa em Freud [1930(2010)], ela está na fundação da civilização, ou seja, a vida em sociedade só se fez possível a partir do ato de agressão, que seria o assassinato do pai primordial pelos filhos, que simboliza o nascimento do sentimento de culpa.

constitui o resultado da ambivalência primordial de sentimentos para com o pai. Seus filhos o odiavam, mas também o amavam. Depois que o ódio foi satisfeito pelo ato de agressão, o amor veio para o primeiro plano, no remorso dos filhos pelo ato. Criou o superego pela identificação com o pai; deu a esse agente o poder paterno, como uma punição pelo ato de agressão que haviam cometido contra aquele, e criou as restrições destinadas a impedir a repetição do ato. (FREUD, [1930] 2010, p. 58)

Então o que se percebe de acordo com o que Freud [1930 (2010)] afirma é que a civilização surge a partir de um ato de agressão, ou seja, o assassinato do pai primordial, que vai originar na construção simbólica do superego, ou da autoridade que impediria a repetição desses atos. Logo, é o sentimento de culpa que é gerado por um ato de violência, que para Freud [1930(2010)] permite o surgimento da civilização. Retirando este sentimento de culpa, pelas construções do superego a civilização se vê ameaçada, pois como a agressividade está latente em todos nós, sem uma barreira para

a sua concretização estaríamos todos potencialmente aptos a destruí-la, ou como continua observando Freud.

Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando as forças mentais contrárias que normalmente a inibem [a agressividade] se encontram fora de ação, ela também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho. (FREUD, [1930(2010)], p. 42)

Esta visão acima mostrada caracteriza a abordagem psicanalítica a respeito da questão da agressividade e da violência. Dentro da sociologia também temos abordagens a respeito desta temática sendo aqui utilizada a abordagem de Elias (1994) e sua análise do processo civilizador, Além de Anthony Giddens e seu trabalho Estado Nação e violência (2001), por se tratar de uma teoria que busca relacionar a questão da constituição da sociedade com a construção da personalidade individual.

Anthony Giddens (2001) faz uma caracterização do processo que levou a pacificação interna através do Estado nação. Iniciando seu pensamento a partir do século XVI, quando do temor que os círculos dominantes possuíam de “distúrbios populares”. Distúrbios estes que segundo o autor se iniciam pela nova relação entre Estado e população que acabará resultando em duas diferentes tendências, no que se refere a esta relação acima citada.

A primeira está ligada ao grande número de camponeses despossuídos e de trabalhadores semi empregados que eram apenas parcialmente absorvidos na nova ordem de caráter capitalista, deixando estes trabalhadores em uma situação crítica o que poderia resultar justamente em revoltas populares por melhoria nas condições de vida. A outra tendência foi a “segregação”, que segundo Giddens, (2001, p. 203) tratou do “estabelecimento de organizações mediadoras em locais específicos que separavam certas categorias de indivíduos do resto da população”.

Logo a privação da liberdade vai passar a ser o meio punitivo característico do estado nação, significando, com isso, um novo complexo de relações coercitivas diferentes do que existia anteriormente. Além disso, cria-se também uma necessidade pela “lei e ordem” que segundo o autor está intrínseco a expansão do alcance administrativo do estado, penetrando nas atividades diárias –

a aquisição de um monopólio efetivo da violência nas mãos das autoridades do estado. A manutenção da ordem também viria através do chamado poder disciplinatório que envolveria a vigilância relacionada com a supervisão direta, este poder disciplinatório não estaria relacionado apenas a prisões, mas levaria em conta a cidadania de cada indivíduo.

Nesse sentido, prisões e asilos dividem algumas das características generalizadoras das organizações modernas, incluindo o local de trabalho capitalista, além de uma variedade de outras organizações. Todas incluem a concentração de atividades por um período do dia, ou por um período na vida de indivíduos, em locais especialmente construídos para isso. Devemos considerar o poder disciplinatório, a partir do uso administrativo em geral. É este último que provém de procedimentos disciplinares, a partir do uso regularizado da supervisão, com o objetivo tanto de inculcar quanto de tentar manter certas peculiaridades no comportamento daqueles sujeitos a eles. [Logo vamos ver que] o poder disciplinatório é construído em torno de horário, exatamente como nos outros aspectos espacialmente mais difuso das organizações modernas. (GIDDENS, 2001. p. 205)

A partir disso podemos avaliar que o autor coloca o surgimento de dois aspectos fundamentais de associação do poder disciplinatório com o estado moderno. A primeira seria a expansão das formas de poder possibilitadas pelo estabelecimento de locais “nos quais a observação regularizada das atividades pode ser realizada no sentido de buscar o seu controle” (GIDDENS, 2001. p. 207). O outro aspecto se refere basicamente às sanções relacionadas à questão do “desvio” da lei e da ordem, que por sua vez estaria mais relacionado ao desenvolvimento da vigilância.

Estas características ligam a questão da pacificação interna a fenômenos relativos à diminuição progressiva do uso da violência, visto que, como nos explicita o autor, em períodos pós medievais, a pena capital era aplicada a uma série de transgressões que poderiam não ser tão importantes. Muitas vezes a morte de uma pessoa poderia ser recompensada pelo pagamento de uma multa e muito frequentemente a pena capital era sancionada mais pela população local do que pelo estado.

Logo vemos que este processo de apropriação das sanções e de desenvolvimento do poder regulatório demonstrará, na verdade, a maximização ou generalização do poder administrativo do estado por toda a sociedade no período moderno, já que no período pré moderno, mesmo os maiores impérios muitas vezes não tinham o alcance para conseguir influenciar a vida diária de todos

aqueles que fossem seus súditos, a não ser é claro pelo pagamento de tributos e pelas ações militares. Isso também é considerado por Giddens (2001) quando fala do processo de pacificação interna característico da modernidade.

Giddens (2001) irá afirmar que outra das características marcantes do processo de pacificação interna decorrente do decorrente do estado moderno é o afastamento sistemático das organizações militares de assuntos internos do estado. De acordo com o autor isto não significaria dizer que existe um caráter essencialmente pacífico no capitalismo industrial, ou seja, que houve um declínio da guerra, mas sim que as organizações militares, durante o advento do estado nação passam a apontar seu poder “para fora”. Se antes as organizações militares estavam diretamente envolvidas nas questões internas do estado, com a consolidação do estado nação, estas organizações apontam seu poder de ação para outros estados. Já que “a reivindicação do controle efetivo dos meios de violência é por tanto fundamental para o poder do estado” (GIDDENS, 2001. p. 212).

Podemos a partir disso observar que, para Giddens, o processo de pacificação interna se dá a partir da consolidação do estado nação e o aumento do seu poder administrativo, que ocorre a partir da generalização de sua ação por toda a sociedade. Isto se dá através do receio que os grupos dominantes têm de revoltas populares que podem ocorrer a partir das condições em que o capitalismo industrial deixa uma grande parcela da população, que passa a se amontoar nos centros urbanos. O que leva a um processo de enquadramento social que possui duas tendências. A primeira, caracterizada por um procedimento disciplinatório que estaria generalizado por todas as atividades diárias do indivíduo, representada pela própria questão do horário, o que se torna possível a partir da supervisão e da vigilância. Isso acaba desenvolvendo uma disciplina no indivíduo.

Já a segunda tendência estaria relacionada à mudança nas sanções coercitivas, significando uma maior utilização da privação de liberdade. Este processo caracterizaria, então, uma ampliação do poder administrativo do estado sobre a população, o que não ocorria nas sociedades ou nos estados pré modernos que teriam como uma de suas características a participação extremamente importante das organizações militares nos seus assuntos internos, o que se transforma, com o advento do estado nação moderno, quando as organizações

militares passam a ter uma ação voltada para outros estados. Desta maneira, Giddens (2001) vê a ação do estado nação como fundamental para o processo de pacificação interna.

Já para Norbert Elias (1994), uma das características importantes de sua construção sociológica é o fato de que “o conflito entre indivíduos e grupos, seja por recursos materiais ou simbólicos, é uma constante nos coletivos humanos.” (WERMELINGER, 2009, p.222). Logo o conflito, a competição e por consequência a agressividade são comportamentos que agem juntos na estruturação do indivíduo. Queremos dizer com isso que de acordo com Elias (1994) os comportamentos são resultados dos processos históricos e sociológicos.

Não existe, para Elias (1994), comportamento humano totalmente natural. Como já foi explicitado anteriormente estes comportamentos são resultados de processos históricos e naturais que irão agir em conjunto.

Deste modo Elias contraria a ideia de que há uma natureza humana a ser ‘domada’ pela cultura. Trata-se, por outro lado do entrelaçamento entre processos naturais (ou biológicos) e processos históricos e, no caso da violência, a proposta é compreender a remodelação das pulsões agressivas e a conformação social de padrões de comportamento, mais ou menos específicos. (WERMELINGER, 2009)

De acordo com o exposto acima, é que Elias (1994) desenvolve seu trabalho analisando a questão do processo civilizador relacionando o desenvolvimento social e político do Estado com a “evolução” de uma economia emocional que vai do próprio uso da violência até a questão do sentimento de repulsa.

Com esta análise Elias (1997) contraria a ideia de um impulso agressivo de caráter natural do homem, já que para o autor, o conflito, que existe em todas as sociedades, não necessariamente é resolvido sempre pela violência. Logo, como nos atenta Wermelinger “... a postura agressiva é ela mesma produto do aprendizado social, e não uma tendência inata” (2009, p.223). O que podemos depreender desta colocação é que o conflito, de acordo com Elias (1997) não é criado pela agressividade, mas o que ocorre é justamente o oposto a agressividade é que é deflagrada pelo conflito.

Notamos a partir de então que o comportamento humano é fruto da vida em sociedade e que esta “pulsão agressiva” que Elias (1997) até admite existir não é necessariamente expressa em forma de violência, assim o processo civilizador atua como um refreador dessas pulsões violentas, o que não implica que ele as extingue por completo. Isso se traduz na construção de “economia psíquica” que repulse a violência. Como o autor especifica.

A pacificação das pessoas como indivíduos, o fato de que, em conflitos, só muito raramente cogitamos atacar um adversário e começar uma briga, por muito zangado que estejamos, depõe a favor de uma profundamente arraigada transformação civilizadora da estrutura inteira da personalidade (...) Que o tabu contra atos violentos esteja tão profundamente inculcado nos jovens das sociedades-Estados mais desenvolvidas tem muito a ver com a crescente eficácia do monopólio Estatal da força. Com o decorrer do tempo, as estruturas da personalidade dos indivíduos acabem ficando orientados para isso. Eles desenvolveram uma certa repugnância, em relação ao uso da violência física. (ELIAS, 1997. P. 163)

De acordo, então, com o ponto de vista do autor, o processo civilizador não resultaria numa supressão ou controle dos impulsos agressivos naturais do homem, mas sim está relacionado a uma série de fatores que entrelaçados resultam em comportamentos que estão de acordo com a sociedade em que se está inserido.

A partir de que Elias constrói esta perspectiva? Quais as realidades por ele observadas que o permitiu perceber estes movimentos? Elias (1994) faz uma análise do processo de formação do Estado e com este o processo de diferenciação social que acabam por estruturar um modelo de comportamento. O autor parte da análise de manuais de etiqueta que nos permite perceber a mudança nos costumes e gostos e dentro disto estabelecendo a correlação entre processo de individuação e a formação dos Estados Nacionais. Neste plano, Elias (1994) tem como objetivo perceber e analisar a relação entre mudança a longo prazo e transformações nas estruturas de personalidade e um dos principais fatores observados pelo autor está no que se refere a violência. Nisto o processo civilizador serve de característica fundamental para a percepção das mudanças de personalidade pois,

No que concerne ao processo civilizador, a tendência geral é de abrandamento das pulsões e, se formos analisar o que pode ser chamado de ‘pulsão agressiva’, é preciso ter em conta que ela não se modifica isoladamente, mas indica um aspecto da mudança global da economia psíquica. (WERMELINGER, 2009. p.223)

Decorre daí, então, que estas transformações a longo prazo estão ligadas a processos sócio históricos que, relacionados às necessidades individuais, promovem novas formas de comportamento.

Com relação às sociedades pacificadas, o que ocorreu foi a consolidação do monopólio dos meios de violência. Isto Elias (1997) demonstra fazendo uma série de comparações entre a realidade ocidental moderna e medieval, demonstrando como o desenvolvimento do Estado Moderno acabou moldando a personalidade do indivíduo.

Esta descrição ajuda-nos a ver com mais clareza algo que até agora, só foi dito em termos gerais, isto é , a conexão entre estrutura social e estrutura da personalidade. Nessa sociedade [medieval] não havia poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlar. Mas se nesta região ou naquela o poder de uma autoridade central crescia, se em uma área maior ou menor as pessoas eram forçadas a viver em paz entre si, a modelação das emoções e os padrões da economia dos instintos lentamente mudavam. [...] Uma vez tivesse o monopólio da força física passado a autoridades centrais, nem todos os homens fortes podiam se dar ao prazer do ataque físico. Isto passava nesse instante a ser reservado àqueles poucos legitimados pela autoridade central. (ELIAS, 1994. 199).

O que podemos perceber deste processo é que ocorre um verdadeiro controle de conduta gerado pela consolidação do monopólio da violência. Nem todos podem fazer uso da agressão física da forma que bem achar melhor, apenas alguns agentes têm o poder legítimo de usar a força e disto decorre um verdadeiro controle das emoções. Controle esse que junto com a individuação, a racionalização da conduta e a interiorização das normas constituem elementos de uma nova estrutura social. Estrutura social esta que nem por isto suprimiu por completo a violência. Elias (1994) não afirma que o processo civilizador foi concluído e nem que está livre de ameaças, para o autor a civilização da forma como hoje existe indica apenas uma determinada estrutura nas relações sociais, na qual a violência está, de certa maneira reorganizada.

Logo se percebe, como diz Wermelinger, que “O ‘problema da violência’ nas sociedades contemporâneas não é, portanto, o uso da violência, mas seu uso não autorizado – a transgressão do monopólio do uso legítimo da força.” (2009: 227).

Vemos que na análise de Elias (1997) pode-se observar como se dá a emergência desta violência que ele chama de extra- estatal, alguns fatores como a presença de motivações políticas e existenciais, além de uma interiorização das proibições sociais, problemática que em muitas sociedades se dá pelo fraco monopólio dos meios legítimos de violência como podemos observar em Wermelinger:

Das análises de Elias é possível retirar pelo menos quatro elementos facilitadores de transgressão dos monopólios do uso da força nas sociedades modernas: 1) o monopólio fraco dos meios de violência, pois a pacificação é algo que demanda vigilância constante e um suporte amplo através das forças armadas e das polícias; 2) grupos insatisfeitos, cuja possibilidade de realização pessoal é sentida como vedada, tornando problemática sua capacidade de atribuir sentido à existência; 3) estruturas individuais de auto coerção relativamente frágeis e dependentes de forças externas ou comandos autoritários; 4) circunstâncias específicas como crises econômicas, políticas ou ambas, ameaças externas ou internas, enfim eventos que agravam as tensões entre os grupos divergentes e que, dadas as condições anteriores, contribuem para a explosão da violência no contexto intra-estatal. (2009:231)

Para Elias (1997) estes fatores agem de maneira articulada que dando ênfase ao caráter histórico supera a percepção da violência como uma anormalidade na sociedade.

Podemos observar a partir disto que, trazendo para a realidade brasileira, o nosso processo histórico e nossa formação social, de caráter extremamente autoritário, por sua vez, permitiram o desenvolvimento de um grande número de indivíduos sem possibilidades de serem atendidas suas demandas. E em contrapartida surgiu uma elite que possuía plenos direitos e acesso aos bens, mesmo públicos, dos quais se beneficiavam. Este processo deu origem a fatos como a conhecida expressão “sabe com quem está falando?”.

Expressões como a supracitada da Matta (1997) trabalhou em seu estudo “Carnavais, malandros e heróis” explicitando as características da expressão como a tentativa de hierarquização social, como afirma da Matta:

...baseada na intimidade ou em outras palavras, os casos de aplicação do ‘sabe com quem está quem falando?’ revelam uma estrutura social em que as classes sociais também se comunicam por meio de um sistema de relações entrecortadas (GLICKMAN, 1965) que provavelmente, termina por inibir parcialmente os conflitos e o sistema de diferenciação social e político fundado na dimensão econômica do sistema. (1997, p. 192)

Logo, no Brasil, mais do que a diferenciação econômica, ocorre também uma espécie de diferenciação identitária, visto que, mesmo pessoas pertencentes às mesmas camadas sociais também usam esta expressão para se diferenciar de seus iguais. Esta realidade é chamada por da Matta (1997) de “identificação vertical” quando por exemplo:

...dois empregados que recebem o mesmo salário e estão sujeitos ao mesmo regime de exploração social são diferenciados pelos seus patrões (com base na cor, inteligência, postura moralismo etc.) e, pela mesma lógica se diferenciam entre si [...] assim, é facilitada a tomada de consciência vertical, com o empregado identificando-se em certas ocasiões com o seu patrão, a empregada com a casa onde trabalha, o trabalhador com a empresa que o emprega, e a empresa e os empresários com certos órgãos do Estado, pois no Brasil tudo indica que o Estado é o domínio responsável pela totalização de todo o sistema na sua vertente formal acabada. (1997, 193-194)

Temos então, a partir desta exposição, a possibilidade de perceber que o problema da fraca constituição do monopólio legal do uso da violência no caso brasileiro leva, de certa forma, à constituição de dois grupos nos quais percebemos que as características indesejadas são sempre direcionadas ao outro, àquele que não faz parte do grupo, ao estranho ao que está de fora, ou que não participa dos mesmos valores que “nós”. Resultando então, na dicotomização entre o “nós” e o “eles”, onde o “nós” seria caracterizado como representação de todas as virtudes, de tudo que é correto, justo e bom e o “eles” que se caracterizaria pelo oposto a isso, o errado, o injusto, o mau, o bizarro, o arcaico, o sujo, o perigoso, o que acaba servindo como justificativa para a prática de abusos por parte de grupos hegemônicos como explicita Souza (2005).

---

A diferenciação descrita acima vai além, como podemos perceber, da questão econômica. Essa construção identitária que leva em conta a proximidade, moralidade e até uma ligação afetiva é extremamente hierarquizante e nos remete, de certa maneira, à relação “estabelecidos e outsiders” desenvolvida por Elias (2000), na qual podemos observar uma espécie de diferenciação que ia muito além da questão econômica. A construção das identidades e das proximidades estava relacionada a laços de caráter moral e afetivo, visto que os moradores da aldeia de Winston Parva se diferenciavam a partir da antiguidade.

As afirmações e análises das cenas de violência trazem ainda o risco de se revelarem maniqueístas – o bem e o mal como essências claramente distinguíveis, e funcionarem como justificativas para o exercício abusivo da força sobre o outro – seja ele um sujeito determinado (negro, marginal, favelado, malvestido, louco, velho, homossexual, mulher, criança...) ou uma nação. (SOUZA, 2005, p. 30)

Com isso vemos que a violência acaba sendo tratada como uma prática de grupos que são excluídos e marginalizados.

Por conta desta percepção de violência é que atualmente têm surgido vários discursos a seu respeito. Discursos esses que levam em conta essa essencialização, ou que relacionam a prática da violência a determinados grupos e com isso propõe soluções também nesses moldes, soluções que têm como principal proposta a segregação a separação ou até mesmo a eliminação destes grupos retirando-os do convívio de uma suposta “sociedade sadia”, avessa a violência. Com tais tipos de discursos, percebemos, então, questões como a criminalização da pobreza, a guetização dos excluídos e o surgimento de uma sociedade cada vez mais isolada. Tem-se, então, a configuração de uma sociedade segregada e que de acordo com Birman (2009) possui como um de seus principais produtos o fundamentalismo.

Essa realidade de caráter perverso esconde ainda a prática de violência contra esses grupos, que como já foi dito, foram historicamente excluídos, tiveram seus acessos a dignidade negados, o que os levou a busca de alternativas que são consideradas pelas camadas hegemônicas como criminosas, é o que Souza (2005), aponta como projetos identificatórios.

Que projetos identificatórios nossa sociedade oferece para os jovens desempregados? Para os meninos de rua? Para os sem-teto? Para os que lutam pela terra? Um projeto negativo? Um desígnio de morte? A esperança só existe quando há alguma possibilidade de mudança; quando há garantia do direito de olhar e ser olhado e do direito à palavra. Quando as alternativas de inserção ficam excluídas, a violência da atuação compulsiva ou da apatia (desistência da percepção, impedimento dos pensamentos e da ação) marcam a presença. (SOUZA. 2005, p. 39)

O que vemos então é uma dificuldade na construção da identidade de todos aqueles que são considerados, de uma maneira ou de outra, diferentes. Hoje esses grupos são segregados e vitimados por esta violência que é praticada pelas camadas

hegemônicas, ou seja, por uma elite que detêm o poder político e econômico, o que ao invés de diminuir os atos de violência, aumentam-nos, pois, o resultado desta segregação e precarização da identidade e acaba fazendo com que surjam diferentes estratégias de “inserção social”, sendo uma delas a própria violência contra a sociedade que não reconhece estes grupos. O que temos, então, é a prática generalizada da violência em todas as camadas da sociedade. No entanto, o que nos é transmitido pelo discurso oficial é somente a violência dos grupos excluídos, dos classificados como diferentes, o que dá origem cada vez mais a um movimento de isolamento e segregação como solução para a violência.

Esta visão referente a essa construção simbólica que resulta na segregação, no isolamento e no aumento da violência, está de certa maneira calcada na forma como se constituem os laços sociais atualmente, onde observamos falhas nos processos de interações sociais, a negação do outro e o seu silenciamento, resultando no que pode ser chamado de “cultura da violência”, que segundo Birman (2009) “não apenas produz violência, mas desta se alimenta” e isso resulta em uma “ruptura fundamental das ordens social e simbólica” fazendo com que a violência se torne um fenômeno que de acordo com Ferreira (2005), que

(...) produz efeitos mais visíveis e diretos sobre determinados segmentos sociais, mas perpassa a totalidade do tecido social.” (2005, p.43) Para a autora “...é importante reconhecer que todos os sujeitos sociais estão inseridos nesta cultura de violência como vítimas, mesmo os agressores; porque estes perdem a capacidade de ver e reconhecer o outro como um igual, portador de direitos e garantias constitucionais. (2005, p. 43)

Analisando esta realidade, podemos entender como se dá esse processo de disseminação da violência e do mal em nossas sociedades. Percebemos que a forma como nossa sociedade se configura acaba dificultando a criação e o desenvolvimento de certas construções simbólicas ou a internalização da autoridade que permitam o reconhecimento do outro.

Como explicita Chauí (2006), violência, principalmente no Brasil, assume a forma de duas imagens que seriam analisadas como “como sinônimo de chacina, massacre, guerra civil tácita e indistinção entre crime e polícia – a violência é o que se exprime através dessas imagens, localiza-se nelas.” (CHAUÍ. 2006, p.116) Estas formas de classificação, de acordo com a autora exprimiriam uma maneira de

caracterizar a violência. Diante disto, haveria outra maneira de classificar a violência que ainda de acordo com Chauí (2006), de uma forma ou de outra não seria percebida como forma de violência. Diferente dos termos classificatórios como chacina, massacre e guerra civil tácita, existe outra classificação que para nossa sociedade não se enquadraria como violência, mas sim seria percebida como “instrumentos débeis para contê-la”. Estes instrumentos se caracterizariam por serem classificados como frágeis em nossa sociedade, na qual poderíamos perceber uma,

Crise ética, fraqueza da sociedade civil e debilidade das instituições policiais [estas características] relacionam-se com a violência de outra maneira: indicam impotência no combate a violência, já definida e localizada em outro lugar; ou seja a questão ética, a social e a política não são percebidas como formas de violência, mas como instrumentos débeis para combatê-la. (CHAUÍ. 2006, p. 117).

Esta discussão de Chauí (2006) desemboca na questão da divisão da sociedade em “nós” e “eles”, caracterizando o “nós” como o grupo social ordeiro e avesso à violência, ou seja, pacífica ou pacificada, de acordo com Elias (1997), em outras palavras a sociedade “civilizada” integrada nos ditames da modernidade, obediente aos primados da lei. Este grupo, na sociedade brasileira, caracterizaria uma classe média e/ou alta, branca, moradora de grandes centros urbanos e de preferência dos condomínios fechados intransponíveis. Já os demais grupos, negros, índios, favelados, imigrantes, sem-tetos, sem-terras, meninos de rua entre outros tantos, caracterizariam os grupos promotores da violência. Este posicionamento distintivo e segregacionista, para a autora serviria apenas para ilustrar a maneira como no Brasil evitamos discutir em profundidade a violência.

Violência esta que para Chauí (2006) “é um ato que usa a força para ir contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (estuprar, deflorar, deturpar, torturar, devassar, brutalizar, constranger, coagir)...” essas colocações revelam que para a autora a violência é uma espécie de força que faz com que alguém ou alguma coisa seja obrigada a mudar seu “curso natural”, ou ainda levando-se em consideração a cultura Ocidental que afirma que a humanidade se manifesta justamente na agência do ser humano, ou seja, na capacidade do ser humano de agir de acordo com sua consciência e por isso

(...) a cultura ocidental afirma que os seres humanos são sujeitos. Sujeitos de conhecimento, sujeitos morais e sujeitos políticos que, por pensar e agir em relação ao tempo, segundo suas memórias do passado e suas esperanças do porvir, são sujeitos históricos. (...) Diante dela, diferente dela e mesmo oposta a ela [a subjetividade] encontra-se a coisa ou o objeto, inerte, passivo, silencioso, resistente ou maleável às nossas ideias e às nossas ações, desprovido de consciência e de vontade, despojado de uma relação ativa com o espaço (está no espaço e age às forças espaciais), com o tempo (sofre a ação do tempo mas não age com, pelo ou contra o tempo) .

Se assim é podemos dizer que na cultura ocidental, a violência consiste no ato físico, psíquico, moral ou político pelo qual um sujeito é tratado como coisa ou objeto. A violência é a brutalidade que transgride o humano dos humanos e que, usando a força, viola a subjetividade (pessoal, individual, social) reduzindo-a a condição de coisa. (CHAUI. 2006, pp. 122-123)

É a partir desta colocação que Chauí (2006) inicia a discussão a respeito do mito da não violência. Construiu-se, no Brasil o “mito da não violência”, o qual traz em sua elaboração a ideia de exclusão, já que se afirma que o povo brasileiro não é violento, logo a violência que aqui é praticada não faz parte da nação (por mais que aqui seja produzida e praticada por agentes internos). Isso, como já foi afirmado, cria a ideia da separação entre um “nós” e um “eles”, ou mais precisamente de um “nós” contra um “eles”.

Continuando a discussão, também podemos falar da ideia de distinção entre o essencial e o acidental, que leva a nossa sociedade a crer que somos uma sociedade pacífica, logo a violência é algo passageiro, como um surto ou uma onda. Isso de certa maneira preserva a ideia de que a violência é praticada por outros, sendo um “acidente” na estrutura da sociedade. Outra ideia que auxilia na construção desse mito é a de procedimento jurídico que circunscreve a violência apenas aos crimes contra a propriedade, furto, roubo, latrocínio, não classificando o racismo, a discriminação sexual e a violência nas relações sociais como formas de violência.

Esta situação acaba dando margem a nos surpreendermos quando vemos vítimas de injúrias racistas apelando à justiça na busca por seus direitos, ou ainda que tenhamos tantos e diferentes posicionamentos e pontos de vista com relação à união entre homossexuais. Ao passo que não ficamos surpresos e tampouco ficamos profundamente indignados quando observamos indivíduos se utilizarem de sua posição e proximidade com o poder público para alcançar benefícios particulares, ou em situações mais corriqueiras, conforme aqui já foi mencionado, alguém se utilize da

expressão “sabe com quem está falando?” para se sobrepor a alguém supostamente considerado inferior.

Ainda observamos, além disso, a questão do que Chauí (2006) chama de procedimento sociológico e procedimento histórico, em que percebemos a utilização do conceito de anomia para caracterizar a violência como um descompasso “entre as instituições existentes e uma situação histórica nova” (idem. 2006 p.127). Pois a modernização da sociedade brasileira caracterizada pelo processo de industrialização e urbanização, com um forte apelo dos meios de comunicação de massa, teriam criado setores com características avançadas, urbanas e tecnológicas. De acordo com este ponto de vista, estes setores da sociedade brasileira sofrem com a chegada de indivíduos oriundos de zonas caracterizadas como ainda arcaicas, que não teriam capacidade para se integrar neste ordenamento social avançado, tornando-se, por conseguinte o violento, como exemplifica Chauí,

À imagem do atraso ignorante vem sobrepor-se, tacitamente, outra, mais perversa: a de que “eles” estão fora do lugar, não pertencem ao novo território n o qual se situaram indevidamente, formando um misto de invasão e detrito, um entulho humano que se aglomera pelas ruas e favelas, ameaçando a segurança dos legítimos proprietários do espaço invadido. “Eles” são sujeira, desordem, obstáculo à imagem da sociedade uma , indivisa e progressiva ou moderna. (2006, pp. 128)

Dentro desta situação a autora segue dizendo que

O “progresso” se encarregará de integrar os “bons” e eliminar os “maus”. A obra do “progresso” será realizada pela “ordem”. Os violentos estão localizados e determinados como “inimigos sociais desorganizados” que, por ser criminosos, serão punidos e educados pelas “forças da ordem”. Estas, em último caso, podem exterminá-los para o bem dos demais (idem.).

A partir daí teremos, como poderemos ver, no terceiro capítulo, a questão da abordagem realizada pelos meios de comunicação de massa que reforçam esta visão. A visão do mito da não violência que faz a distinção e apresentando o “eles”, o diferente como alguém desprovido de direitos, que como poderemos observar, não terão direito nem acesso aos procedimentos jurídicos aos quais os membros da “sociedade pacificada” teriam, sendo mais prováveis que sejam exterminados ou ignorados, silenciados.

Silenciamento que é um dos aspectos do chamado *procedimento histórico*, ou seja, a produção histórica é caracterizada pela “história dos vencedores” que leva a uma escrita da história voltada para a perspectiva dos vencedores, dos donos do poder, perspectiva na qual os vencidos são silenciados, seu relato é apagado, sua luta é transformada em revolta violenta e fanática, fazendo-se necessária sua eliminação.

Palmares, Canudos, Balaiada, Praieira, Sabinada, Contestado, Farrapos, Muckers, 1924, 1930, 1932, 1935, 1946, 1964 ou 1968, enfileirados em uma sequência homogênea que lhes rouba todo o sentido histórico, são tomados simultaneamente como manifestações de violência social (sem que se pergunte qual é nem de onde vem) e como marcos de uma história oficial única, cuja periodização lhe permite oferecer-se como consolidação da ordem contra as práticas sociais e políticas, reduzindo a atos de fanatismo e banditismo ou como importação de ideologias estrangeiras. Em outras palavras, a ação dos vencidos é apresentada não como luta contra a violência (isto é, contra a redução de sujeitos a coisas), mas como violência a ser eliminada para que se construa a imagem da não- violência. (idem.).

Sendo assim todas as lutas das populações caracteristicamente oprimidas são classificadas como selvageria ignorante.

Por fim, nesta discussão que observamos em Chauí (2006), a respeito da violência, podemos perceber que esta construção se encarrega de negar a realidade das formas de dominação, confundindo a unidade social com a unidade nacional e classificando qualquer manifestação de existência de divisão social como um ato accidental passível de eliminação, ou seja, transformando as demandas das classes subalternas em caso de polícia.

Essa manifestação tanto de caráter individualista como de ordenamento das relações sociais por parte da sociedade acaba resultando em um silenciamento das camadas populares e daqueles que se colocam em oposição àqueles que se encontram nos patamares mais altos de nossa sociedade, e que apenas se preocupam com o seu lucro, permitindo a prática difundida da corrupção, Isto já ocorria segundo Adorno (2002) nos primórdios da República quando

trabalhadores urbanos pauperizados eram vistos como pertencentes às classes perigosas e passíveis de estreito controle social que incluía detenções ilegais, aplicação de torturas e maus tratos nas delegacias e postos policiais e perseguições arbitrárias (ADORNO, 2002. p. 108)

Vemos então predominar no Brasil o que podemos chamar de criminalização da pobreza. Processo no qual as camadas subalternas da sociedade que não são assistidas em seus direitos básicos, inclusive o direito à vida, são classificadas

como potenciais praticantes da violência, esta visão reforça o discurso da segregação, da guetização e da tolerância zero, que acabavam afirmando que “a violência antes tinha a ver com a falência de políticas retributivas, fundadas na repressão dos crimes e na aplicação rigorosa das leis penais, do que na falência de políticas distributivas” (ADORNO, 2002. p. 109), ou seja, acreditava-se que a violência estava mais relacionada à impunidade, ou à incapacidade de se punir adequadamente as infrações à lei, do que no problema da desigualdade social, ou má distribuição de renda.

Esta realidade dissemina a violência que atinge a todos, o que acaba levando a uma insegurança generalizada e conseqüentemente a uma cultura do medo que segundo Glassner (2003) seria uma espécie de desvio do foco do que é transmitido pelos meios de comunicação de massa, concentrando-se apenas nas questões abordadas. Como quando os telejornais mostram matérias sobre crimes e chacinas nos bairros periféricos, mal atendidos de serviços públicos como saneamento, iluminação, escolas, entre outros, no entanto permanecendo apenas no fato ocorrido sem se preocupar em discutir ou debater maneiras de se melhorar as condições de vida desta população. Ou seja, não questionando as formas e o tipo de políticas públicas aplicadas pelos governos.

## **1.2. INSEGURANÇA**

Como vimos acima, nós vivemos em uma sociedade que cada vez mais consegue desconstruir a imagem do outro, ou seja, na nossa lei simbólica, cada vez mais o outro é visto apenas como um meio para que possamos alcançar nossos objetivos, que gera, por sua vez, uma sociedade individualista de caráter competitivo, porém não podemos dizer que esse processo de individualização da sociedade é recente, este é um processo basicamente inerente ao capitalismo enquanto modelo de socialização, onde supostamente se aplica a meritocracia.

O capitalismo e mais especificamente o liberalismo primam pela competição e pelo mérito, individualizando sucessos e fracassos, transformando-os em questões inerentes única e exclusivamente ao indivíduo, fazendo com que a glória pelo sucesso ou a culpa pelo fracasso na vida seja basicamente do indivíduo que teve competência para triunfar, ou foi incompetente e fracassou.

Neste tópic observaremos a questão da insegurança, tentando verificar até que ponto violência, insegurança e medo se misturam, tentando perceber a relação que existe entre estas três questões e como elas se sobrepõem na sociedade. A violência gera insegurança que por sua vez gera o medo? Ou ao contrário a violência gera o medo que gera a insegurança?

Para que possamos compreender esta situação, precisamos perceber as características sociais e também econômicas em que estamos enredados, precisamos entender como se caracteriza o atual contexto em que estamos inseridos, não só nacional como também internacionalmente; perceber algumas questões globais que acabam sendo refletidas no nosso cotidiano e de certa maneira passam a determinar nosso comportamento ou ainda a maneira como iremos nos inserir na sociedade; de que forma iremos nos inter- relacionar, que tipos de interações realizaremos, quais contatos serão estabelecidos entre nós e o mundo que nos cerca, sendo que esta abordagem se torna de extrema importância a partir do momento em que estamos discutindo a questão da violência.

Inicialmente vimos as características inerentes ao sujeito social, relacionadas ao campo simbólico, às formas como as leis simbólicas se inscrevem no sujeito e que de certa forma o impedem de viver sua vida da maneira que bem lhe aprouver. Porém, para que possamos observar as características sociais, podemos continuar a discussão com Elias (1994) quando fala a respeito do processo civilizador que segundo o autor resulta de um controle das emoções levando a uma transformação dos impulsos e da personalidade, bem como a um controle da violência.

Para Elias (1993), a violência, no que se refere ao processo civilizador, não é mais exercida de forma espontânea, porém monopolizada pelo Estado, instituição que dentro da modernidade passa a ter características impessoais.

Com tal monopolização, a ameaça física do indivíduo lentamente se despersonaliza. Ele não depende mais tão diretamente de afetos momentâneos, gradualmente se submete a regras e leis cada vez mais rigorosas e, finalmente dentro de certos limites e com flutuações, a ameaça física quando as leis são infringidas torna-se menos severa. (ELIAS, 1993 p. 199)

Ou seja, a modernidade trará consigo um processo de burocratização e impessoalização que para Elias (1993) acaba de certa maneira dificultando o uso da

violência pelos indivíduos, porém para autores como Bauman (1998) este processo de burocratização não levou ao fim da violência, mas criou, de certa maneira, uma repulsa aos atos violentos que, no entanto, como já vimos em Elias, não significa o fim da violência, mas a sua reorganização

Em suma, o caráter geral não violento da civilização moderna é uma ilusão. (...) O que de fato aconteceu no curso do processo civilizador foi a reutilização da violência e a redistribuição do acesso a violência. Como tantas outras coisas que fomos treinados a abominar e detestar, a violência foi retirada da vista não da existência. (BAUMAN, 1998. pp.120-121).

Este comentário, feito acima, foi realizado justamente para lançar um questionamento inerente a este tópico relacionado à insegurança e ao medo. Dentro do processo de construção da modernidade ou do processo civilizador temos toda uma economia emocional que acaba dando origem ao que se pode chamar de comportamento civilizado, no entanto para autores como Bauman (2007) e Harvey (2007) já começa a surgir o que se pode chamar de modernidade tardia. Na modernidade tardia as instituições responsáveis pela monopolização da violência começam a não mais atender a esses fins, precarizando ainda mais a própria internalização da autoridade e de valores caracterizados como civilizados. A partir daí perguntamos quais são os resultados para a sociedade desta precarização? Qual a relação entre este processo precário ou ausente de construção de valores e a violência, além disso, tentaremos observar o porquê desta carência, que possui raízes de caráter social e não apenas individuais.

Para iniciar esta análise que busca perceber essa precariedade que ocorre atualmente no que se refere à consolidação dos valores constituídos na modernidade nos indivíduos, precisamos, a princípio, compreender que estamos presenciando nos dias de hoje, um processo de transformação, de caráter global. Uma mudança que para utilizar os termos de Bauman (2007) se caracterizam por uma passagem de uma modernidade “sólida” para uma modernidade “líquida” que será explicado mais adiante, mas que aconteceu de início nos países de capitalismo avançado com várias consequências que iremos observar aqui. No entanto, os países emergentes ou periféricos também não foram poupados, e com certeza esse processo de liquefação nestas sociedades têm suas consequências ainda mais exacerbadas, pelo simples fato

de nelas não existirem consolidadas todas as condições que permitissem uma existência digna nessa chamada “modernidade sólida”.

A compreensão deste processo de transformações que alguns chamam de “crise ou reestruturação da modernidade”, ou até mesmo de pós modernidade passam pela compreensão dos processos de mudança sócio econômica que surgiram dentro do capitalismo. Mas o que seria essa transformação? O que caracterizava a chamada modernidade sólida acima citada e o que caracteriza esta modernidade líquida, expressão construída por Bauman (2007)? E por que ela estaria ligada aos processos de formação subjetiva dos indivíduos? São estes questionamentos que buscaremos trabalhar neste tópico.

Podemos compreender como modernidade, de maneira geral, uma forma de organização sócio-político-econômica caracterizada, basicamente, pelo primado da razão, ou seja, pelo planejamento, pela consolidação de uma estabilidade que visasse permitir este planejamento e pela busca de uma universalização destes paradigmas, ou seja, a modernidade teoricamente se caracterizaria por ser, como afirma Harvey (2007).

A crença no ‘progresso linear’ nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais sob condições padronizadas de conhecimento e de produção (...) particularmente fortes. (HARVEY, 2007, p. 42).

Esse processo de racionalização da sociedade terá sua gênese com o iluminismo durante o século XVIII. A partir daí teremos os primeiros pensadores que se debruçarão sob a questão da racionalidade, da superação dos problemas humanos a partir da utilização da razão, razão esta que seria possível de se utilizar a partir do momento em que ocorresse a universalização da educação.

Então percebemos que o início do pensamento moderno se dará neste momento, em que teremos na Europa também o processo de consolidação do Estado Nacional e os primeiros movimentos em busca de uma impessoalização da administração pública, o que, principalmente nos países europeus irá se consolidar a partir do século XIX, com a segunda revolução industrial. O processo de desenvolvimento da segunda revolução industrial também consolidará estes valores do outro lado do Atlântico, ou seja, nos Estados Unidos, logo teremos como característica

econômica inerente à modernidade, a produção em larga escala de caráter fordista. Esta situação permite o surgimento, mais adiante de um modelo de organização social caracterizado pelo Keynesianismo, ou o chamado estado de bem estar social.

A modernidade também é analisada por Anthony Giddens. Ele faz uma grande reconstrução do conceito de modernidade para o autor, modernidade, em um sentido geral refere-se “a instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto” (GIDDENS, 2002. p. 21). Dentro deste parâmetro Giddens expõe alguns fatores que caracterizariam a modernidade, entre eles podemos observar o industrialismo, que para o autor não se limitaria apenas ao “fenômeno tecnológico”, mas também à propensão ao trabalho disciplinado e o envolvimento de cada um, inclusive os cargos de direção, nos processos produtivos, diferente do que ocorria por exemplo na sociedade feudal, em que os membros da nobreza e senhores feudais não participavam do processo produtivo.

O industrialismo característico da modernidade engloba também aspectos como “o uso de fontes inanimadas para a produção” como a força a vapor, que foi utilizada entre os séculos XVIII e XIX na Grã Bretanha. “A mecanização da produção” que de certa maneira transforma o trabalhador em uma espécie de supervisor. A manufatura, ou uma rotina produtiva que criaria um fluxo de bens produzidos e a aglutinação de conjuntos produtivos em um local unificado. Essas seriam as características do que Giddens chama de industrialismo, que por sua vez seria uma das características da modernidade. A outra seria o capitalismo, ou a sociedade capitalista que para o autor se pauta em um alinhamento do econômico e do político, baseando-se também na propriedade privada e na mercantilização do trabalho a partir do momento em que se torna assalariado. Essa mercantilização viria atrelada à submissão do trabalhador às regras do gerenciamento que por sua vez se tornaria extensiva a toda sociedade.

A vigilância característica discutida por Giddens (2001) seria posta em prática ou reforçada pelo processo de monopolização estatal dos meios de violência. Para o autor este processo se inicia por volta do século XVI, inicialmente pelo temor das elites com relação aos distúrbios populares, que marcou uma nova relação entre estado e população. Relação esta que possuía

(...) duas tendências de desenvolvimento parcialmente independentes, mas crescentemente convergentes [e] pareciam estar envolvidas. Uma era em muitos países, principalmente o resultado da emergência precoce da atividade econômica capitalista, tornando avulso um grande número de camponeses despossuídos, que se tornaram trabalhadores semidesempregados de grandes plantações, ou mantidos em vilas e cidades como uma massa potencialmente crítica, apenas parcialmente absorvida dentro da nova ordem social. A outra foi o estabelecimento de organizações mediadoras em locais específicos que separavam certas categorias de indivíduos do visto da população (GIDDENS, 2001. p. 203)

Essa característica somada a fatores como privações de liberdade e o poder disciplinatório do horário vão reforçar esta questão da supervisão que embora nem todos se relacionam diretamente ao estado acabam sendo um fator de consolidação do monopólio estatal da violência e por consequência de consolidação do próprio estado.

Giddens (1991), irá afirmar que a modernidade possui um dinamismo que se pauta em três aspectos, que seriam a separação do tempo e espaço, o autor afirma que as culturas pré-modernas relacionavam a passagem do tempo, com o lugar, geralmente a uma ocorrência de caráter natural e cada uma destas culturas possuía suas formas de mensuração temporal relacionada com o seu lugar, com fenômenos locais. Giddens (1991), afirma que o relógio será instrumento chave para a separação tempo espaço, pois ele permitirá a universalização da medida de passagem do tempo, ou a “uniformidade da organização social do tempo”. Outra questão é a padronização do tempo que significa a universalização da datação, este processo acaba gerando um “esvaziamento do tempo” que segundo Giddens servirá de pré condição para o esvaziamento do espaço que seria compreendido como a distinção entre espaço e lugar na qual teríamos as relações sociais, que nas sociedades pré modernas eram denominadas pela presença. Durante a modernidade as relações acabam incorporando a não presença, é possível se relacionar com o ausente, o distante e este processo de separação tempo espaço se torna crucial para o dinamismo da modernidade pelo fato de ela ser a condição principal de desencaixe que seria “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991. p. 34) Que funcionam através de fichas simbólicas, que podemos relacionar com o dinheiro e os sistemas peritos que seriam “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991. p. 35)

Podemos perceber, então, que este processo citado acima também resulta em outra característica da modernidade que seria o estado nação. Além do estado nação, teríamos também a reflexividade. Para Giddens a reflexividade seria o uso do conhecimento desenvolvido empiricamente nos vários aspectos da vida. Porém ao contrário do que acontecia nas sociedades pré-modernas, sociedades as quais o “misticismo” e o sobrenatural construía certezas inquestionáveis. Na modernidade vemos que a racionalização e a reflexividade gerando uma incerteza pelo fato de este conhecimento estar sempre sendo revisto.

A modernidade é constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas a equação entre conhecimento e certeza revelam-se erroneamente interpretada. Estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através do conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não é revisado. (GIDDENS, 1991, p. 46).

Logo, para Giddens, a modernidade nos deixaria com alguma sensação de incerteza não fosse os mecanismos de reencaixe e os sistemas abstratos pois

(...) as condições de modernidade, o futuro está sempre aberto, não apenas em termos de contingência comum das coisas, mas em termos reflexividade do conhecimento em relação ao qual as práticas sociais são organizadas. Este caráter contrafactual, orientado para o futuro, da modernidade é amplamente estruturado pela confiança conferida aos sistemas abstratos – que pela sua própria natureza é filtrada pela confiabilidade da perícia estabelecida. (GIDDENS, 1991, p. 87).

E esta confiança é reforçada por outra forma muito importante de segurança que seria a segurança ontológica. Para o autor “a expressão se refere à crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (GIDDENS, 1991, p.95). A segurança ontológica é construída na primeira infância, quando o indivíduo recebe esta dose de confiança da figura protetora primária, que na maioria dos casos é a mãe. Isto permanece, durante a vida adulta, justamente como um instrumento de continuidade das coisas no que Giddens irá afirmar que se liga diretamente à rotina, ou seja, para o autor a segurança ontológica está diretamente relacionada a rotina

A previsibilidade das rotinas (aparentemente) sem importância da vida cotidiana está profundamente envolvida com um sentimento de segurança ontológica. (...) A rotina é psicologicamente relevante, mas num sentido importante ela não é algo a respeito do qual se possa estar relaxado. A continuidade das rotinas da vida diária só é conseguida

através da vigilância constante das fontes envolvidas. (GIDDENS, 1991, p. 101)

Percebe-se com estes apontamentos de Giddens que a confiança e a segurança ontológica dentro da modernidade consolidam-se através de processos sociais iniciados na infância, mas que para se manterem demandam constante estado de alerta e observação. A quebra deste processo pode gerar o que o autor denomina de ansiedade ou pavor existencial. Pavor este que pode ser criado a partir do ceticismo ou posição negativa a respeito das reivindicações da perícia que o sistema incorpora. E estes posicionamentos poderiam ir justamente da própria reflexividade da modernidade, já que esta reflexividade, de uma forma ou de outra acabe gerando uma incerteza pela constante revisão do conhecimento racionalizado, já que o que nas culturas pré- modernas estavam basicamente explicadas sem contestação, pela tradição e pelo misticismo.

Estes seriam também os ambientes de risco da modernidade, como já foi dito, a reflexividade que pode gerar incerteza, a ameaça de violência humana, fruto da industrialização da guerra que é o resultado do desenvolvimento do estado nação com o industrialismo que permitiu o desenvolvimento de artefatos bélicos de longo alcance e de poder destrutivo jamais visto como as armas nucleares que podem exterminar a humanidade num curtíssimo espaço de tempo e a falta de sentido pessoal derivada da reflexividade aplicada ao eu, quando os questionamentos referentes a confiança e a própria necessidade de vigilância na manutenção das rotinas que geram segurança ontológica acabam se contrapondo e gerando o que Giddens chama de ansiedade existencial.

Baseado nisto, o que percebemos é que Giddens, baseia a questão da insegurança em características puramente modernas, embora ele perceba um processo de radicalização da modernidade, pois de qualquer forma não podemos afirmar que o mundo e a sociedade que vivemos atualmente não são iguais aos existentes no século XIX. As próprias características que geram esta incerteza ou esta angústia são fruto da própria modernidade, ou seja, para o autor não podemos afirmar que vivemos numa pós- modernidade já que as bases que identificam a modernidade não foram superadas. Nem mesmo a descontinuidade que muitos afirmam ser característica da pós- modernidade, pode assim ser vista, pois a própria desconstrução da grande narrativa e

do evolucionismo social não significa que tudo seria um caos ou um infinito de histórias, logo para Anthony Giddens toda esta construção social e teórica acima citada faria parte da modernidade, condição que embora nos cause angústia e ansiedade, ainda não foi superada.

Outro pensador que se volta para as questões da contemporaneidade é Zigmunt Bauman, ele afirma que seria esta forma como o Estado moderno se organizou que permitiu o desenvolvimento de uma modernidade “sólida”. Que seria baseada numa sociedade onde alguns padrões de organização social permitiriam que o indivíduo pudesse realizar, ou planejar sua existência com alguma segurança e estabilidade. O indivíduo teria, com o advento do estado de bem estar social, a possibilidade de organizar sua vida de maneira racional, sem muitos sobressaltos ou mudanças inesperadas. Em resumo, o indivíduo não precisaria estar a todo o momento se reinventando.

Dentro desta ótica, então, podemos questionar: de que forma o Estado garantia essa possibilidade ao indivíduo? Através de políticas que permitissem ao cidadão realizar este planejamento, políticas públicas como a própria previdência social que garantia que com determinada idade, após anos de trabalho o indivíduo poderia se aposentar e ter o descanso merecido na velhice. Então por muito tempo esse conceito de modernidade, que Baumam (2007) chama de sólida, irá se caracterizar por esta oferta de determinada segurança existencial que o Estado Nação, caracterizado no estado de bem estar social permitia ao indivíduo.

Este ordenamento social citado acima passa atualmente por mudanças. São alterações que para teóricos como Harvey (2007) significaria a chegada da pós modernidade; para outros, como Giddens (1991), tratar-se-ia de uma alta modernidade. Para Baumam (2007), como já dissemos, seria a modernidade líquida, mas independentemente de todas as classificações e formas como se pensa esse processo, o que todos estão de acordo é que está ocorrendo uma mudança, e que tipo de mudança seria essa? Quais características estariam inseridas neste processo? E que relações ela traria para o indivíduo?

Para que possamos compreender que tipo de transformação seria essa, recorro novamente a Baumam (2007) que faz referência a ela, principalmente no que se refere aos países centrais do capitalismo. Ele elabora no seu trabalho “Tempos

líquidos” cinco mudanças básicas que “(...) criam um ambiente novo e de fato sem precedentes para as atividades da vida individual, levantando uma série de desafios inéditos.” (BAUMAM, 2007, p.7) Essas mudanças seriam a desregulamentação, ou rápida decomposição das “(estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões e comportamento aceitável)” (2007, p. 7), ou seja, para o autor as instituições que de certa maneira regulamentavam a vida dos indivíduos atualmente “não podem mais manter sua forma por muito tempo” logo

elas não podem servir como arcabouços de referencia para as ações humanas, assim como para as estratégias existenciais a longo prazo, em razão de sua expectativa de vida curta (...) mais curta que o necessário para a realização de um ‘projeto de vida’ individual. (BAUMAM. 2007, p. 7)

Em segundo lugar, seria o que ele chama de “divórcio entre poder e política”. Neste tópico o Estado passaria a delegar a um espaço global (...) politicamente descontrolado (...) a capacidade de decidir a direção e o objetivo de uma ação” (2007, p. 8). Esse divórcio, por sua vez faria com que o Estado terceirizasse as ações que antes eram inerentes a ele deixando-as por conta do mercado ou do próprio indivíduo.

Em terceiro lugar, teríamos o fim da solidariedade social promovida pela retração da ação coletiva. Ação coletiva esta que permitia o que Baumam (2007) chama de “segurança social endossada pelo estado” o que resulta na falência da comunidade que ocorre porque:

Os laços inter-humanos, que antes teciam uma rede de segurança digna de um amplo e contínuo investimento de tempo e esforço, e valiam o sacrifício de interesses individuais imediatos (ou que poderia ser visto como sendo do interesse de um indivíduo), se tornaram cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários. A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira-se e promove a divisão e não a unidade. (BAUMAM. 2007, pp 8-9).

Em quarto lugar, teríamos o enfraquecimento das estruturas sociais que de uma forma ou de outra permitiam a aplicação do planejamento de longo prazo, o que alteraria a vida do indivíduo,

numa série de projetos e episódios de curto prazo que são em princípio, infinitos e não combinam com os tipos de sequência aos quais conceitos como ‘desenvolvimento’, ‘maturação’, ‘carreira’ ou ‘progresso’ (todos sugerindo uma ordem de sucessão pré ordenada) poderiam ser significativamente aplicados. (BAUMAM. 2007, p.9)

Ou seja, para Baumam (2007) as relações humanas, assim como as profissionais atualmente são, por conta da ótica do mercado, de curtíssima duração, não permitindo o desenvolvimento de relações de confiança e cooperação, que se desenvolvem apenas com o investimento de tempo e reconhecimento mútuo. Esse novo modelo de relações permitem apenas a exacerbação da competição, o que transformaria todas as pessoas em rivais em potencial.

E em quinto lugar, temos a “necessidade de estar se reinventando a todo momento” , ou seja, a flexibilidade, mais especificamente falando. Se trata da responsabilidade de fazer escolhas importantes a todo momento, escolhas essas que muitas vezes resultam em mudanças radicais na vida do indivíduo, fazendo com que ele deva estar a sempre de “(...) prontidão em mudar repentinamente de táticas e de estilo, abandonar compromissos e lealdades sem arrependimentos – e buscar oportunidades mais de acordo com sua disponibilidade atual do que com as próprias preferências.” (BAUMAM. 2007, p.10).

Então a partir desta explicação a respeito das transformações por que passa a sociedade, principalmente as sociedades do capitalismo avançado, é que podemos perceber o grau de incerteza, insegurança e até mesmo de angústia por que elas passam atualmente. Naturalmente que para além desses elementos também ocorrem mobilizações por parte de movimentos sociais tradicionais e contemporâneos no sentido da superação de desigualdades que produzem a violência (GOHN, 2008).

No entanto, o que percebemos acima é que embora estas sociedades estejam passando por este momento turbulento de transição. Momento de passagem de uma configuração social, na qual se possuía um mínimo de possibilidade de planejamento e de segurança embasada no estado nacional. Que por sua vez era caracterizado no estado de bem estar social e que permitia essa “segurança” ao indivíduo. E rumo para uma realidade que de acordo com o que foi descrito acima, o Estado se desobriga a oferecer essa segurança. E a entrega de vez para o mercado, que pauta suas relações sociais e afetivas em curtíssimo prazo e constrói os laços “inter

humanos” cada vez mais baseados na concorrência e não na colaboração, obrigando o indivíduo a um eterno recomeço. Elas (as sociedades do capitalismo avançado), de certa maneira, tiveram construídos os meios de oferta de segurança e que de uma maneira ou de outra geraram uma espécie de possibilidade maior de enquadramento do indivíduo nesta nova realidade.

Queremos dizer com isso que o período que essas sociedades passaram dentro da “modernidade sólida” lhes permitiu, mesmo em um quadro de mudanças, uma possibilidade maior de enquadramento e até mesmo de existência dentro desta nova realidade. Possibilidades estas que praticamente inexistem em sociedades nas quais o modelo de modernidade não foi totalmente consolidado, ou que atende a uma pequena parcela da população, relegando a maioria a tentar sobreviver de acordo apenas com suas possibilidades.

Estamos falando de sociedades periféricas, emergentes, subdesenvolvidas ou como se achar melhor classificá-las agora. Sociedades como a brasileira, que o desenvolvimento do capitalismo, ou melhor, o processo de inserção numa economia capitalista de caráter global se deu à custa de uma rápida passagem de uma sociedade rural e agrária para uma sociedade urbana industrial. Isto tudo com uma brutal concentração de renda e com processos de exclusão, mesmo dentro de uma economia crescente extremamente flagrante.

Logo, a partir desta realidade é que buscaremos perceber como se estrutura, se é que podemos chamar assim a insegurança no Brasil. De que forma ela se apresenta, quais a suas nuances e que reflexos ela deixa transparecer na sociedade brasileira. E para abordar esta realidade buscaremos auxílio em Birman (2009), no seu trabalho “Cadernos sobre o mal” onde ele abordará “os males do Brasil contemporâneo” e fará uma construção a respeito do que se tornou essa insegurança no que se refere ao Brasil.

Podemos iniciar abordando a questão justamente dessa transição de uma sociedade rural e agrícola para uma sociedade urbana e industrial, que se inicia por volta de meados da década de 50 do século XX. Neste período a política de substituição de importações faz com que tenhamos um surto de industrialização e urbanização. Urbanização esta que se caracteriza pelo crescimento das duas grandes metrópoles nacionais Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo que a primeira era a capital

federal, enquanto a segunda se torna, numa velocidade cada vez maior, a sede do poder econômico e financeiro do país.

Neste ínterim, a busca por integração do território nacional é marcado pela mudança da sede do poder político para o interior do Brasil. Brasília marca esta nova política de integração que vem acompanhada também de uma mudança na matriz dos transportes no país, matriz esta que, com a implantação da indústria automobilística se torna eminentemente rodoviária. Isto permitirá o deslocamento de grandes levas de migrantes que deixam as regiões menos avançadas do país, principalmente o nordeste, em direção às duas grandes metrópoles do sudeste, com isso passamos a observar o inchaço destas cidades, inchaço este que como o próprio nome já faz imaginar se caracterizou pelo aumento da população destes centros urbanos, porém não criou condições de vida dignas para a maioria destes habitantes.

A situação descrita acima passa a ser uma das características mais marcantes da forma como se moldou o pensamento e o comportamento da elite dirigente brasileira. Baseado na apropriação da riqueza sem a distribuição dos direitos básicos necessários para que a maior parcela da população pudesse sobreviver dignamente, pintando um quadro que Birman (2009) apresenta da seguinte forma:

Com efeito, as políticas sociais não conseguiram acompanhar esse ímpeto demográfico sobre as grandes cidades, de forma que foram bastante acentuadas questões já antigas da tradição brasileira, nos registros da alimentação, da educação, da saúde e da habitação. Vale dizer, as condições da saúde pública são péssimas, e a elas se associam ainda, alto índice de analfabetismo e as péssimas condições de habitação das populações pobres. A concentração de renda aumentou de maneira gigantesca desde 1964, com Ditadura militar, mas o mesmo processo se manteve incólume desde meados da década de 1980, com a redemocratização do país. A assunção de políticas neoliberais, desde o Consenso de Washington, na década de 1990, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, tornou essas condições sociais ainda piores, proletarizando amplos setores das classes médias e conduzindo para a total miséria contingentes importantes das classes populares. (BIRMAN. 2009, p.268).

O que se pode aferir desta passagem do texto de Birman (2009) é justamente a ausência histórica da construção de um estado de bem estar social em nossa sociedade. Diferente da realidade observada nos Estados Nacionais construídos no capitalismo avançado, a insegurança permeia a realidade brasileira há muito mais tempo e quase que de maneira estrutural, porém essa insegurança existencial irá se

aprofundar ainda mais com os reflexos das transformações ocorridas na realidade internacional.

Estamos nos referindo a processos como a implantação da Ditadura Militar e mais adiante do projeto neoliberal, que marcam a tentativa de manutenção do Brasil enquanto membro, mesmo que em menor escala, da comunidade econômica internacional, deixam claro que a aceitação do Brasil neste meio se deu, sobretudo, a partir e em meio a uma grande concentração de renda do primeiro processo e depois com a desregulamentação do quase inexistente estado social que se constituiu no Brasil.

Percebemos então que na nossa realidade, se pudermos observar com cuidado, veremos que não tivemos a consolidação de um estado social, porém já fomos englobados no processo de dismantelamento deste, o que resultou em um aumento extraordinário da miséria e da desigualdade social.

Essa miséria e desigualdade social, a que nos referimos no parágrafo anterior, atualmente sofrem outro processo que também ocorre nos chamados países avançados, e qual seria esse processo? Justamente o que chamamos de criminalização da pobreza, as demandas referentes às camadas sociais subalternas passam a ser rejeitadas e as suas necessidades são ainda somadas à ideia de ligação com o crime.

A criminalização da miséria não é um aspecto particular da cultura brasileira, ela perpassa pelas sociedades de praticamente todos os países resultando em um processo de segregação social e aprofundamento da exclusão. Nos países avançados temos exemplo desta prática em projetos como o “Tolerância zero” que segundo Wacquant (2008) seriam produtos norte americanos de Lei e ordem, desenvolvidos para atacar o Estado de bem estar social que está sendo “comprado” pela Europa e mais recentemente pela América Latina.

Duas décadas depois que os ‘Chicago boys’ [economistas neoliberais da Escola de Chicago] reconfiguraram as economias do continente, os ‘New York Boys’ de Wilson Bratton, Rudolph Giuliani e do Manhattan Institute espalham seu catecismo de ‘lei e ordem’ por lá [América Latina] com conseqüências devastadoras em razão dos altos índices de pobreza da situação incipiente dos programas de bem-estar social e do comportamento corrupto e violento do crime e das burocracias judiciais. Nas sociedades que vivenciaram experiências autoritárias recentemente, como as do Brasil e da Argentina, a aplicação das penalidades neoliberais significa, na verdade, o

estabelecimento da ditadura sobre os pobres. (WACQUANT. 2008, p. 100).

Assim, passamos a observar que o indivíduo que já se encontrava excluído agora passa a ser diretamente relacionado ao crime e à violência e esta situação está intrinsecamente relacionada, como podemos ver a partir da citação de Wacquant (2008), às mudanças ocorridas ultimamente.

Então o que percebemos a partir daí é que para as elites dirigentes a resposta para a questão da não construção de um estado de bem estar social no Brasil seria o aumento da exclusão e uma ainda maior segregação. Isto resultando da própria política social implementada no Brasil que historicamente relegou as camadas subalternas a própria sorte. O que fez com que com o passar do tempo a criminalidade se apoderasse de áreas de moradia, que seriam as periferias e favelas das cidades brasileiras. E se instaurasse, a partir de então, um verdadeiro “poder paralelo”, à medida que esses criminosos passam a praticar algumas ações de caráter assistencial, se aproveitando da ausência do Estado e mais tarde utilizando todo esse processo para recrutar os jovens e as crianças destas comunidades para as suas atividades. Fazendo com que, para as elites, as camadas populares, (que já eram consideradas perigosas) passem a se caracterizar como ameaça, justificando, assim, a implementação das medidas, como as explicitadas anteriormente que permitem que esta “ameaça” para as camadas superiores seja, pelo menos supostamente mantida à distância.

Em suma, o que podemos perceber com relação a essas características de transformação sócio-econômica evidenciada atualmente, junto com todas estas questões relativas à mudança de comportamento, que acirrou os valores em torno do sentido de individuação e competição, todos os outros são possíveis concorrentes e na maioria das vezes eles se tornam oponentes. Fazendo com que esse outro acabe se tornando um obstáculo.

Essa realidade se radicalizou a partir do advento da implantação das políticas neoliberais que vêm gerando uma grande crise nos países do capitalismo avançado. Crise existencial caracterizada pela falta de segurança produzida pela quebra do chamado estado de bem estar social, que historicamente foi a grande fonte de garantia existencial destas populações. Isto acaba sendo ainda mais aprofundado em

sociedades como a brasileira que não tiveram a efetivação deste estado social, tendo sua introdução na comunidade econômica internacional baseada na concentração de riqueza e na manutenção de privilégios, o que acaba fazendo com que o tratamento dado às camadas subalternas seja, por conta da insegurança sentida pelas elites, a criminalização, ou seja, por serem excluídas as classes populares são tratadas com mais exclusão, praticando-se contra elas o processo de criminalização, relacionando a miséria com o crime e penalizando-as. Tudo isso embasado por um modelo desenvolvido em países centrais do capitalismo, que acaba sendo desastroso enquanto modelo de socialização, pois aumenta a insegurança, a segregação, contribui para o aumento da desconfiança com relação ao diferente, estabelece uma relação de violência entre todos os membros da sociedade e reforça um sentimento que atualmente é muito comum, o medo.

### **1.3. O MEDO**

O medo é atualmente um dos grandes assuntos abordados por muitos estudiosos em várias áreas do conhecimento, esse sentimento também é muito comum, ultimamente, resultado de todas as relações sociais e históricas que já descrevemos. Todo esse processo de violência é gerado através de questões de caráter social, psíquico ou econômico, além da grande insegurança que assola a sociedade. Insegurança essa que, por sua vez, foi transformada em caso de polícia, serviu para gerar um profundo sentimento de medo, que nos faz cada vez mais nos isolarmos. Evitando contato com o outro, vendo-o como ameaça a nossa integridade física.

Observamos, então que esse processo é uma das características básicas da vida urbana atual. A vida nas cidades, que durante muito tempo foram consideradas o local de encontro, de contato de homens e mulheres, o lugar da troca de experiências, de ideias, enfim, o local da convivência cotidiana do homem moderno, hoje está se transformando cada vez mais num local de isolamento e de evitamento do outro, tudo isso gerado pela insegurança, que já discutimos e que acaba resultando no medo, como afirma Caldeira (2000)

Nessas cidades, especialmente para a sua elite, (...) O homem aproximando-se do portão é um bom candidato a suspeito, já que anda a pé em vez de guiar um automóvel, ou seja, usa o espaço público da

cidade de uma maneira que os moradores do condomínio rejeitam.  
(CALDEIRA, 2000. P. 257)

Por conta deste medo é que florescem hoje nas cidades, verdadeiras fortalezas intransponíveis, os chamados condomínios fechados, onde os extratos médios e altos da sociedade atual buscam se proteger e se isolar do convívio urbano. E esse medo, praticamente difundido na totalidade da população, como já dissemos, é resultado de uma insegurança existencial gerada pela implantação de novas políticas de caráter neoliberal, desmantelamento do estado de bem estar social, criminalização da pobreza, que de certa forma acaba sendo fomentado e desejado pelas elites dirigentes, justamente pelo fato de estas, por incrível que possa parecer, terem ganhos com essa situação, ganhos de ordem política e econômica.

Os ganhos que a elite dirigente consegue com o medo inerente à população como um todo se relacionam com o aumento do poder econômico e do poder decisório sobre a sociedade. O aumento do poder econômico, além de ser conseguido pelo advento da chamada indústria do medo, relacionada com toda a sorte de aparatos de segurança, também se relaciona com o aumento do poder decisório.

Por conta da situação supracitada é que percebemos cada vez mais a difusão, a divulgação pelos meios de comunicação da violência, como já dissemos aqui, a violência é transmitida pela mídia em forma de escalada, sempre ultrapassando as expectativas do telespectador. Escalada esta que teria como objetivo seduzir o espectador para mantê-lo sempre interessado, caso contrário poderia haver a banalização e o desinteresse pelo assunto. Porém o que vemos é o interesse cada vez maior de todos pelas notícias de violência, o que contribui para a transformação da insegurança existencial em medo. Que acaba permitindo que as elites dirigentes continuem mantendo seu poder decisório.

Este processo todo de transformação da insegurança em medo se dá a princípio desenvolvendo a crença de que vivemos em uma sociedade pacífica, ou avessa a violência. Levando-se em conta o que nos apresenta os meios de comunicação e até mesmo algumas narrativas históricas, que nos colocam como um povo pacífico e avesso a todo o tipo de violência, não nos envolvendo em guerras ou conflitos e onde o nosso exército só participa de campanhas de caráter humanitário. No entanto a nossa sociedade pacífica é atacada atualmente por grupos considerados promotores da violência, esses grupos são na realidade os excluídos de toda sorte, sem

terra, sem teto, índios, jovens desfavorecidos, narcotraficantes entre outros, estes seriam os responsáveis pela realidade de violência existente hoje. O fenômeno da violência nos é passado essencializado, descontextualizado de todo o entorno, onde se acaba culpabilizando determinados grupos fazendo com que estes permaneçam à margem da sociedade, inclusive com uma opinião negativa deles mesmos com relação a sociedade.

Essa construção, ou melhor dizendo, destruição de algumas identidades é responsável por essa crença em uma sociedade pacífica porém dividida entre agressores e vítimas. Isto acaba escondendo a real configuração da sociedade brasileira, que na verdade se caracteriza por uma violência intrínseca difundida em todos os extratos e camadas sociais, violência praticada inter e entre classes, nas relações sociais, no convívio diário, profissional e familiar. Que, no entanto, é transformado em uma prática inerente a apenas alguns grupos que acabam se identificando principalmente como promotores da violência.

Por conta desta realidade que a todo o momento nos é mostrada, acreditamos que, enquanto cidadãos pacíficos, temos que nos proteger destes grupos que a qualquer instante podem nos atacar, roubando e destruindo nossos bens materiais e nossa honra. Daí observamos, como já explicitamos aqui, uma verdadeira indústria do medo que resulta da busca cada vez maior por aparatos de segurança que nos isole do mundo. Aparatos que nos tirem do contato com esse diferente, desconhecido que é para nós, que acaba se tornando uma ameaça, transformando essa realidade na atual configuração das nossas cidades incrustadas de enclaves fortificados, bunkers que a todo o momento desenvolvem novas tecnologias de vigilância, controlando cada vez mais quem entra e quem sai, limitando cada vez mais o contato entre as pessoas, como explica Caldeira (2000)

O principal instrumento desse novo padrão da segregação espacial é o que chamo de 'enclaves fortificados'. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os 'marginalizados' e os sem-tetos. (CALDEIRA, 2000. p.211)

Hoje é muito fácil perceber o avanço da cultura do medo existente em nossa sociedade, basta observarmos as fachadas das casas, os carros nas ruas e

veremos que a principal preocupação de todos é a segurança. No entanto, a segurança de que se fala não é a advinda do Estado, esta, como muitos dos serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado, se encontra privatizada. Isso deu origem a já citada indústria do medo, que possui as características que já citamos aqui, em íntima relação com a cultura do medo e cada vez mais reforçada por políticas de caráter excludente, baseadas em teses como a da penalização e criminalização da miséria que tem como resultado uma maior segregação e exclusão dos grupos que conformam a sociedade.

A partir do que foi dito podemos ver que em nossa sociedade a violência é um comportamento difundido por todas as camadas sociais. Comportamento gerado por um processo histórico excludente, que se baseou na concentração de renda na negação do acesso a bens e serviços que permitissem à maioria da população uma vida digna. Tudo isso calcado na apropriação de riqueza e manutenção de privilégios por parte da elite nacional que acaba utilizando o que é público para o seu usufruto, da mesma forma que por outro lado se considera acima da lei, agindo da forma como achar melhor para manter esses privilégios. Isto, de certa maneira, contribui para que essa elite também possua um comportamento violento para com os outros, visto que praticamente não conhece barreiras para seus atos, o que acaba se refletindo nos demais estratos sociais que por motivos como pouco acesso a oportunidades de crescimento, o que se aprofunda ainda mais com a implantação das políticas neoliberais, acaba se adequando à realidade que mostra todo o momento que o importante é se dar bem, mesmo que seja às custas do sofrimento dos outros. O resultado disto é também um comportamento violento, embora o comportamento violento da elite seja a todo o momento escamoteado, escondido e quando isso se torna impossível é transmitido em forma de um ato isolado, praticado por pessoas que possuíam problemas psicológicos ou dependência química, nunca assumindo que o comportamento violento é uma das marcas dessa nossa elite.

Esta seria então a forma como a violência existe e a forma como ela é divulgada em nossa sociedade. Enquanto fato ela é uma prática comum, parte da própria configuração da nossa sociedade excludente, e enquanto fenômeno de divulgação ela é justamente um acontecimento de caráter espetacular que gera medo nos indivíduos, justamente por ser mostrado como algo inerente a determinados grupos. Grupos estranhos à normalidade da sociedade, que seriam os culpados pela situação em que nos encontramos atualmente e que por conta disso merecem a

repressão, a penalização, pois estes grupos seriam considerados como não constituintes da sociedade, como verdadeiros párias que precisam ser segregados para que a “boa sociedade” possa sobreviver em segurança e se possível sem ter contato com estes grupos de excluídos que como já dissemos englobam aqueles que não têm acesso aos bens necessários à uma vida digna, sem terra, sem teto, excluídos de toda sorte, indígenas, narcotraficantes e aí não importando como esse indivíduo chegou a esta prática, não importando se este nunca teve acesso à oportunidades, à saúde e à educação quando jovem. Jovem esse que será o produto de nossa análise no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II: JUVENTUDE: CONCEITO E IDENTIDADE**

Para fazer a análise deste segundo capítulo verificaremos a questão da juventude. Vimos no capítulo anterior que na contemporaneidade a sociedade como um todo passa por um processo de mudanças que acabam gerando uma forte sensação de insegurança que por sua vez é reforçada pelo discurso a respeito da violência, propagado pela mídia, que Chauí (2006) explicita.

O reforço do procedimento jurídico é trazido pelos agentes da camada mais conservadora da sociedade, os 'formadores de opinião populares' que, por meio da imprensa, do rádio e da televisão, realizam duas operações principais: 1) a afirmação da separação entre 'nós' e 'eles' no seio da classe trabalhadora (dos 'pobres') pela distinção entre 'nós, honestos e pacíficos' e 'eles, bandidos e violentos'; 2) o ódio aos defensores dos direitos civis e sociais, identificados como 'defensores dos bandidos contra as vítimas'. (CHAUÍ, 2006. p.126)

Vimos então, com a citação acima, que o discurso que a mídia transmite a respeito da violência difunde a ideia de uma sociedade segregada, onde teríamos grupos praticantes e grupos vitimados pela violência e um dos grupos tidos como responsáveis pela prática da violência seriam os jovens. Mas quem são esses jovens? Como surge esse conceito? Quem os classifica desta forma? Qual papel os jovens representam atualmente na sociedade e que relação eles possuem com a mídia? Estes são alguns questionamentos que verificaremos nesta análise.

### **2.1. JOVENS E JUVENTUDE**

Inicialmente é preciso esclarecer estes conceitos, jovens e juventude, onde podemos perceber que jovem é o ator social, o indivíduo e juventude seria a fase da vida, que durante muito tempo foi entendido apenas pelo caráter biológico do tempo de vida, porém sabe-se que juventude é um conceito socialmente construído. Percebemos em "A história social da criança e da família" de Ariès (1981) que, durante muito tempo, o conceito de juventude era interpretado como uma fase da vida em que os indivíduos deveriam se encontrar no auge de sua força, o que poderia durar até em torno de 40 ou 45 anos. Segundo Ariès (1981), observando autores da

antiguidade e da Idade Média até os 30 ou 35 anos tínhamos uma fase de crescimento, onde percebemos que a partir do momento em que o menino saía de casa para ir servir de “criado” na casa de outras pessoas, de outras famílias e assim aprender boas maneiras, ele já estava inserido na vida adulta, e isso se dava a partir dos sete ou oito anos. O que vemos com isso é que o conceito de juventude, embora durante muito tempo relacionado com a biologia é mesmo um conceito socialmente construído, ligado à questão do aprendizado e do trabalho, o que se aprofunda ainda mais com a modernidade e a universalização da escola.

A partir do momento em que a escola se universaliza, temos uma delimitação mais intensificada do conceito de juventude, surgindo outra categoria que não existia anteriormente, que é justamente a da adolescência, logo este novo conceito estará cada vez mais ligado à ideia de aprendizado, ou seja, o período em que o indivíduo permanece na escola, em seu processo de aprendizado para atuar no mundo do trabalho seria sua adolescência. Mas o que percebemos é que este conceito atualmente não consegue dar conta da multiplicidade de condições sociais existentes hoje e por isso categorias como jovens, juventude e adolescência são muito mais flexíveis, tanto no que se refere à idade cronológica quanto no que se refere à identidade e ao pertencimento de grupos como nos explica Novaes.

E quem são eles [os jovens]? São aqueles nascidos entre 14 ou 24 anos – seria uma resposta. No entanto, esses limites de idade também não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, no outro extremo – com o aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho uma parte ‘deles’ acaba por alargar o chamado ‘tempo de juventude’ até a casa dos 30 anos. Com efeito, qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais.. (NOVAES. 2006, p. 105)

O que percebemos a partir desta colocação é que não é apenas a questão etária que demarca a juventude, a questão social, de gênero, étnica, entre outras, também servem para caracterizar esse grupo, que, aliás, possui uma grande multiplicidade de identidades dentro da própria categoria juventude. Este grupo em si não é homogêneo e unitário, mas sim é heterogêneo com uma gama enorme de identidades que circulam dentro da “condição juvenil” e que constrói as diferenças existentes entre todos aqueles classificados como jovens

As chamadas disparidades regionais e as relações entre campo e cidade devem ser consideradas em um necessário diagnóstico. Isto é, as diferenças (com seus efeitos positivos e negativos) entre regiões do

país, entre ser jovem no campo ou ser jovem na cidade e mesmo as diferenças entre cidades grandes e pequenas devem ser levadas em conta para caracterizar matizes na condição juvenil. (NOVAES, 2006. p. 107)

Dentro desse mosaico de características, de identidades, de diferenças e até de desigualdades é que devemos perceber os jovens de hoje, jovens os quais também se encontram inseridos nas mesmas condições sociais, característica da contemporaneidade que encontram os demais grupos étnicos. Os jovens também sofrem hoje com insegurança que afeta toda a sociedade. Como Pais (2006) mostra nessa passagem de seu texto “Busca de si: expressividades e identidades juvenis” quando ele aborda uma metáfora para ilustrar a condição dos jovens através dos tempos.

Na Europa, nas décadas imediatas ao pós guerra, as transições para a vida adulta assemelhavam-se a viagens de estradas de ferro nas quais os jovens, dependendo da sua classe social, gênero e qualificações acadêmicas, tomaram diferentes comboios com destinos predeterminados. As oportunidades para mudar de destinos ou de trajeto eram limitados. Posteriormente as transições dos jovens eram mais bem comparadas as viagens de automóvel. O condutor de automóvel encontra-se em condições de selecionar o seu itinerário de viagem entre um vasto número de alternativas, em função de sua experiência ou intuição. Em contrapartida, hoje em dia não são mais as decisões do motorista que garantem uma condução ajustada a rotas predeterminadas. (PAIS, 2006. pp7-8)

Com essa metáfora, Pais (2006) objetiva dizer que atualmente os rumos que a vida dos jovens toma depende cada vez menos deles e cada vez mais de uma série de fatores externos que fazem com que o indivíduo seja obrigado a todo o momento tomar decisões de caráter crucial em sua vida. Contudo mesmo diante de fatores estruturais a juventude ainda assim estabelece diferenciadas culturas juvenis, que em diversos momentos apresentam a possibilidade de ressignificação de caminhos pré-determinados.

Esta realidade nos mostra que os jovens de hoje encontram-se de frente às condições de vida em que pouco se tem garantia de sucesso, em que a existência se coloca de maneira fluida o que acaba gerando o medo para uma boa parte destes jovens e um dos principais medos que se coloca é a questão do não acesso ao trabalho, como se dará a inserção deste jovem no mercado de trabalho, percebemos cada vez mais a dificuldade em se conseguir uma carreira sólida e estável, a concorrência é cada

vez maior por vagas cada vez menos seguras como diz Novaes (2006) os jovens que já trabalham hoje já trabalharam em muitos lugares, com variados vínculos de emprego e em tempos diferenciados (...). Os jovens são convidados a reinventar maneiras e sentidos de inserção produtiva. (NOVAES, 2006. p. 109).

Com tudo isso, percebemos que hoje os jovens se encontram em uma realidade onde o medo é um dos sentimentos mais presentes, e mesmo acreditando que a educação seja o caminho para uma vida bem sucedida, como muitos jovens entrevistados declararam, a escolaridade já não garante esse sucesso e este é justamente seu maior medo. O medo de ser excluído, o medo de se encontrar marginalizado e desprotegido, o que para alguns jovens acaba sendo, de acordo com o que se tenta fazer acreditar, confundido com segurança pessoal ou física, ou seja, todo esse quadro de dismantelamento das condições sociais que proporcionam segurança existencial aos indivíduos tem seu poder, de certa maneira, aumentado nos jovens, sendo que as mensagens que são transmitidas e difundidas para a sociedade, tem justamente o objetivo de transformar ou de confundir essa insegurança existencial com insegurança física ou pessoal, enfatizada pela criação da cultura do medo, relacionada basicamente à divulgação do aumento da criminalidade, o que acaba fazendo com que os próprios jovens, que são vitimados pela condição de existência, sejam classificados como potenciais praticantes da violência. O que se agrava ainda mais quando este jovem pertence às camadas populares.

## **2.2. JOVENS E JOVENS: DIFERENÇAS SOCIAIS E VIOLÊNCIA**

Como afirmamos no primeiro capítulo deste trabalho os jovens atualmente costumam ser inseridos nos grupos praticantes da violência; lembrando, afirmamos que em nossa sociedade criou-se o mito de que os brasileiros são historicamente avessos à violência, de que somos um povo pacífico, ordeiro e que estamos constantemente sendo atacados por grupos que não fazem parte realmente da nossa sociedade, grupos que, de acordo com o que muitos acreditam, são excluídos, por isso praticam a violência, porém poderiam ter seus problemas resolvidos dentro da legalidade, em acordo com a premissa da sociedade pacífica e ordeira que supostamente possuímos. Neste contexto, os jovens, como já afirmamos, são classificados como praticantes de atos de violência. Porém, mesmo neste grupo, existe

uma diferenciação, principalmente quando se trata dos meios de comunicação, estes costumam diferenciar os jovens por grupos levando em conta principalmente a posição social, ou seja, embora os jovens sejam praticantes da violência existem aqueles que não surpreendem por praticá-la e os que surpreendem quando a praticam, por isso a abordagem utilizada para descrevê-los é diferenciada, e que jovens são esses?

Para entendermos como se dá essa diferenciação, basta observarmos como os meios de comunicação se dirigem ao jovem de classe média que comete um delito ou um ato de violência e um jovem das camadas populares que praticam o mesmo ato, ou muitas das vezes a própria cobertura, como afirmaram vários dos estudantes entrevistados para esta pesquisa, que eles nunca sabem o que ocorre com os “jovens pobres” que aparecem nos programas jornalísticos ou policiais, pois ninguém informa a conclusão dos casos, simplesmente mostram o jovem quando é capturado, muitas vezes em uma situação de estado alterado de consciência por causa das drogas, ninguém sabe se será julgado, se será preso ou liberado. Para muitos, de acordo com seus depoimentos, a imprensa não tem o mínimo interesse em mostrá-los após a sua apreensão, o que nos faz crer que não é interessante mostrar este jovem “pobre” passando por um processo legal de julgamento, o que não contribuiria para a construção da imagem de um ser à margem da sociedade já que este estaria passando por um processo legal.

Apesar de não ser uma regra geral. Quando se trata de jovens das camadas médias ou altas há uma abordagem diferenciada. Geralmente as imagens são veiculadas em telejornais e não em programas policiais, o que já é uma diferenciação, visto que a forma de noticiar e o público destes programas são diferentes, geralmente os casos são mostrados como um desvio, uma anomalia que não é comum para membros destas camadas sociais, uma coisa, como já dissemos surpreendente, já que estes jovens têm futuro, suas famílias são estruturadas, por isso se faz uma abordagem mostrando que é quase incompreensível, o porquê de estes jovens praticarem estes atos, reforçando que geralmente o processo é todo transmitido, se cria um espetáculo sobre o fato, no entanto este jovem, pelo fato de não se encontrar à margem da sociedade tem direito a um julgamento e tem direito de ter esse julgamento transmitido para todos, já que ele pode supostamente ser um membro produtivo da sociedade e não é um marginalizado como os jovens das camadas populares.

Por isso, explicando melhor essas diferenças, podemos dizer que, quando se trata de jovens de camadas médias ou altas, na maioria das vezes os telejornais reconstruem toda a vida deste jovem, sua relação com seus familiares, as posições dos pais, depoimentos de advogados e de vários “especialistas” como psicólogos, educadores entre outros. Se faz uma discussão a respeito do porquê daqueles atos, como já dissemos, a incompreensão a respeito dos atos. Vai-se à escola onde este jovem estuda ou estudou, conversa-se com os professores, coordenadores e diretores, questionando as causas daqueles atos. E aprofundando a questão referente aos jovens das camadas populares geralmente eles são expostos no ato da captura, com os rostos cobertos, muitas vezes o policial responsável pela prisão ou o delegado é que passam as informações a respeito do ato praticado pelo jovem, a entrevista com esse jovem é feita em tom de interrogatório e, é claro, ninguém se preocupa em saber quais as condições de vida daquele jovem.

Com isso percebemos, além da diferenciação existente, que com relação aos jovens de camadas populares, a criminalidade e a violência são tidas quase como sendo um caminho natural a ser seguido, já que supostamente – e esse supostamente está calcado justamente no fato de ninguém se preocupar em saber da vida daqueles jovens – eles vêm de uma situação onde, como diz Piccolo (2010):

As próprias famílias dos jovens – vistas como desestruturadas porque os pais são separados ou porque têm ‘muitos’ filhos com diferentes parceiros (as) – contribuem para o ‘risco’ por eles vivenciado. (2010, p. 115)

Além de outros fatores como a desocupação da juventude pobre, não escolarizada – fato que contribuiria para a reprodução de sua condição social (PICCOLO. 2010, p. 112). O que vemos com isso é que para muitos o que acaba ocorrendo é que esses jovens de camadas desfavorecidas são considerados à margem da sociedade e que por isso não teriam os mesmos direitos que os demais jovens na hora de serem abordados pela imprensa.

Logo o que observamos é que atualmente, como já dissemos, os jovens são vistos como um problema a ser resolvido, como uma parcela da população que não se enquadra na norma social vigente. A sociedade é cada vez mais individualista e competitiva, para muitos destes jovens as oportunidades que lhes são colocadas não

estão de acordo com suas expectativas. Muitos jovens de camadas subalternas acabam percebendo que a maior parte das possibilidades que eles terão estarão relacionadas a sua manutenção nos estratos sociais inferiores.

Estes jovens passam a perceber que embora sejam considerados membros de uma sociedade, a mesma não lhe proporciona possibilidades iguais as dos jovens de camadas mais altas. Isto muitas vezes faz com que acabem se tornando subempregados, numa tentativa de adequação social, o que acaba resultando em um sentimento de revolta, pois muitos percebem que estão sendo postos à margem, que servirão de mão de obra barata.

Além disso, verificamos também que o ato violento quando praticado pelos jovens das camadas altas ou médias muitas das vezes leva em conta todas essas nuances supracitadas, pois como já explicitamos vários especialistas são consultados, chamados a dar sua opinião a respeito dos motivos desta prática, já com os jovens das camadas populares vemos a inexistência destas análises, pelo menos no que é veiculado pela grande mídia, e o que nós observamos é a tentativa de se buscar uma resolução de caráter policial além de no máximo uma tentativa de adequar aquele jovem à “boa sociedade”.

Esta tentativa de adequação, na maioria das vezes, se realiza através de programas de treinamento profissional que os prepara sempre para ocupar cargos ou postos subalternos na economia formal, muitos projetos sociais e ONG's têm justamente este objetivo, trabalhar com os jovens que são identificados como em “situação de risco”, visando, sobretudo, a esses resultados, a adequação a um posto subalterno de trabalho, como mão de obra barata e de baixa qualificação e por consequência baixo salário, sem se preocupar com sua identidade, sua individualidade e muito menos com suas aspirações.

Como resultado de todo esse processo que foi exposto acima, muito destes jovens são colocados em uma situação de frustração perante as oportunidades que lhes são oferecidas, sendo que, muitas vezes, mesmo antes de terem essas ditas oportunidades, eles já são taxados como criminosos, o que reduz ainda mais suas alternativas de “inserção social”, levando ao que iremos observar no próximo tópico, que é a questão do medo.

### 2.3. JUVENTUDE E MEDO

Podemos observar que os medos que assolam os jovens atualmente, também se ligam, intrinsecamente, com os medos dos demais grupos sociais. O que queremos afirmar com isso é que as inseguranças inerentes aos seres humanos atualmente também são, sem sombra de dúvidas, as inseguranças dos jovens e vale a pena retomar essas inseguranças, que são aquelas que se referem a uma falta de perspectiva, ou falta de possibilidades de planejamento do futuro de não poder saber o que será de sua vida.

Esse medo, essa insegurança que se liga a todos aqueles fatores que já abordamos no primeiro capítulo, como desmantelamento de um Estado de bem estar social, ou a sua não consolidação, o processo de criminalização da pobreza, além de um acentuado aumento no crime violento e sua divulgação em caráter progressivo, tem geralmente, e isso muito por conta da forma como a mídia transmite a violência, se confundido com a segurança física ou pessoal. Então, como vemos como o restante da sociedade, os jovens também possuem inseguranças existenciais que são confundidas e não só confundidas, mas transformadas em inseguranças pessoais.

Essas características levam os jovens a sentirem essa insegurança e até mesmo à prática de atos de violência, o que acaba fazendo com que eles acabem sendo situados dentro de uma perspectiva segregacionista que já expomos aqui, como praticantes da violência contra uma sociedade pacífica e ordeira. No entanto o que vemos, na maioria das vezes, é que essa juventude é a vítima destes atos ou destes crimes violentos e não por acaso este é um dos principais temas de suas conversas como afirma Novaes (2006) em seu texto “O jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias” quando diz:

Não por acaso, um dos temas da conversação mais frequentes entre os jovens é ‘a violência’. Com algumas variações e pesos relativos diversos, esta é uma conversa que faz parte do cotidiano dos jovens desta geração. Em qualquer grupo todos têm algo para contar sobre a polícia. Os mais ricos vão contar que forma ‘achacados’, como dizem: ‘Tivemos que negociar’, o que, via de regra, implica ‘molhar a mão do policial’, ou seja pagar, ser impelido a subornar. Os mais pobres, sobretudo se forem negros, vão dizer que foram humilhados. As jovens mulheres falam que foram paqueradas, seduzidas ou desrespeitadas. (NOVAES, 2006. p. 111)

O que percebemos disso é que os jovens também são vítimas da violência e isso tudo reforçado pela verdadeira situação de insegurança que seria no caso da juventude a própria falta de esperança, não é difícil em conversas com os jovens perceber o medo que eles sentem diante do futuro que os espera, o medo de terminar os estudos e não conseguir entrar no mercado de trabalho, o medo de terminar os estudos; para aqueles jovens que já trabalham, o medo de perderem o emprego e como dissemos, tudo isso entremeado com o medo da violência, de ser assaltado, violentado, de sair de casa e não voltar, que é o medo mais enfatizado por eles até por ser o mais divulgado, o mais transmitido.

Então a partir destas afirmações é que podemos perceber que o medo por que passa a juventude nos dias de hoje se relaciona em larga medida a fatores existenciais oriundos da verdadeira crise social por que passa a sociedade, e o pouco de apoio com que boa parte da sociedade podia contar antes, atualmente não existe mais.

Por conta disso, os jovens se sentem largados à própria sorte, em uma sociedade cada vez mais competitiva e que exige cada vez mais deles e que, no entanto, não oferece as condições necessárias para que eles possam se estabelecer e mesmo que se estabeleçam para que eles possam se manter e planejar suas vidas, ou seja, na sociedade atual o medo dos jovens decorre, em grande parte, da impossibilidade de estes assumirem posições, digamos confortáveis na sociedade.

Esta realidade é reforçada pela forma como essa situação é transmitida, na verdade não transmitida, mas opacizada, pois a insegurança, que é divulgada, acima de tudo é a insegurança física, e embora os jovens hoje percebam as dificuldades do mercado de trabalho, as questões referentes à formação e às possibilidades é a violência e a insegurança física e pessoal que estão mais presentes nos discursos dos jovens, pelo fato de ser esta a realidade, que para eles é a mais presente, divulgada diariamente, pelos meios de comunicação e pelos programas por eles assistidos, fazendo com que os efeitos percebidos em outros segmentos sociais também se reproduzam com os jovens, que seria o isolamento e o afastamento do convívio com os diferentes.

Esta posição acima citada reforça, como já dissemos, comportamentos segregacionistas e de não reconhecimento das diferenças, além do próprio medo do

diferente, como afirma Birman (2009), referindo-se a atos de violência praticados por jovens de classe média ou alta contra sem tetos, índios e trabalhadores.

Além deste medo do diferente, temos também, como já deixamos aqui explicitado, a falta de um sólido monopólio estatal da violência, que acaba dificultando a internalização das coerções externas e o desenvolvimento de um autocontrole nestes jovens. Isto faz com que os mesmos se permitam praticar estes atos. Soma-se a isto, também a questão do medo. Medo que segundo Birman (2009), para estes jovens seria o medo de se encarar as diferenças existentes na sociedade e de acabar inserido entre os marginalizados, visto que, muito pouco ou nada assegura a posição destes jovens dentro da sociedade.

Enfim, os jovens destas camadas acabam praticando estes atos por fatores de caráter cultural, como esta falta de auto-regulação, este medo advindo da insegurança, além da própria sensação de prazer que estes comportamentos violentos de certa forma proporcionam nestes jovens por estar associado a símbolos de masculinidade e pertencimento de grupo.

Todo esse processo que acabamos de explicitar pode ser também percebido como uma forma de se auto afirmar como nos coloca Milani (2000), em seu texto “Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão” onde ela busca mostrar que, como já dissemos, as mudanças tanto físicas quanto sociais e aí, quando ela fala sociais, está querendo se referir à questão da pressão referente às decisões que o jovem, no caso o adolescente, tem que tomar com relação ao seu futuro, levam-nos a estereotipar-se, formar grupos excluindo o diferente:

Tal crise gera no adolescente a necessidade de formar grupos ‘estereotipando-se a si próprios, seus ideais e aos seus inimigos, podendo tornar-se ‘intolerantes e cruéis na sua exclusão de outros que são diferentes’ como uma forma de defesa contra esse sentimento de perda de identidade. (ERICKSON, 1976) (MILANI, 2000).

Logo, a partir destas citações que colocamos, podemos identificar as causas desse medo que o jovem possui atualmente, medo esse que se relaciona com a realidade de toda sociedade a realidade de incerteza, de falta de esperança dentro de uma sociedade cada vez mais competitiva, que cobra um alto nível de preparo e qualificação, mas que dificilmente recompensa com seus benefícios, mesmo aqueles que conseguiram se preparar, gerando como consequência uma espécie de revolta

contra a forma como essa realidade se coloca que vai desembocar justamente nos comportamentos violentos que aqui expusemos.

Comportamentos estes que serão exacerbados a partir da ação dos meios de comunicação que, como vimos no início deste capítulo faz uma espécie de distinção entre as vítimas e os praticantes da violência, levando em conta critérios basicamente sócio econômicos potencializando todos aqueles que não se enquadram dentro dos padrões por ela reforçados como normais, que seriam brancos, de classe média ou alta que habitam as áreas nobres das cidades, como criminosos, o que também não deixa de ser contraditório, pois ao mesmo tempo que essa grande mídia geralmente trata de maneira preconceituosa os grupos considerados subalternos, reforçando o medo do diferente, segregando, e criando uma atitude defensiva de todos contra todos, ela também exorta a todos a se entregarem ao consumo, então o que vemos é que a mídia além de reforçar a segregação e a distinção entre as classes, veicula mensagens que levam as pessoas ao consumo desregrado que criaria a ilusão de que este consumidor seria um cidadão. Ou seja, ele acreditaria que estaria incluído na sociedade e isso se reforçaria ainda mais com relação aos jovens, visto que praticamente todas as propagandas, todo o marketing atual se volta para o jovem e quando por acaso não se voltam, tentam fazer as pessoas se sentirem jovens.

É por conta desta realidade que questionaremos, a partir de agora, o consumo, que tentaremos observar como se dá esta questão que envolve tão fortemente a juventude, e em que medida juventude, mídia e violência se entrecruzam atualmente.

## **2.4. JUVENTUDE E CONSUMO**

Podemos observar a questão relacionada à juventude brasileira de algumas maneiras e entre elas uma das que se tornaram mais relevante na atualidade é a questão do consumo. Já que observamos a situação do jovem relacionada à classe social e sua representação pela mídia e a do jovem na atualidade representada, sobretudo pela mídia e a insegurança. Podemos também elencar como um dos tópicos importantes dentro da realidade da juventude a questão do consumo e também como a mídia explora esta questão e como ela enquadra os jovens dentro deste processo.

É claro que atualmente o jovem é percebido como uma poderosa força consumidora e quando falamos disso, não nos referimos somente aos jovens já estabelecidos, com emprego e renda própria. Observamos também e, além disso, que uma das mais fortes fontes consumidoras é o jovem adolescente que vive com os pais e aí independente de classe social. O consumo é uma atividade bastante praticada e isso ao contrário do que muitos pensam não se refere apenas aos bens de necessidade básica, os jovens das camadas populares consomem muito e não se diferenciam muito de seus pares das camadas mais favorecidas. Apenas esta constatação já basta para perceber que o consumo e os bens não possuem valor apenas econômico, eles possuem um valor que vai muito além disto. Que tipo de valor seria este? É o que buscaremos compreender agora, pois o consumo é uma coisa que muito se relaciona com o jovem.

Para adentrar na questão do consumo na juventude se faz necessário realizar primeiramente uma observação acerca do próprio consumo. Gostaria de observar como ele é compreendido pela sociedade e como ele é pensado atualmente e para que possamos compreender estas colocações é preciso também perceber que hoje em dia, em nossa sociedade, predomina um tipo de discurso em relação ao consumo que de acordo com Rocha e Pereira (2009) em seu trabalho “Juventude e consumo: um estudo sobre a comunicação na sociedade contemporânea” seria o hedonista, para estes dois autores “A publicidade é uma das maiores disseminadoras dessa noção do consumo. A marca hedonista é a mais famosa e a que fala de forma mais positiva a respeito do consumo.” (ROCHA & PEREIRA, 2009.p.74) Este discurso seria o discurso da mídia baseado na publicidade, levando à sociedade a avidez pelo consumo. Isto nos levaria a ter com as mercadorias uma verdadeira sensação de nunca estar satisfeito, ou de gozo imediato e que instantes depois seria substituído pela insatisfação e o desejo por outra mercadoria.

Porém este seria apenas um discurso referente ao consumo, é óbvio que é o mais difundido por toda a sociedade, no entanto segundo os autores existem mais três discursos que se referem ao consumo que circulam em torno da sociedade. E quando afirmamos que estes discursos circulam em torno da sociedade, estamos dizendo que eles circulam no senso comum, que seriam os discursos moralistas ou como afirma os autores: o consumo, neste sentido, é associado a valores positivos e negativos, a sentimentos como bom ou ruim, prazer e culpa. (ROCHA & PEREIRA, 2009.p. 74).

Além de um discurso “naturalista ou determinista que explica o consumo pela natureza humana” e o discurso utilitário que

aborda o consumo como parte do conhecimento de como vender mais. Esse discurso, ao direcionar-se exclusivamente para a obtenção de resultados práticos, também limita a compreensão do consumo em toda a sua extensão e não deseja vê-los como uma força constitutiva da experiência social contemporânea. (ROCHA & PEREIRA, 2009.p. 75)

O que vimos, então, foram quatro discursos referentes à questão do consumo, que visam supostamente explicar o que é o consumo e que, como já dissemos, circulam por entre a sociedade, porém apesar de ser uma prática diretamente ligada à nossa sociedade que chega a denominá-la como afirmam os autores citados “sociedade de consumo”. Esta atividade não possui uma teoria para a sua compreensão, ou seja, não existe uma teoria do consumo, no entanto muitos autores se debruçam sobre o este tema, buscando perceber o que seria esta atividade e quais as implicações que elas produzem em nossa sociedade.

Para que possamos compreender como se desenvolvem os estudos a respeito do consumo é necessário que observemos alguns autores e um dos principais trabalhos produzidos sobre este tema sem dúvida é o de Douglas e Isherwood (2009) “O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo”. Neste trabalho os autores fazem um estudo à respeito do que já foi colocado por economistas, sociólogos e antropólogos a respeito do consumo, e estabelecem que,

os bens são necessário, antes e acima de tudo, para evidenciar e estabilizar categorias culturais, e que a função essencial do consumo é fazer sentido, construindo um universo inteligível. (...) ‘o consumo usa os bens para tornar firmes e visíveis um conjunto particular de julgamentos nos processos fluidos de classificar pessoas e eventos. (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2009.p.16)

O que significaria essa colocação? Em primeiro lugar significa dizer que o consumo é um fato social como diria Durkheim, ou seja, ele exerce coerção “nos coage a não sucumbir às vontades individuais” (ROCHA & PEREIRA, 2009. p. 75) o que significa afirmar que embora acreditemos que ao consumir estamos realizando um ato de vontade própria, individual, o que acaba acontecendo é justamente o oposto, estamos na verdade nos apropriando de verdadeiras ferramentas de distinção. Isto

significa dizer que o consumo é uma atividade social que serve para dar sentido a vida da sociedade. E de que forma isso ocorre?

Este processo ocorre através da aquisição de bens e esses bens são signos, ou seja, este processo de aquisição de bens que conhecemos como consumo na verdade se trata de um componente dentro de um sistema de significados e com esta afirmação queremos dizer que o consumo serve como ferramenta de distinção social que “classifica as pessoas, indicando pertencimento, por um lado e diferenciação, por outro.” (ROCHA & PEREIRA, 2009. p. 76) Logo o consumo se caracteriza como atividade social pelo fato de exercer esta distinção entre os grupos de acordo com os bens que são adquiridos. Segundo Douglas e Isherwood (2009), podemos observar esta distinção através da aquisição de bens realizada pelas diferentes camadas sociais e a função que esses bens possuem, ou seja o significado que ele constrói.

Com isto os dois autores estão querendo ressaltar que de acordo com o trabalho de Lévi- Strauss, “os bens (,,,) são acessórios rituais; o consumo é um processo ritual” (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2009. p. 112). Com esta passagem os autores querem afirmar que o sentido construído pelo consumo e pelos bens se refere basicamente à construção e mais do que isso, à fixação de rituais “... cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos.” (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2009. p. 112) Ou seja, os rituais fixados pelo consumo e pelos bens servem, de certa maneira, para qualificar a passagem do tempo, dar sentido a esta passagem.

Douglas e Isherwood (2009) continuam afirmando que pode-se perceber a distinção através dos bens consumidos e da temporalidade que eles indicam. Com isto eles afirmam que a escala mais baixa é composta pelos bens relacionados às atividades de alta frequência que seriam as tarefas diárias ou as tarefas domésticas. Estes processos de alta frequência acabam caracterizando pouca disponibilidade para participar de “rituais” de consumo de baixa frequência que se refere aos rituais mais valorizados nas sociedades, ou seja, se o consumidor não possui condições de participar de rituais de baixa frequência, como por exemplo, jantares e não possui condições de consumir bens relacionados a este tipo de ritual de baixa frequência, porque opera principalmente dentro da esfera de consumo de bens relacionados a rituais de alta frequência como os da atividade doméstica, significa que seu tempo é

limitado por estas tarefas o que o classifica com o “fundo da escala social”. Esta situação que se inverte a partir do momento em que ele, o consumidor, passa a se servir de bens que lhe permitam ter mais tempo disponível para se dedicar a rituais de baixa frequência

É por conta também desta questão da periodicidade que observamos o caráter classificatório do consumo, como afirmam Douglas e Isherwood (2009)

A escolha dos bens cria continuamente certos padrões de discriminação, superando ou reforçando outros. Os bens são portanto, a parte visível da cultura. São arranjos em perspectiva hierárquicas que podem dar espaço para a variedade total de discriminação de que a mente humana é capaz. As perspectivas não são fixas, nem são aleatoriamente arranjadas como um caleidoscópio. Em última análise, suas estruturas são ancoradas nos propósitos sociais humanos. (2009, p. 114)

Com esta afirmação, os autores querem dizer que ao contrário do que se acredita, não é verdadeira a existência do consumidor irracional. O consumo é uma atividade realizada a partir de julgamentos que são construídos através do pertencimento a grupos sociais, sendo que com os jovens isso também ocorre.

É muito importante que percebamos como se dá essa compreensão a respeito do consumo para entendermos como isso ocorre no âmbito da juventude, onde podemos ver quase que uma exacerbação desta cultura do consumo e podemos ver as características citadas acima. Primeiro, como já chegamos a afirmar, “de futuros cidadãos, as crianças e os jovens passam a ‘novos sujeitos’, usufruindo reconhecimento social como efetivos consumidores”(ROCHA & PEREIRA, 2009, p. 77). Então como se encaixa o jovem nesta sociedade de consumo? Vamos ver que muito do que afirmam Douglas e Isherwood (2009) se relaciona também com o consumo dos jovens, ou seja, os jovens consomem para afirmarem sua identidade e para serem reconhecidos entre si e dentro desta questão é que podemos ver que para que isso ocorra um valor que acaba muito estimado é o da “autenticidade”

(...) esse valor é algo especial que torna semelhantes os adolescentes, ao mesmo tempo que é um esforço de buscar a individualidade que vai permitir diferenciações entre eles. A autenticidade é algo paradoxal, pois supõe, de um lado, a ênfase na representação de um adolescente essencial e, no sentido inverso, a busca de ser diferente. A *autenticidade*, como já frisamos em outro momento – é um complexo jogo ente semelhanças e diferenças que o adolescente administra como modo de construir sua identidade. (ROCHA & PEREIRA, 2009, p. 80).

O que acabamos por ver é que o que Rocha e Pereira (2009) falam se encaixa com o que afirmam Douglas e Isherwood (2009), ou seja, o consumo cria identidades, assim como classifica os indivíduos de acordo com os bens que consomem. E quais seriam esses bens, no caso dos jovens? Quando falamos de jovens podemos afirmar que eles se encontram no topo da linha de consumo de bens ligados a rituais de baixa frequência que são os produtos de alta tecnologia. Podemos observar que eles possuem maior desenvoltura quando se trata de manejar estes aparelhos e estão sempre “por dentro” no que se refere às novidades, por conta disso é que eles são *experts* em novidades, em celulares, computadores ou os conhecidos *gadgets* que de maneira bem básica compreende “brinquedos tecnológicos” ou uma espécie de extensão do corpo que potencializa a inserção na chamada sociedade da informação. Esses *gadgets*, de certa maneira “pertencem basicamente ao universo adolescente e jovem”. Para os autores Rocha e Pereira (2009) esse *gadgets* simbolizam a verdadeira

Marca dos adolescentes da contemporaneidade (...), seja na forma de notebooks ou de tocadores de mp3, estabeleçam novas formas de sociabilidade, reforçam laços de afinidade, criam múltiplas identidades, fazem circular rapidamente o conhecimento, promovem entretenimento, transmitem informações. Os gadgets potencializam a portabilidade da comunicação. Dentro da mochila, guardada no bolso, presa aos ouvidos, a tecnologia nunca esteve tão próxima ao corpo. A comunicação é a marca deste adolescente urbano, que busca se incluir no mundo. (2009. p. 59)

O que podemos dizer é que o consumo de *gadgets* serve para demarcar a identidade deste grupo, classificam-nos, distinguem os jovens dos demais, como afirmam Douglas e Isherwood (2009).

Além de o consumo destes *gadgets* servir de ferramenta de distinção eles ainda servem como bens relacionados a atividades de baixa frequência. Os jovens, como já foi explicitado, se utilizam destes aparelhos para se comunicar, para organizar eventos como a “balada”, a festa, o encontro, o passeio, o que acaba caracterizando-os como um grupo diferenciado, que acaba assumindo uma posição de prestígio perante os outros grupos. Este prestígio está ligado à liberdade provocada justamente pelo acesso que os *gadgets* lhes proporcionam. A partir disto o que vemos é que enquanto o jovem busca a todo custo estar conectado, estar por dentro das novidades tecnológicas, isso acaba fazendo com que ele construa “barreiras”, ou seja, que construa sua identidade enquanto grupo e que separe o “nós” do “eles”.

No entanto esta realidade que aqui observamos possui algumas nuances que merecem ser analisadas. Quando começamos a falar a respeito de juventude e consumo, falamos que o consumo é uma espécie de atividade que para a mídia iguala todos os jovens. Se por um lado quando se trata da questão da violência, percebemos uma clara separação, segregação no que se refere ao discurso da mídia, onde esta separação se dá no trato e na construção da imagem do jovem branco de classe média e do jovem morador das periferias ou das favelas, negros e das camadas populares. Quando o discurso se refere ao consumo, observa-se que a mídia “igualar” todos os jovens, não fazendo distinção de etnia, classe social ou local de moradia, todos são impelidos ao consumo de uma maneira desenfreada. Para os grandes meios de comunicação todos devem se tornar grandes consumidores e todos acabam se tornando esses grandes consumidores, independentes de sua condição financeira.

Essa realidade nos leva a outra nuance a ser observada que é justamente a questão da “juvenilização” da sociedade e isso nós podemos observar de duas maneiras distintas, a primeira que observamos e que de certa forma se torna mais escancarada se refere à questão da veneração pelo corpo jovem. Atualmente se criou um ideal estético onde a preocupação principal é aparentar sempre a imagem e o físico de um jovem, ninguém hoje pode aparentar ter mais de 30 anos. Se há algumas décadas se aconselhava a não se confiar em ninguém com mais de trinta, atualmente se aconselha a não aparentar-se a ninguém com mais de trinta, o que gerou uma verdadeira febre das academias.

Esta posição que, a princípio estava relacionada à questão da saúde e da boa forma, mas que hoje se relaciona a busca frenética pela aparência sempre jovem, o corpo com baixo percentual de gordura, com músculos à mostra, o famoso “sarado”, não demorou muito a resultar em outra característica, a busca incessante pelas cirurgias plásticas, que de correccionais passaram a estéticas e atualmente vemos o que poderíamos chamar de “império dos siliconados”. Isto porque além das mulheres que aumentam partes do corpo com silicone, os homens também realçam e aumentam seus músculos com este material, isto sem comentar as aplicações de bactéria botulínica, o famoso botox, para criar a ilusão de uma aparência sempre jovem, que também se reflete nas roupas e acessórios utilizados hoje que a princípio são utilizados e aprovados pelos jovens para depois serem utilizados por todas as outras faixas de idade.

E a segunda maneira se refere à própria questão do comportamento, e aí só para permanecer na questão do consumo e mídia podemos dizer que praticamente todos os produtos veiculados pela mídia passam por uma mensagem de afirmação da juventude. Se não são os próprios jovens as figuras mostradas nas propagandas veiculadas são pessoas das mais diversas idades, porém praticando aquilo que se acredita e é transmitindo para todos como um comportamento jovem.

E por que razão isto estaria acontecendo? Portinari e Coutinho (2006) dão algumas dicas a respeito deste fenômeno quando se referem à questão da moda no seu texto “A roupa faz o homem: a moda como questão” que se encontra no livro “Culturas juvenis novos mapas do afeto”. Elas abordam a questão da moda e de como o jovem se enquadra nela, assim como a questão de ser jovem enquanto condição de transitoriedade, ou seja, o indivíduo não se enquadrará no mundo infantil, nem no mundo adulto, o que permitiria uma fluidez, uma não adequação às leis estabelecidas, como afirmam as autoras

“Trata-se [o jovem] também, de uma figura idealizada por essa cultura, que deposita ali seus próprios ideais de transitoriedade, mobilidade e uma sonhada autonomia face a tudo aquilo que fixa ou submete o indivíduo às constrictões da lei. (...) Para resumir tudo o que foi dito, então, digamos que a figura do ‘jovem’ represente, entre outros atributos, a encarnação de uma certa liberdade idealizada, ou mais precisamente de uma certa permissividade e fluidez no que concerne a adesão/submissão às regras e papéis estabelecidos.” (2006, p.86)

Então vemos que esta questão referente ao consumo leva ao mesmo tempo em que realiza esta distinção entre os jovens e os outros grupos, também conduziria, se levássemos em consideração o que é veiculado pela mídia, a uma juvenilização da sociedade. Processo este que tanto pode ser estético, quando observamos o que ocorre atualmente com essa busca de uma imagem de eterna juventude de corpos “sarados” e “turbinados” até mesmo à questão comportamental, onde observamos, através da propaganda veiculada pela mídia, a busca por um comportamento que remeta à juventude. Justamente pelo fato de a juventude representar este período de não enquadramento, de transitoriedade de não submissão aos ditames vigentes, sejam eles de que ordem forem.

Com essa explanação podemos dizer que o consumo enquanto construção social cria estas “pontes e cercas” e ao mesmo tempo no que se refere à relação da mídia com o consumo desenvolve ou constrói um ideal, um modelo a ser seguido, um

modelo estético, um modelo de comportamento, que de certa maneira potencializa o consumo ao mesmo tempo em que mexe com a temporalidade, pois se por um lado o consumo e as imagens veiculadas criam um processo de juvenilização. Processo no qual o objetivo é fazer com que esteticamente o tempo pareça parar e o indivíduo se apresente sempre jovem, sendo assim, parecendo não sofrer esteticamente a ação do tempo; por outro lado, o consumo de *gadgets* e aparelhos tecnológicos pelos jovens remontam a uma realidade onde o tempo passa depressa, tudo acontece no mesmo segundo, a informação se torna ultrapassada em pouquíssimo tempo, como explica Fischer (2008), quando aborda a questão do jovem e sua relação com a tecnologia e a passagem do tempo.

A maioria deles [dos jovens] revela certa angústia com o tempo, que para todos eles passa rápido demais – angústia que não se separa do outro problema: a necessidade quase incontrolável de estar *up to date* com a mais nova tecnologia (do celular, do PC, do programa de download de músicas e materiais audiovisuais etc.), como se todas as coisas do mundo envelhecessem a cada segundo. (FISCHER, 2008. p. 680).

ou seja, existe uma contradição na temporalidade que faz com que a realidade acabe se fragmentando, o que acaba gerando uma crença em uma visão de caráter maniqueísta da sociedade. Isto tudo exacerbado pela forma como a mídia se coloca tanto com relação à questão do consumo, como com relação à questão da violência.

Então para podermos resumir, o que dissemos foi o seguinte, no que se refere ao medo, a mídia auxilia de maneira primordial na construção da chamada cultura do medo e sua contribuição se relaciona com a forma espetacularizada com a qual ela divulga a violência, que acaba influenciando a muitos no que se refere a lidar com a criminalidade. Quando estes passam a acreditar que este problema só poderá ser solucionado com mais violência, sendo que a partir do momento em que a mídia assume uma postura de desumanização do criminoso, mostrando-o como um animal, que não merece misericórdia, a própria sociedade passa a acreditar que todo o tipo de sofrimento pode ser imposto ao corpo do criminoso, sem assim, fazer uma reflexão acerca dos problemas sociais e do que constitui o crime violento.

Além do maniqueísmo da mídia que divide a sociedade em dois grupos, os praticantes e as vítimas da violência, os jovens, que de maneira geral, são vistos como um problema a ser resolvido, quando pertencem às camadas populares, são mostrados como ameaça.

Já quando se trata do consumo a postura muda, os jovens são todos considerados grandes consumidores, e o são justamente pelo fato de servir de modelo para o restante da sociedade, principalmente no que se refere ao consumo de bens de alta tecnologia. Isto remontando ao que nós aqui discutimos que é justamente a construção da identidade. Pelo fato de ela ativar categorias de pertencimento e de distinção, ou seja, nós consumimos de acordo com o valor que o bem possui para o nosso grupo, só que este valor também deve ser percebido pelos outros grupos.

Esta noção é desenvolvida por Canclini (2008) quando expõe que o consumo não é apenas uma ferramenta de divisão:

Porém, se os membros de uma sociedade não compartilhassem os sentidos dos bens se estes só fossem compreensíveis à elite ou à maioria que os utiliza, não serviria como instrumento de diferenciação. Um carro importado ou um computador com novas funções distinguem os seus proprietários visto que quem não pode possuí-los conhece o seu significado sócio cultural (CANCLINI, 2008, p. 63)

Logo vimos que essa facilidade é admirada pelos outros grupos, pelo fato de esse acesso que os jovens têm a produtos tecnológicos de última geração estar ligado à possibilidade de participar de rituais de baixa frequência, o que transforma esta admiração em possibilidade de venda por parte do marketing, que constrói o seu discurso baseado nesta admiração que se tem pelo jovem e pela juventude, pelos motivos que aqui já expusemos.

O que observamos neste levantamento referente ao jovem é que a juventude é um conceito que ultrapassa a noção biológica. Juventude perpassa a questão do comportamento, da identidade e pertencimento, embora os seus medos sejam calcados nos mesmos medos dos demais grupos sociais, os jovens, principalmente aqueles oriundos das camadas populares são representados como praticantes da violência, mesmo sendo as maiores vítimas. Esta realidade se transforma quando se trata de consumo, os jovens como um todo são considerados uma grande força consumidora e um modelo estético e comportamental a ser seguido pelos outros grupos, principalmente no discurso do marketing. Isto nos leva a pensar como estes jovens se vem com relação à forma como são retratados pela mídia, principalmente os jovens das camadas populares que foram o ponto de partida deste estudo. Como eles percebem o discurso construído a seu respeito nos programas que eles mais assistem, que são os programas de caráter policial.

Neste próximo capítulo nós veremos como os jovens, mais especificamente os jovens do bairro de Bebedouro, na cidade de Maceió constroem a recepção a respeito do que eles veem nestes programas. Se eles percebem esta espetacularização da violência, se eles se sentem seguros quando saem às ruas, se eles percebem este maniqueísmo do qual falamos antes, e que tipo de interações sociais eles realizam com as mensagens que lhes são passadas por estes programas.

### **CAPÍTULO III: A RECEPÇÃO DOS JOVENS DE BEBEDOURO**

Neste terceiro e último capítulo iremos tratar diretamente do tipo de recepção realizada pelos jovens do bairro de Bebedouro a respeito dos programas policiais que são transmitidos pela televisão atualmente. Para realizar esta análise, fizemos um levantamento com os alunos do Ensino Médio verificando suas opiniões iniciais a respeito da violência, o que eles entendiam sobre o assunto, e a visão que os alunos possuíam sobre a violência em seu bairro.

Para dar início a essa abordagem foram realizadas produções de texto a respeito da violência, inseridos nos assuntos abordados em sala de aula, debates prévios em cada turma sobre o tema, além de lançarmos mão de entrevistas individuais com jovens entre 16 e 19 anos, alunos do 3º ano do Ensino Médio da mais tradicional escola da Rede Pública Estadual do bairro. Vale ressaltar que nas entrevistas expostas nesse texto os nomes dos alunos foram alterados para manter resguardadas suas identidades.

Como já mostramos anteriormente o interesse por este tema surgiu a partir do próprio dia a dia do autor como professor da disciplina de História dos Ensinos Fundamental e Médio da Rede Pública do Estado de Alagoas. Percebendo os comentários e as conversas dos alunos sobre os programas policiais e a euforia com que eles comentavam o aparecimento de amigos, colegas ou conhecidos nestes programas, não importando a condição em que eles se encontravam, observamos, a partir de então, que os jovens, embora sentissem medo e insegurança quanto a situação de violência em que estavam inseridos – basta lembrar que Alagoas está classificada como o Estado mais violento da Federação e os jovens entre 15 e 25 anos são as maiores vítimas desta violência – eles chegam a celebrar o aparecimento de pessoas de seu convívio ou conhecidas nestes programas de caráter policial.

Foi diante do exposto acima que alguns questionamentos foram lançados, principalmente o porquê desta celebração. Qual a importância destes programas para os jovens, principalmente deste bairro, de caráter popular da capital? Que tipo de recepção estes jovens realizam a respeito do que lhes é transmitido pela televisão



Estes habitantes possuem em média uma renda entre meio e um salário mínimo, além disso, no que se refere às atividades econômicas o bairro de Bebedouro é marcado principalmente pelo comércio, predominando os pequenos estabelecimentos e o comércio informal, caracterizado pelos camelôs, que estão estabelecidos em praticamente todo o principal corredor de transporte do bairro. Essa situação, de predominância da informalidade e de baixos salários, se deve basicamente a baixa escolaridade da população, que é atendida por três escolas públicas da rede estadual e uma da rede municipal, além de sete escolas da rede privada.

Os alunos entrevistados, como já explicitamos, estudam em uma escola da rede pública estadual, uma escola de tradição centenária, que surgiu como um orfanato administrado pelas Freiras da ordem Sacramentina, para abrigar as órfãs da Guerra do Paraguai no ano de 1877. Tornando-se um Colégio e depois passando a ser totalmente administrado pela Secretaria Estadual de Educação no ano de 1998. Por conta disso, a escola sempre possuiu um status elevado por parte da população que disputa as vagas para seus filhos com grande empenho.

Muitos destes alunos se interessaram pela pesquisa oferecendo-se para fazer parte das entrevistas. A princípio, faríamos entrevistas e estruturaríamos grupos focais, no entanto, não foi possível realizar os debates pelo fato de serem alunos trabalhadores, não podendo comparecer na unidade de ensino em horário oposto ao de suas aulas e nem aos sábados. Desta forma, só foi possível realizar as entrevistas individuais, no decorrer dos intervalos das aulas, o que dificultou um pouco a pesquisa, porém não a impossibilitou, seguindo-se depois a abordagem crítica das falas dos alunos.

Para realizar esta abordagem lançamos mão principalmente de dois autores de suma importância para a compreensão das teorias da recepção nos dias de hoje. São eles Stuart Hall, que no conjunto de sua obra dentro dos Estudos Culturais desenvolveu o texto “Codificação/Decodificação”, no qual propõe uma crítica

(...) a concepção do processo comunicativo em termos de um círculo linear “emissor/mensagem/receptor”; em seu lugar, propõe pensar tal processo como uma estrutura “produzida” e sustentada através da articulação de momentos distintos mas interligados – produção, circulação, distribuição/ consumo. (SAKER, 2009. p.1)

Quebrando o modelo linear de compreensão da recepção e passando a investigar as diferentes maneiras ou códigos de decodificação usados pelo receptor no momento em que o mesmo recebe a mensagem.

A partir de então não temos mais o receptor como um personagem passivo no processo comunicativo, mas ele passa a ser um agente ativo no processo realizando, segundo Hall (2009) três maneiras distintas de decodificação, que são: a posição hegemônica dominante “quando o telespectador se apropria do sentido conotado de, digamos, um telejornal ou um programa de atualidades, de forma direta e integral e decodifica a mensagem nos termos do código referencial no qual ela foi codificada” (HALL, 2009. p. 377). A posição de código negociado que “confere posição privilegiada às definições dominantes dos acontecimentos enquanto se reserva o direito de fazer uma aplicação mais negociada às ‘condições locais’ e às suas próprias posições mais corporativas.” (HALL, 2009. p. 379). E finalmente o código de oposição quando o receptor compreende

perfeitamente tanto a inflexão conotativa quanto a literal conferida a um discurso mas ao mesmo tempo, , [decodifica] a mensagem de uma maneira globalmente contrária (...) é aquele [momento da recepção] em que os acontecimentos que são normalmente significados e decodificados de maneira negociada começam a ter uma leitura contestatária. (HALL, 2009. p. 380)

E o segundo autor de que lançamos mão foi Jesús Martin-Barbero, teórico espanhol radicado na Colômbia que vai se debruçar sobre a questão das mediações, que se trata justamente de “os lugares dos quais provêm as contribuições que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão”. As mediações são, de acordo com Barbero um instrumento de formação de sentido, que permite ultrapassar a ideia de que “comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um polo a outro” (BARBERO, 1995. p. 40).

Esta concepção da qual Barbero (1995) fala e critica, se sustenta basicamente nas abordagens conduísta e iluminista, processo no qual a mensagem é transmitida para quem não possui informação. Logo “o receptor era ‘tabula rasa’,

apenas um recipiente vazio para depositar os conhecimentos originados e produzidos em outro lugar.” (BARBERO, 1995. p. 41).

De acordo com o que podemos observar, Barbero (1995) irá propor a socialização e politização do receptor, frente ao processo contrário que segundo o autor era realizado nas análises de recepção anteriores. Para Barbero (1995) tanto as abordagens críticas, quanto as não críticas despolitizavam e dessocializavam o receptor, enquanto as não críticas enfatizavam somente o caráter linear do processo comunicativo, ou seja, na condução da mensagem do emissor para o receptor, as abordagens críticas politizam tudo menos o receptor.

Nas abordagens críticas, emissor e mensagem eram agentes e meios de um processo de dominação ideológica de uma classe dominante que, por sua vez manipulava as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação que os transmitiam para o receptor que simplesmente recebia a mensagem de forma passiva. Isto caracteriza novamente esta linearidade e esta unicidade de vivência a que Barbero irá se opor afirmando que

Ao contrário da visão hegemônica, tanto da direita quanto da esquerda, não há só uma história, não há só uma direção da história. A concepção progressista da História, de que ela vai numa só direção, impediu de ver a multiplicidade de temporalidades, a multiplicidade de histórias, com seus próprios ritmos e suas próprias lógicas. Assim a primeira questão que se introduz na investigação da recepção é a de que não há mais só uma história, nem se quer naquele sentido em que Marx pensava, isto é, a burguesia como classe universal que unificava os tempos. Parece-me importante na pós-modernidade essa nova sensibilidade, envolvendo a multiplicidade, e a heterogeneidade de temporalidades que combinem. (BARBERO, 1995. p. 43).

Vê-se então a importância de Barbero para este estudo, pois ele desenvolve a ideia de mediação que nos irá permitir analisar o meio cultural, as diferentes realidades que permitem a formação de sentido das mensagens transmitidas a estes alunos, de camadas populares, que embora residam no bairro ou em suas redondezas podem possuir diferentes maneiras de perceber as mensagens que lhes são transmitidas diariamente pelos veículos de comunicação.

Esta abordagem será realizada analisando basicamente as falas dos personagens envolvidos neste processo que são os alunos da escola pertencente à Rede Pública Estadual. Observando o que estes percebem no que se refere às mensagens por eles recebidas e quais respostas que estes jovens dão ao que lhes é apresentado. Vindo

daí a importância das mediações de Barbero (1997) para este estudo, pois através da noção de mediação é possível perceber esta relação entre a mensagem transmitida e a apreensão que se faz desta mensagem.

Ainda de acordo com Barbero (1995), podemos analisar a questão da recepção destes jovens, no que se refere ao que o autor chama de fragmentação, que seriam as novas formas de exclusão social, que neste caso serviriam para reforçar as velhas divisões sociais. Podemos observar isto a partir do que o autor diz quando explica este fenômeno

Nesse sentido, essa fragmentação do habitat cultural, como denomina Guiseppe Richieri, vem reforçar a mais velha e mais estrutural das divisões sociais que é a divisão entre os que ascendem de alguma forma ao poder, ou seja, os que têm informação para tomar decisões – e sabemos que o poder hoje passa cada vez mais pela informação – e a imensa maioria da população, para a qual os meios de comunicação se dirigem. (BARBERO, 1995, p. 45).

Podemos então perceber, na própria fala dos jovens, que eles acabam se enquadrando nesta forma de mediação, já que de certa maneira, a informação a qual eles têm acesso não passa de uma informação que de uma maneira ou de outra não servirá para incluí-los ou pelo menos os deixar a par das grandes decisões da sociedade.

Além desta ideia, a de fragmentação, que permeia a questão das mediações, vemos também outras categorias como a chamada fragmentação dos públicos. Como observamos neste trabalho quando abordamos a questão do medo e da segregação. Vemos atualmente que, de acordo com Barbero (1995) há também uma fragmentação do público.

Assim, assinalo neste segundo nível de mediações que existe um novo conjunto de fragmentações. Fragmentações dos públicos, com os quais trabalham os meios cada vez mais matizadamente, cada vez mais sabiamente, já não são entre homens e mulheres, mas mulheres de determinada profissão e idade, mulheres da cidade grande ou de cidade pequena. (BARBERO, 1995, p. 48)

E essa fragmentação, de alguma maneira auxilia no processo de segregação social, na construção do medo, já que o processo de auto isolamento que observamos hoje nas grandes cidades brasileiras, vem, acima de tudo, pelo medo

causado pela violência, que é por sua vez transmitida como destaque pela imprensa nacional.

Medo que também os jovens dos bairros populares sentem, pois quando perguntamos se sentiam seguros hoje em dia, todos responderam que não, embora nunca tivessem sido assaltados, ou sofrido, segundo eles, um caso de violência direta. Como podemos ver nestes três depoimentos registrados em entrevistas individuais, com os entrevistados respondendo sobre a questão da segurança e insegurança nos dias de hoje.

A aluna Denise de 18 anos e que estuda na escola há dez anos respondeu que não se sente segura porque não sabe o dia de amanhã, em suas palavras:

**Entrevistador-** Você se sente segura hoje? Você se sente uma pessoa segura hoje em dia?

**Denise-** Não.

**Entrevistador -** Não. Por quê?

**Denise-** Não sei o dia de amanhã. Tem falta de policiamento, que nem hoje você roda Maceió e não vê um policial para lhe proteger entende.

Observamos nesta passagem, na resposta dada pela aluna Denise que conforme já deixamos explícito neste trabalho a insegurança de caráter existencial que notamos quando a aluna afirma que não sabe o dia de amanhã, se confunde com a insegurança física, relacionada à violência urbana e ao fato de não se ter policiais na rua para protegê-la.

Já a aluna Micheline de 17 anos que mora no bairro e que estuda na escola a oito anos respondeu da seguinte forma à esta pergunta:

**Entrevistador –** E você hoje, se sente segura? Hoje, atualmente?

**Micheline** - Não acho que me sinta assim segura, mas eu nunca recebi nenhum tipo de violência, aí eu não tenho medo, mas eu acho que ninguém hoje em dia tá seguro.

**Entrevistador** – E o que, em sua opinião, seria necessário realizar para se ter segurança?

**Micheline** – Começar pelo policiamento, porque não tem policiamento, tem que começar com o policiamento, é... programas educativos pro jovem, pra ver se melhora a cabeça.

Para estes alunos o fato de nunca terem sofrido um ato violento faz com que eles não se sintam tão amedrontados, porém alguns se sentem inseguros porque de acordo com eles os programas de caráter policial, embora falem a verdade, demonstram de uma forma muito crua, sem rodeios, que a segurança hoje é falha. É o que fica explícito quando os entrevistados Micheline, Wellington de 16 anos que mora no bairro e estuda há oito anos na escola e Vanessa de 17 anos que também estuda há oito anos na escola respondem se os programas policiais contribuem para gerar insegurança nas pessoas.

**Entrevistador** - E você acha que a forma como esses programas noticiam a violência... Isso aí de alguma forma contribui para gerar insegurança nas pessoas?

**Micheline** – Sim.

**Entrevistador** – Por quê? De que maneira?

**Micheline** – Porque as pessoas vêm que a segurança não tá legal. É muito pouca segurança, as pessoas dentro de casa não têm mais segurança.

Já para Wellington de 16 anos que é morador do bairro e que estuda na escola há oito anos, a grande exibição de crimes destes programas auxiliam no aparecimento da insegurança nas pessoas.

**Entrevistador** – Você acha que a forma como estes programas transmitem a violência é... as notícias e tal, isso contribui pra gerar insegurança nas pessoas?

**Wellington** - Eu acho que sim, por que todo dia cê vê violência, morte roubo, estupro a pessoa vai ficando com medo cada vez mais. Tem medo de sair de casa, não anda de noite, tudo por causa da violência.

Já a aluna Marisa de 18 anos que mora nas redondezas do bairro e frequenta a escola a quatro anos afirma que se sente insegura porque podem acontecer várias coisas inesperadas com a pessoa, conforme ela vê na televisão, mesmo que essa pessoa esteja em casa.

**Entrevistador** – Você se sente segura hoje?

**Marisa** – Não.

**Entrevistador** – Por quê?

**Marisa** – Não, por tudo que tá acontecendo hoje em dia, você tá dentro de casa, de repente vem alguém bate na tua porta pede alguma coisa e tal e vem assaltar, de repente é um tiro do nada como a gente vê muito no jornal. Dentro do colégio tem alunos que morrem, então nenhum lugar.

Vale ressaltar que de acordo com as falas dos alunos entrevistados nenhum deles nunca chegou a sofrer algum tipo de ato violento. E embora para uma delas o desconhecimento do futuro a deixe insegura, para os outros a insegurança vem justamente através do que elas assistem na televisão, fazendo com que eles percebam que a segurança atualmente é falha.

A partir destas opiniões, que de certa forma possuem uma influência dos programas de caráter policial da televisão, vemos que no que se refere à questão da recepção, de acordo com as respostas dadas pelos alunos entrevistados, estes programas gozam de grande credibilidade perante os mesmos. Para muitos alunos entrevistados estes programas “transmitem a realidade” e “estão mais perto” deles, ou seja, para os alunos, os programas policiais são aqueles que realmente transmitem a

realidade vivenciada por eles. Como deixa clara a fala dos alunos a respeito destes programas.

O aluno Jeferson, de 16 anos, que estuda a oito anos na escola e que mora no bairro fala da importância destes programas enquanto revelador da realidade que os rodeia...

**Entrevistador** – Você pode me dizer alguns programas que você assiste na televisão?

**Jeferson** – Eu assisto mais filmes... e quando tô chegando em casa vejo esporte e fique alerta.

**Entrevistador** – E você gosta de “Fique Alerta”?

**Jeferson** – Não gosto muito não.

**Entrevistador** – E então, por que você assiste se não gosta muito?

**Jeferson** – Eu assisto mais pra poder ver o que se passa.

**Entrevistador** – Você acha que esses programas são bons, é... assim, pra se informar?

**Jeferson** – Eu acho, eles que dizem o que acontece com o povo na rua.

Observa-se com esse depoimento que para este aluno os programas de caráter policial passam a realidade do dia-a-dia, a expressão “... o que acontece com o povo na rua.” Serve para demonstrar que estes programas, são em sua opinião os que mostram o verdadeiro cotidiano da população. Opinião semelhante possui o aluno Anderson, de 19 anos que também mora no bairro e que estuda a sete anos na escola, ele observa a proximidade que esses programas têm com a população:

**Entrevistador** – Você pode dizer pra mim alguns programas que você assiste na televisão?

**Anderson** – Eu gosto de assistir jornal.

**Entrevistador** – Certo, e quais jornais você assiste?

**Anderson** – Jornal Nacional, Plantão Alagoas, o da Record...

**Entrevistador** – Ok, e o que você acha desse programa, o Plantão Alagoas e o Fique Alerta, que é parecido?

**Anderson** – Eu acho que eles transmitem a realidade pra gente.

**Entrevistador** – E de que forma eles transmitem a realidade pra gente. Você pode dizer?

**Anderson** – Ah, eles vão aos lugares que estão acontecendo as coisas, perguntam pras pessoas o que aconteceu, filma tudo que aconteceu. Quando as pessoas tem alguma reclamação, é denúncia chama logo eles pra mostrar, porque eles estão mais perto da gente. Eles vêm mesmo.

Nestas passagens podemos observar que, como já foi explicitado, estes programas gozam de grande credibilidade entre os jovens construída, de acordo com os depoimentos, através de uma proximidade com o público. Os telespectadores segundo os entrevistados podem contar com os repórteres destes programas, pois por conta de estarem “mais perto” ouvem as denúncias da população. Eles acabam então se tornando um canal para levar as demandas da população para o poder público, ou seja, uma maneira de se fazer ouvir pelos governantes. Fato que também auxilia muito os próprios repórteres com ambições políticas, pois estes programas, esta suposta proximidade com o povo este papel de mediador entre as demandas populares e o poder público que os mesmos fazem acreditar que realizam, acabam servindo de trampolim para aqueles que almejam uma carreira política.

Além disso, o fato de estes programas se transformarem em canal de denúncia por parte da população faz, como já dissemos, com que a população possua uma visão positiva destes. Isso faz com que essa opinião seja predominante entre todos os jovens. Logo podemos perceber uma ação mediadora, de acordo com o que diz Barbero (1995), na qual a opinião da população, ou seja, da comunidade que ronda esses jovens é a opinião dos mesmos.

Essa situação fica clara quando os jovens dizem que mesmo não gostando dos programas eles o assistem, pois é o programa que realmente passa “o que acontece

com o povo na rua”. Por “povo na rua” podemos identificar a própria comunidade da qual eles fazem parte, pois o que se observa nas entrevistas realizadas, senão em todas, mas em boa parte delas é que para estes jovens pertencentes às camadas populares existe uma diferenciação entre a transmissão que a mídia faz de um crime praticado por um membro da classe média ou alta e a transmissão realizada de um crime praticado por um membro das camadas populares.

Essa diferenciação, segundo os alunos, não está só no discurso empregado pelos meios de comunicação para relatar o fato, mas está também no espaço que os diferentes fatos ocupam na mídia.

**Entrevistador** -... você lembra de ter visto algum caso de violência que tenha acontecido com uma pessoa... ter visto na televisão né... um caso de violência que tenha acontecido com uma pessoa rica, de boa condição financeira?

**Micheline** – Isabela Nardone.

**Entrevistador** – Isabela Nardone, você lembra desse caso né, você lembra de onde ele foi noticiado pela primeira vez. De onde você viu?

**Micheline** – Na Globo.

**Entrevistador** – Na Globo. Em que programa?

**Micheline** – Foi no jornal mesmo.

**Entrevistador** – No Jornal Nacional mesmo?

**Micheline** – Foi, acho que foi.

**Entrevistador** – E você lembra como é que foi noticiado esse caso? Como foi que ele passou na televisão?

**Micheline** – Uma menina tinha caído, foi empurrada do prédio onde ela morava, mas com poucas notícias depois que aconteceu a repercussão. Até do momento em que a menina caiu até a parte jurídica.

**Entrevistador** – Então esse fato todo, que tipo de reação esse fato todo gerou? Houve algum tipo de reação na sociedade, nas pessoas?

**Micheline** – Muitas pessoas ficaram lá na porta, é se manifestando contra o pai da criança e a madrasta.

**Entrevistador** – Certo. E houve alguma solução pra esse caso, alguma solução jurídica?

**Micheline** – Sim, o pai dela e a madrasta foram presos.

Podemos fazer algumas observações com relação a essa entrevista da aluna Micheline, porém vamos primeiro observar a questão do espaço em que essas notícias foram veiculadas. Inicialmente percebemos que o caso relatado foi um caso de grande repercussão, ocorrido em uma família de classe média, moradora de um grande centro urbano.

Observamos que na sua resposta a entrevistada se reporta ao fato de o caso ter sido noticiado em um telejornal de âmbito nacional, além disso, ela deixa claro que houve todo um processo investigativo e jurídico do caso, que resultou na prisão dos acusados, no caso o pai e a madrasta da vítima. O que não podemos dizer, segundo as palavras da aluna entrevistada quando se refere a acontecimentos com pessoas das camadas populares.

**Entrevistador** – Você se lembra de ter visto algum fato violento praticado por uma pessoa de condição humilde. Pobre uma pessoa pobre? Assim ter passado na televisão, você ter visto na TV algum crime praticado por pessoas de condição desfavorável?

**Micheline** – Várias vezes né. Pessoas que roubam, matam.

**Entrevistador** – E você se lembra de onde você viu esses casos. Um deles que venha na sua mente?

**Micheline** – No Fique Alerta.

**Entrevistador** – E como esses casos são noticiados no Fique Alerta?

**Micheline** – Acho que na verdade, acho que eles não arroteiam não, esse tipo de coisa eles não arroteiam, eles vão direto ao ponto. Dizem o que aconteceu, onde, quem foi a pessoa, nome, idade, o que fazia, a classe...

**Entrevistador** – É né, então é assim eles vão direto ao assunto. E esses fatos eles geram alguma reação na sociedade?

**Micheline** – Já tá normal, as pessoas já estão acostumadas com isso.

**Entrevistador** – Ah então as pessoas já estão acostumadas e nem, você acha que elas nem estão mais ligando, no caso?

**Micheline** – Isso já foi mais discutido antes, mas hoje em dia as pessoas não tão nem aí. Já se tornou uma coisa muito normal.

**Entrevistador** – E esses casos você. Por exemplo, o Fique Alerta transmite um roubo, você percebe se depois de algum tempo ele passa a solução desse caso?

**Micheline** – Não ele nunca passa.

**Entrevistador** – Nunca passa?

**Micheline** – Eu nunca vi nada não, passar a solução de roubo eu nunca vi.

**Entrevistador** – Certo, então ele só mostra na hora que o cara é preso né?

**Micheline** – É, às vezes, na hora que o cara é preso é pego, aí ele mostra, mas nunca mostra se o cara ficou realmente preso o que aconteceu com ele depois.

Analisando as duas passagens da entrevista da aluna Micheline, comparando-as, podemos observar que em sua opinião existem várias diferenciações entre a forma como a mídia transmite a violência de ricos e pobres. De início, como já explicitamos a questão do espaço em que esses fatos são veiculados, os crimes praticados pelas camadas médias e altas são transmitidos pelos telejornais de âmbito nacional, enquanto os crimes praticados pelas camadas populares são mostrados em programas policiais. Outra questão importante é a repercussão do fato. O caso Nardone, para a entrevistada, provocou uma comoção nacional, enquanto os crimes

das camadas populares já estão de certa forma banalizados, ninguém se importa mais com eles.

Além do que já foi exposto, os crimes praticados por pessoas de boas condições financeiras possuem todo um processo de investigação e resolução, inclusive jurídica, que segundo a entrevistada os crimes das classes populares não possuem ou se possuem não são mostrados.

O que podemos perceber de todas essas diferenciações é que conforme já havíamos falado no capítulo anterior essa distinção existe também no que se refere à visão que nós temos de nós mesmos enquanto sociedade. Como já vimos existe na sociedade brasileira uma ideia de que somos um povo ordeiro, que sofre com investidas de grupos praticantes da violência. Ou seja, quando alguém da sociedade estabelecida pratica um crime ele passa por todos os trâmites legais que uma sociedade ordeira e civilizada ou como afirma Elias (1997), pacificada dispõe. Investigações, julgamento e prisão dos culpados. Subentende-se então que estes fatos não são comuns – de acordo com a mentalidade difundida pela sociedade – inerentes ao nosso comportamento civilizado, que se supõe ser avessa a violência.

No entanto vemos que se por algum motivo esses fatos ocorrem eles escandalizam a população, que acompanha todo o desenrolar do processo até sua conclusão. Isso transmite o sentido de que mesmo os que praticam crimes, dentro dessa sociedade, têm direitos, como o de ter sua versão ouvida, de possuir um julgamento justo, tudo inserido nos contextos das corretas práticas sociais.

Isso já não se pode afirmar quando falamos a respeito de crimes praticados por pessoas de camadas subalternas. O criminoso só é mostrado, de acordo com a entrevistada, no momento em que é capturado. É feito um interrogatório com características policiais pelos repórteres, visando, sobretudo arrancar uma confissão. Isso seria essa ausência de “rodeios” que esses programas praticam. Não existe investigação, não existe o porquê daquele fato. Como a entrevistada afirma, é uma coisa normal, já não afeta mais ninguém e isso porque é um crime cometido por uma camada social com a qual a própria prática de crimes é relacionada.

Esses grupos são considerados praticantes da violência, logo isso é uma prática banal, difundida por esses grupos que de uma forma ou de outra não são

considerados membros da sociedade, são excluídos e justamente por conta disto não passaram por um processo investigativo e jurídico, ou se por acaso passarem não será mostrado. Não interessa saber se os não membros da sociedade recebem tratamento igualitário ou não. Só importa saber se eles estão sendo pegos e deixando a população “pacificada” mais tranquila.

Essa posição também é observada no depoimento do aluno Maxwell, de 18 anos que apesar de não morar no bairro frequenta-o diariamente e que estuda na escola a oito anos, quando perguntado a respeito da distinção de discursos empregados pela mídia para transmitir crimes cometidos por ricos e pobres ele afirma:

**Entrevistador** – Com relação aos repórteres... é você vê diferença quando eles, nesses programas tipo Fique Alerta, entrevistam um rico que cometeu algum crime e um pobre que cometeu algum crime?

**Maxwell** – Tem sim, às vezes os repórteres deboçam do bandido se ele é pobre, chamam ele de nome, ficam “zonando” mesmo.

**Entrevistador** – E com o rico como é que é?

**Maxwell** – Eu quase não vejo rico nesses programas, mas às vezes, quando eles aparecem, os repórteres chamam até de doutor, só entrevistam se o cara quiser, com hora marcada e tudo. Mas é difícil aparecer algum rico nesses programas. Só o povão mesmo é que aparece.

Vemos então na fala destes alunos que existe, segundo eles, uma diferenciação. Segundo Maxwell é muito difícil ver algum rico nesses programas de caráter policial. Isso faz com que “só o povão mesmo” que apareça nesses programas, onde são ridicularizados, expostos e depois esquecidos, não levando em consideração se terão acesso a um processo jurídico e resolução do seu caso.

Mesmo com todas essas circunstâncias percebemos que os programas de caráter policial são vistos e muito apreciados pelos jovens do bairro. Mesmo que alguns destes jovens neguem que sejam espectadores destes programas, no decorrer da

conversa com eles percebemos que eles são até mesmo assíduos espectadores, assistindo com frequência aos programas, pois sempre que perguntados se conheciam algum caso de conhecidos que haviam sido mostrados nesses programas, todos, de uma forma ou de outra, responderam positivamente, se não eram pessoas próximas, no mínimo eram pessoas da vizinhança, alguém que eles reconheceriam caso vissem na rua.

Vejam algumas respostas dadas à questão sobre se os alunos conheciam alguém que já foi mostrado nos programas e as reações causadas por estes aparecimentos. Observaremos primeiro o que nos disse a aluna Stephane de 17 anos, moradora do bairro e que a quatro anos estuda na escola investigada.

**Entrevistador** – Você já viu ou reconheceu alguém... é você já viu algum conhecido seu nesses programas alguma vez?

**Stephane** - Conhecido, conhecido não, gente muito próxima não.

**Entrevistador** – Você nunca viu né?

**Stephane** – Eu já vi pessoas, mas que eu não tenho amizade, só de ver pela rua mesmo, por aqui...

**Entrevistador** – Entendi. E em que situação esta pessoa foi mostrada? Você lembra?

**Stephane** – Ele tava sendo preso... ele e mais uns amigos tavam entrando na casa do povo e roubando as coisas, aí a polícia ficou sabendo e forma, foram até conseguir prender ele.

**Entrevistador** – Entendi. E mais alguém que você conhecia, conhecia essa pessoa, era um menino, jovem, adulto, como ele era?

**Stephane** – Já era pivetão... já devia ter uns quinze anos por aí.

**Entrevistador** – Certo. E mais alguém que você conhecia, conhecia ele... assim já tinha visto alguma vez?

**Stephane** – Todo mundo lá na rua conhecia ele... ele morava por lá desde pequeno, acho que nasceu lá.

**Entrevistador** – Sei. E o pessoal da rua, você disse que todo mundo conhecia ele e tal... o pessoal da rua fez algum comentário quando viu ele aparecendo nesse programa?

**Stephane** – Alguns ficaram com pena da mãe dele, tentaram ajudar e outros diziam que ele era maloqueiro mesmo... que tinha que ser preso, essas coisas.

Podemos observar no depoimento da aluna Stephane que, embora a pessoa que ela deu como exemplo não seja de seu convívio, ela chega a se distanciar bastante da pessoa relatada, ela conhece e dá detalhes sobre ela, generalizando, dizendo que todos conheciam, mas mesmo sem ter a intenção ela acaba aproximando quando diz que o menino viveu naquela rua desde que nasceu. Mostra ainda, através dos comentários relatados por ela, que de certa maneira toda a comunidade possuía uma opinião a respeito do garoto e que mesmo que alguns tenham ido consolar a mãe, outros, por sua vez diziam que o menino era “maloqueiro mesmo” e que deveria ser preso.

Podemos então perceber que o discurso empregado por esses programas muitas vezes reforça essa visão que naturaliza o fato de alguém praticar delitos. Esta maneira de falar, acusando o indivíduo e dizendo que o menino é “maloqueiro mesmo”, quase cria a imagem de que este garoto nasceu assim “maloqueiro” e que não adianta fazer mais nada, só resta para ele mesmo a prisão e para a mãe o consolo dos mais próximos.

Podemos ainda retornar a uma discussão anterior sobre a questão dos ricos e pobres e como estes são mostrados pela mídia quando praticam crimes e vemos que em momento algum se buscou fazer uma reconstituição psicológica ou de caráter social do menino relatado, como nos acostumamos a ver no caso dos crimes praticados por ricos. O garoto foi simplesmente mostrado como um “maloqueiro mesmo” que já devia estar preso.

Já o aluno Diego de 18 anos que vive no bairro e estuda a oito anos na escola relata uma situação onde a pessoa envolvida já era mais próxima de seu grupo de convívio, mas podemos observar que mesmo assim a opinião construída não se diferencia da opinião do caso anterior.

**Entrevistador** -... você já reconheceu alguém nesses programas alguma vez?

**Diego** – Já... um conhecido meu foi morto quando ia visitar um amigo.

**Entrevistador** – Foi mesmo? E como foi você pode dizer... você se lembra?

**Diego** – É ele tava saindo de casa, à tarde mesmo e uns caras numa moto atiraram nele... quatro tiros...ele era envolvido com drogas, com essas coisas e acabou morrendo.

**Entrevistador** – Mais alguém que andava com você, é, mais amigos seus conheciam ele?

**Diego** – A maioria viu todo mundo ficou sabendo e comentou. Perguntaram se a gente tinha visto ele no jornal... e os caras ficaram falando, alguns foram até lá ver tudo.

**Entrevistador** – E você se lembra do que o pessoal falou a respeito?

**Diego** – O que todo mundo sempre diz é que o cara quando se mete com esses negócios é sem futuro, só pode dar em morte ou em cadeia.

Vemos então que embora possamos perceber uma pequena diferença no tom da opinião, o que é constatado pelas pessoas que assistem a esses programas é que não há saída àqueles que entram para a criminalidade acabam mortos ou presos não existe volta.

Neste caso também podemos observar que o que ocorre é uma espécie de celebração, como afirmamos no início deste estudo. O fato de todos os conhecidos falarem a respeito, de irem ao local do acontecimento demonstra o interesse que os fatos relatados por este programa despertam nos espectadores e mais do que isso, não só o fato, mas o discurso, percebe-se com as entrevistas realizadas que a forma como estes programas transmitem os fatos dá, de certa maneira, credibilidade ao que eles falam quando apreendido pelos telespectadores.

Para muitos dos entrevistados o interesse por esses programas surge pelo fato de, conforme a fala deles, mostrarem a realidade e dizerem a verdade, mesmo que

essa verdade seja apenas a imagem imediata, mostrando apenas o acontecimento na hora, ou “cru” como disseram alguns entrevistados. A verdade neste caso está muito mais relacionada à proximidade e à identificação que estes jovens sentem pelo discurso empregado pelos programas com o próprio discurso de sua comunidade. A forma de mostrar um rapaz que foi baleado quando ia visitar um amigo, por estar envolvido com drogas, sem mostrar que existem alternativas, como programas de reabilitação é uma maneira de reforçar a opinião de que a entrada no mundo das drogas só tem dois resultados, a morte ou a cadeia.

O que vemos então neste ponto vai ao encontro do que afirma Barbero (1995), quando diz que estamos propondo que o processo de recepção é um processo de negociação é um processo de negociação do sentido. Vemos a negociação do sentido entre o discurso empregado pelo meio de comunicação e o grupo a que pertencem esses jovens. E essa construção é realizada a partir do que se tem na sociedade, os programas precisam saber como passar ou transmitir o fato, ou seja, construir um discurso que produza sentido no receptor e como nos diz Stuart Hall (2009) em “Codificação/Decodificação”.

Além disso, embora as estruturas de produção da televisão originem os discursos televisivos, elas não constituem um sistema fechado. Elas tiram assuntos, tratamentos, agendas, eventos, equipes, imagens da audiência, “definições da situação” de outras fontes e outras formações discursivas dentro das estruturas sociocultural e política mais ampla da qual são uma parte diferenciada. (HALL, 2009, p. 367)

E então a partir desta formação de sentido, desta identificação realizada pelo receptor, que baseia a interpretação da informação transmitida com toda a constituição cultural e identitária que o cerca, que vemos a importância e a credibilidade ofertada por estes jovens a esses programas. A sua linguagem, de modo geral, remete a linguagem utilizada pelos jovens e por aqueles que os cercam. O fato de dizer que o menor infrator é um “maloqueiro” está de alguma maneira, em concordância com as imagens e o discurso transmitido por estes programas, que como já dissemos só faz a transmissão do fato na hora, quase que naturalizando a imagem do infrator mostrado realmente como “maloqueiro”.

Existe, como podemos observar, uma aproximação entre a mensagem e as relações sociais existentes dentro deste grupo investigado. Há uma construção narrativa elaborada para que haja esta identificação, para que como ainda nos mostra o autor o acontecimento se transforme em evento comunicativo, pois

Naquele momento, as sub-regras formais do discurso estão “em dominância”, sem é claro, subordinarem até seu apagamento o evento histórico que está sendo significado, as relações sociais nas quais as regras são postas em funcionamento ou as consequências políticas e sociais do evento terem sido significadas dessa maneira (HALL, 2009, p. 367)

É então desta forma que se dá a significação deste discurso, o fato é por sua vez, transformado em narrativa para que faça sentido e esta narrativa é construída de acordo com as relações sociais dos grupos envolvidos. O cotidiano é para isso de suma importância, pois é o local de construção identitária dos indivíduos e é esta realidade cotidiana que é buscada por esses programas, como já vimos aqui alguns dos entrevistados afirmarem que estes programas mostram a “realidade do povo na rua” e essa realidade cotidiana como nos aponta Barbero (1995), quando fala das mediações, se dá no bairro, pois segundo ele

É no bairro que a pessoa é alguém, tem um nome, tem uma vida, tem uma história, é filho de fulano, é pai de beltrano; e no trabalho é alguém na medida em que os companheiros reconhecem nele um sujeito social, que é negado pelo trabalho e que é tecido nas relações de bairro, nas relações sociais curtas, primeiro, domésticas. De maneira que a vida cotidiana, obviamente, não fica na casa, não fica no bairro, mas tecido de reconhecimentos sociais, tem como seu espaço produtivo, como seu espaço criativo, o espaço do bairro. (BARBERO, 1995, pp. 60-61).

Logo vemos que o bairro é o responsável por esta construção identitária, a construção de sentido, como podemos ver nas afirmações e opiniões expostas pelos entrevistados quando se remetem ao que as pessoas da comunidade afirmam. Então são estas as bases que podemos perceber nas entrevistas realizadas, vemos as opiniões dos alunos entrevistados e podemos perceber através da fala dos mesmos, que eles constroem suas opiniões a respeito do que lhes é transmitido a partir do que sua comunidade, seu entorno social lhe permite, naquilo que Barbero (2009) chama de mediações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o comportamento dos alunos da Escola da Rede Pública Estadual do Bairro de Bebedouro em Maceió-AL, com relação às imagens que são veiculadas pelos programas de caráter policial, principalmente quando estes transmitem imagens de conhecidos destes alunos, o que de certa forma provoca uma euforia nos mesmos.

Primeiramente vimos a importância da questão da violência para os próprios meios de comunicação. Vimos com Szpacenkopf (2003) que a violência é um produto que vende muito, gerando com isso uma superexploração do tema pela mídia. Essa superexploração segundo a autora precisa ser realizada juntamente com uma sedução do olhar do espectador, que se realiza utilizando-se a transmissão como uma escalada, ou seja, uma “ultrapassagem de limites” para que se gere interesse no espectador, já que ainda segundo Szpacenkopf (2003) a superexposição somente da violência geraria uma banalização, que acabaria criando um desinteresse pelo tema.

Portanto é a partir desta realidade que vislumbramos a possibilidade de se realizar este estudo. Observamos o interesse dos alunos da escola analisada por programas de caráter policial, percebemos nas conversas com os alunos entrevistados que todos tinham conhecimento de algum fato violento ocorrido nas proximidades de suas residências e que apesar de conviver com a violência estes jovens adquiriram grande interesse em relatos de violência realizados pelos meios de comunicação. Mesmo sendo estes jovens pertencentes à faixa etária que é a maior vítima da violência.

Esta primeira análise nos fez perceber que seria necessário partir para a questão das origens da violência nas sociedades humanas. O que seria ou o que significaria este termo? Como este comportamento surge e é controlado na humanidade? Qual seria a diferença existente entre violência e agressividade? Para realizar esta análise referente à questão da violência e para percebermos o quanto através da História o comportamento violento passou por um processo de regulação que acabou resultando em uma monopolização estatal dos meios da violência, nos utilizamos de Elias (1994/1997). O autor, que em sua sociogênese explicita a ligação

entre as estruturas simbólicas internas e as regulações externas. Ele irá afirmar que com essa consolidação do monopólio estatal da violência, ou seja, o momento em que o Estado Moderno surge e começa a, através da unificação dos pesos e medidas, moeda e impostos, bem como com a criação de uma burocracia que se caracterizava pelo princípio do processo de impessoalização da administração, da nacionalização do exército, além do desenvolvimento de um aparelho repressor, acabará monopolizando a prática da violência que será administrada pelo Estado.

Vemos que a partir desse processo a violência deixará de ser uma prática comum de todos, pois para Elias (1997), não existe comportamento humano totalmente natural, eles são sim resultado de processos históricos e naturais, para o autor, o conflito entre indivíduos e grupos por recursos materiais ou simbólicos sempre permeou a vida do ser humano. A partir daí vemos com Elias (1994) que o desenvolvimento do processo civilizador se caracteriza pelo desenvolvimento social e político do Estado com o de uma economia emocional que vai do uso da violência até a questão do sentimento de repulsa.

O que se depreende com isto é que o processo de formação do Estado Nacional possui ligações diretas com o desenvolvimento do comportamento, ou seja, a estruturação de um monopólio estatal da violência faz também com que o comportamento violento, isto é, num período histórico de longa duração acaba por moldar o comportamento individual ou a lei simbólica, ou o controle das emoções. O que podemos perceber da discussão de Elias (1997) é que o problema da violência nas sociedades pacificadas não é a violência em si, mas o seu uso desautorizado.

Através de análises referentes à questão da violência percebemos o quanto através da história o comportamento violento passou por um processo de regulação que acabou resultando em uma monopolização legal dos meios de violência. Vimos também que com essa consolidação do monopólio legal da violência, de acordo com Elias (1997) a própria construção simbólica do indivíduo se adequa ao que está socialmente estabelecido, diminuindo esta necessidade de comportamentos espontâneos, já que existe um aparato legal de caráter impessoal para lidar com questões que anteriormente eram resolvidas de maneira pessoal.

Observamos também que em sociedades em que o processo de monopolização legal dos meios de violência não se completou, ou se completou de

maneira precária, acabamos por perceber a irrupção do que Elias (1997) chama de violência extra- estatal, ou o uso ilegítimo da violência. Em sociedades como a brasileira podemos perceber que através dos tempos esse monopólio legal da violência foi precariamente construído, resultando em uma sociedade em que as relações sociais são permeadas pela violência, não só a violência física como também o personalismo e o patrimonialismo que segundo da Matta (1997) dará origem a uma diferenciação social que por sua vez resultará em uma diferenciação identitária.

O que vemos, trazendo para o caso brasileiro é que o conflito na sociedade brasileira se dá pela própria estruturação, extremamente hierárquica e autoritária, gerando um enorme número de despossuídos, sem acesso ao atendimento de suas demandas. Enquanto isso em contrapartida surge uma pequena elite com plenos direitos e acesso ilimitado aos bens públicos, mesmo sendo com o objetivo de conseguir benefícios particulares.

É isso que observamos em da Matta (1997), quando analisa expressões como a famosa frase “Você sabe com quem está falando?”. Esta expressão demonstra o que ele chama de diferenciação, que pode ser tanto econômica quanto identitária, que neste caso específico diferencia até pessoas do mesmo nível econômico, como acontece em Winston Parva, no trabalho de Elias (2000) “Os estabelecidos e os outsiders”.

Todo esse processo acaba gerando uma segregação, uma diferenciação que aumenta os casos de violência, pois entre as estratégias de sobrevivência advindas de toda essa situação está entre elas, a própria violência, generalizando, o comportamento violento por toda a sociedade. Pois nas relações sociais que nos permeiam, vemos que a violência é uma das bases destas interações. Tudo isso permeado pela negação do outro, a tentativa de subjuga-lo e utiliza-lo para alcançar seus próprios objetivos.

É dentro desta ótica que começamos a vislumbrar o porquê de a sociedade brasileira perceber-se como dividida em dois grupos: o ordeiro, civilizado, pacificado e avesso à violência e o grupo considerado praticante da violência, sendo que este grupo é formado, de certa maneira, por aqueles que estão excluídos ou à margem da sociedade.

Além de tudo isso vemos também com Chauí (2006) que existem duas maneiras de caracterizar a violência na sociedade brasileira. A primeira seria a relacionada ou posta como sinônimo de chacina, massacre ou guerra civil tácita; a outra seria percebê-la não como violência, mas como formas débeis de combatê-la, ou seja, seriam instrumentos frágeis para a contenção da violência.

Isto não é percebido, em nossa sociedade, como violência. Toda esta estruturação acaba nos levando novamente para a questão da divisão “nós” e “eles”, ou seja, a sociedade civilizada, pacificada e um grupo de excluídos, de favelados, imigrantes, índios, entre outros, que seriam classificados como promotores da violência.

Esta violência, para Chauí (2006) é um ato de força que acaba por forçar alguma coisa ou alguém a mudar seu curso normal, ou como a autora continua afirmando, a violência é o ato de reduzir o humano a condição de coisa, tirando a possibilidade de que ele aja de acordo com sua consciência.

Isso leva até a questão do mito da não violência, o que permite fazer com que os membros da sociedade acabem acreditando que a sociedade brasileira é pacífica e ordeira, avessa à violência, sendo atacada por grupos promotores da violência. O que, de acordo com esta visão acontece de tempos em tempos, em forma de surtos ou ondas provocadas por grupos que não se enquadram nesse ordenamento.

Estes grupos, que estariam de fora da sociedade modernizada e pacificada, são oriundos de áreas que supostamente, ou que são consideradas pelos membros da boa sociedade, como arcaicas, ou atrasadas do país. Que por sua vez seriam, por esta única característica, impossibilitado de se enquadrar, considerado, então, o violento.

O que seria reforçado pela questão do silenciamento, processo desenvolvido e estruturado pela escrita da História, que é realizada pelos vencedores, ou os dominadores, e que transforma as demandas e as lutas das camadas populares em selvageria, em brutalidade, em fanatismo, tornando necessária sua eliminação.

Transformam-se essas demandas cada vez mais prementes em caso de polícia. É o que ocorre no caso brasileiro, no que se refere à violência. Toda esta colocação é formulada e divulgada a partir da elite, o que se agrava quando observamos o entorno, a realidade em que os indivíduos se encontram atualmente.

Esta realidade é permeada pela insegurança, insegurança esta que é caracterizada pela impossibilidade de planejamento da vida a longo prazo. Isto devido à nova configuração da realidade, na qual mudanças de caráter social, político e principalmente econômico acabaram desencadeando uma situação em que não se tem segurança, não se pode afirmar se iremos conseguir manter nossos empregos, ou se a previdência social nos permitirá ter uma velhice tranquila.

É o que Bauman (2007) chama de transição da “Modernidade sólida” para a “Modernidade Líquida”. Esta transição se dá, basicamente com a transformação do modelo capitalista iniciado após a Segunda Guerra Mundial, o chamado Estado de bem estar social para o modelo neoliberal, implantado a partir da década de 1970, com o advento da crise do petróleo.

Neste modelo, observamos a desregulamentação do capitalismo, o desmantelamento dos serviços públicos e sua consequente privatização, o que antes permitia ao indivíduo certa segurança existencial, atualmente, com esse desmantelamento, gera insegurança e medo.

O que se acentua na sociedade brasileira na qual não tivemos a consolidação do estado de bem estar social, gerando um quadro de apropriação de riqueza por parte de uma elite e, como já afirmamos a negação da distribuição de direitos para as parcelas subalternas da sociedade.

Esta situação cria, auxiliada pela própria implantação do neoliberalismo, sem nem mesmo termos a implantação de um estado de bem estar social precedente, um abismo social, que incrementado pela violência que permeia toda nossa sociedade dá origem a criminalização da pobreza, o que além de excluir o indivíduo o liga diretamente ao crime.

Juntam-se a tudo isso os ganhos que a elite dirigente (político- econômica) brasileira consegue com o medo, ou seja, o afastamento do indivíduo das questões decisórias, ou pelo menos de um aprofundamento nas discussões a respeito das causas da violência, já que esta é essencializada, gerando opiniões que, reforçada pela desigualdade social, como já explicitamos, criminalizam a pobreza e segregam ainda mais a sociedade. Enquanto a sociedade se preocupa com a segurança que é

transformada pelos meios de comunicação de insegurança existencial em insegurança física, medo da criminalidade, nos moldes discutido por Chauí (2006).

Medo este que acaba alimentando o que Glassner (2003) no seu trabalho “Cultura do medo” chama de indústria do medo, que é a crescente indústria de aparatos de segurança, que cresce impulsionada pela maneira como a violência é transmitida diariamente. Isso acaba auxiliando mais ainda na segregação da sociedade, contribuindo mais ainda para a manutenção e aceitação do mito da não violência, para a criminalização dos grupos excluídos, como índios, negros, sem terra, sem teto, favelados e jovens pertencentes às camadas sociais subalternas, que são vistos como integrados aos grupos promotores da violência, ou seja, caracterizados como caso de polícia.

Dentro destes grupos excluídos os jovens, em sua maioria são vistos como um problema. Através da necessidade de ter que construir um futuro em uma realidade cada vez mais insegura, em que o indivíduo precisa estar se reinventando a todo o momento e em que não há segurança existencial nenhuma, visto que as relações de trabalho, as relações sociais são cada vez mais fragmentadas.

Estes jovens são, de certa maneira, considerados praticantes da violência, principalmente quando nos referimos aos jovens das camadas populares. Estes além de serem considerados como violentos, são comprovadamente as maiores vítimas da violência.

Vemos, dentro desta discussão que apesar de tudo os conceitos de jovens e juventude e sua diferenciação se dão basicamente nas disparidades entre juventudes, que depende do espaço no qual este período da vida é vivido, não sendo apenas a questão etária que a demarca, mas também uma questão étnica, de gênero e social.

Esta discussão é realizada levando-se em conta que além das questões inerentes ao grupo, existem também as questões inerentes a própria sociedade, pois os jovens talvez mais do que qualquer outro, e os jovens das camadas populares mais ainda, sofrem com a insegurança. O que se quer dizer com isso é que se torna cada vez mais difícil para o jovem planejar sua vida, mais difícil ainda pelo fato de o jovem não possuir a experiência de um adulto.

Esta situação faz com que os jovens se encontrem em uma realidade na qual possuem poucas chances de obter sucesso. Isto reforçado pela própria fragmentação da vida profissional, já que se pode observar que os jovens que trabalham já passaram por vários empregos, pois as relações interpessoais, sociais e afetivas são fugazes, passageiras e cada vez menos significativas.

Com isto cria-se uma realidade na qual o medo se torna um de seus principais sentimentos, posto que há poucas garantias de sucesso e mesmo a aposta na educação como instrumento de melhoria de vida não é mais garantia de que o futuro será tranquilo.

Este então seria o medo que o jovem possui atualmente, medo de ser marginalizado, medo de estar desprotegido o que, de certa maneira, é também o medo dos adultos, e que também acaba por ser confundido com segurança pessoal. Isto tudo se agravando no caso dos jovens das camadas populares que além de sofrerem com este medo e insegurança, ainda são enquadrados nos grupos praticantes da violência.

Podemos perceber que, de certa maneira, o que se passa com os jovens atualmente se dá também nas outras faixas etárias. O problema se dá justamente no acesso aos direitos, que existem para uma camada e não existe para outra, retornando ao mito da não violência.

A distinção que é reforçada pelos meios de comunicação que cobrem de maneira diferenciada delitos cometidos por jovens pobres e por jovens ricos ou de classe média. Levando-se em consideração a fala de muitos dos alunos entrevistados nesta pesquisa, não se sabe qual o desfecho dos casos envolvendo jovens de camadas populares, simplesmente criminaliza-se este jovem e mostram-no como uma figura essencializada, sem passado, que já surgiu como criminoso, sem levar em conta as condições de vida que o levaram a praticar o delito.

É mencionado também que em nenhum momento mostra-se esse jovem passando por um processo jurídico, sendo julgado em algum tribunal para receber uma pena que seja condizente com o delito cometido.

O que se mostra, segundo os alunos, é apenas o processo de captura, o jovem sendo preso, sendo interrogado pelo próprio repórter e sendo humilhado, isto já basta, pois este jovem se encontraria a margem da “boa sociedade”. Totalmente

distinto do que ocorre com os jovens de classe média ou alta, quando cometem algum crime, crimes como incendiar moradores de rua, espancar trabalhadoras que esperam a condução no ponto de ônibus ou estuprar e matar meninas de famílias humildes.

Logo se tem a preocupação de averiguar o crime, fazer um perfil psicológico dos jovens agressores e mostrar todos os tramites jurídicos envolvidos no caso, pois estes jovens não são considerados marginais, mas sim integrantes de um grupo formado por pessoas pacíficas, ordeiras e avessas à violência. É necessário, por isso tudo que mencionamos, saber o por que da prática destes atos e além disso dar-lhes a possibilidade de não voltar a praticá-los pois isso não se enquadra no comportamento normal de uma sociedade pacífica.

Logo o que temos é o enquadramento dos jovens das camadas populares como um problema policial, já que de acordo com o que foi colocado, a criminalidade acaba sendo considerada e percebida pela sociedade como um caminho natural que este jovem irá percorrer.

O que sobra de alternativa para este jovem, como oportunidades oferecidas por ONGs que têm o objetivo de trabalhar com jovens em “situação de risco” buscando adequá-los a postos subalternos na economia formal, como mão de obra barata e de baixa qualificação, já que o sistema de ensino público dificilmente oferece uma alternativa de ascensão social pelo fato de se encontrar completamente sucateado.

Esta realidade contribui para, como já foi mencionado, gerar uma situação de medo nestes jovens, medo do futuro e descrédito nos meios que podem permitir um processo de democratização da sociedade, como a participação política. Percebe-se atualmente pouco ou nenhum interesse do jovem, quase que de uma maneira geral com a questão política. Isto gera uma apatia e uma busca apenas por soluções individuais para problemas que na realidade possuem caráter social.

Mas se por um lado observamos esta característica como apatia, medo, insegurança e principalmente segregação entre ricos e pobres no que concerne a juventude, tudo isso reforçado pela mídia; por outro, observamos também que existe uma atividade social em que jovens ricos e pobres, morador de cidade grande ou pequena, da favela ou do asfalto são igualados. Esta atividade é justamente o consumo.

Atualmente todos querem consumir e o jovem é uma grande força consumidora, o consumo serviria como ferramenta de distinção social, os bens, de acordo com Douglas e Isherwood (2009) servem de signos, signos de distinção por um lado e de pertencimento por outro.

Servindo para dar sentido a passagem do tempo pode-se perceber a diferenciação através da temporalidade que representa cada bem consumido, os produtos de alta frequência teriam valor mais baixo, já os de baixa frequência teriam valor mais alto, pois caracterizaria que seus proprietários teriam mais tempo disponível para participar de rituais de baixa frequência como festas e jantares.

Neste contexto podemos observar que os jovens figurariam como os grandes consumidores de artigos de baixa frequência, caracterizados pelos *gadgets* que são brinquedos tecnológicos que servem para estender o alcance do corpo além de estarem relacionados com rituais de baixa frequência, estes *gadgets* são utilizados, acima de tudo pelos jovens para se distinguir dos demais grupos e para se identificar com os seus.

Estes *gadgets* seriam bens de baixa frequência, pois o proprietário, principalmente o jovem o utiliza para marcar encontros, festas entre outros, ou seja, rituais de baixa frequência, caracterizando, assim o prestígio enquanto consumido, que faz com que as outras faixas etárias da sociedade anseiem cada vez mais em se identificar, em se parecer ou permanecer jovem. Isto caracteriza uma busca frenética por academias ou então mesas de cirurgia plástica para permanecer o máximo possível com uma aparência inferior a de trinta anos.

Em suma, vemos que a questão da juventude em nossa sociedade acaba acompanhando o que ocorre com as outras faixas etárias, medo, violência, segregação, por um lado e os problemas inerentes à sociedade em que estamos inseridos. E por outro lado, no que se refere ao consumo, vemos uma busca pelos mesmos meios de comunicação que na questão da violência segregam uma equalização ou uma tentativa de homogeneização, tentando transformar todos em jovens consumidores.

Essa situação muitas vezes leva os próprios jovens para a criminalidade, a busca por esses bens supracitados, faz com que muitos jovens ingressem no crime. O que lhe permite um acesso aos bens que muitas vezes os meios legais não permitem. E

como já afirmamos, muitos destes jovens pegos praticando crimes, muitas vezes são exibidos em programas de caráter policial.

Estes programas que de certa maneira naturalizam os jovens das camadas populares como criminosos exercem um verdadeiro fascínio nestes próprios jovens. Por conta deste fascínio é que buscamos fazer esta análise, o que leva estes jovens a terem tanto interesse por estes programas? O que os faz celebrar o aparecimento de um conhecido seu nos mesmos?

A partir disto é que a análise passa para a questão dos programas de caráter policial, buscando compreender o porquê de estes programas serem tão aceitos entre os jovens, neste caso os adolescentes estudantes do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual.

Para isto buscamos entrevistar vinte jovens que cursavam o 3º ano do Ensino Médio de uma tradicional escola da Rede pública estadual, situada no Bairro de Bebedouro, em Maceió, Alagoas. Esta escola é caracterizada por ter uma tradição de mais de um século no bairro que possui características populares.

Perguntamos a esses jovens justamente questões relacionadas com o medo, a insegurança, a violência, além de perguntas inerentes a estes programas policiais, que de uma maneira ou de outra, possui um grande índice de audiência entre os jovens.

Verificamos em conversas com estes jovens que existe certa euforia entre eles quando comentam o aparecimento de algum conhecido seu nestes programas, podemos observar através de suas falas e depoimentos obtidos em entrevistas individuais que existem fatores interessantes relacionados a estes programas, como o fato de que os alunos entrevistados percebem que estes programas diferenciam o discurso quando se referem a crimes praticados por ricos e pobres.

Outra questão refere-se à insegurança que segundo os alunos esses programas passam, mesmo que de acordo com o que vimos nos depoimentos essa insegurança esteja confundida com a insegurança existencial de que já falamos aqui.

Para realizar esta análise das falas dos alunos, buscamos autores de grande importância para a atual análise da Teoria da Recepção. São eles Stuart Hall e Jesús Martín-Barbero, com Hall observamos basicamente a questão da mensagem midiática

a Codificação/Decodificação, que quebra com a questão do receptor passivo da mensagem midiática.

Sendo que para Hall (2009) podemos observar podemos observar três maneiras distintas de decodificação que são: a posição hegemônica dominante, quando o espectador se apropria do sentido conotado, de forma direta ou integral, a posição de código negociado, que confere posição privilegiada às definições dominantes, mas que faz uma aplicação mais negociada às “condições locais” e o código de oposição no qual o espectador compreende perfeitamente a mensagem e sua inflexão conotativa, mas faz uma decodificação de uma maneira globalmente contrária, fazendo uma leitura “contestatária”.

Além de Hall, Barbero foi utilizado por conta de sua teoria das mediações, que afirma justamente a influência do meio, do local, da cultura e que derruba a visão do receptor como “tabula rasa”, propondo a politização do receptor enquanto as demais abordagens veem o receptor como alguém que recebia a mensagem transmitida e a apreensão que se fazia dela.

Esta abordagem serve para caracterizar os próprios jovens entrevistados enquanto receptores de programas de caráter policial, existindo aí o que Barbero (1995) chama de fragmentação, já que estes programas não lhes permite tomar conhecimento das questões decisórias da sociedade.

A informação que é passada nestes programas não servirá para incluí-los ou ao menos deixá-los a par das grandes decisões da sociedade, é um tipo de informação que só circunda o próprio meio, não transcende o círculo de onde a informação é colhida, ou seja, prende o espectador apenas a esta realidade mostrada diariamente.

Além disso, existe também uma fragmentação dos públicos que segundo Barbero (1995) acaba auxiliando no processo de segregação e auto isolamento, já que esta segregação se baseia no medo, medo que todos os jovens entrevistados sentem, apesar de nunca terem sofrido um ato de violência direta. No entanto já viram ao vivo muitas cenas de violência, o que os faz ver muitas os repórteres destes programas e identificá-los como próximos de suas comunidades.

Esta proximidade verificada nas entrevistas com os alunos, passa, para estes jovens a ideia de que estes repórteres seriam verdadeiros mediadores entre suas demandas enquanto comunidade e o poder público. Isso acaba servindo de trampolim político para apresentadores e repórteres de programas de caráter policial, pois eles são vistos como próximo, alguém que pode resolver seus problemas.

Além disso, estes apresentadores e repórteres apresentam uma linguagem do meio de atuação, uma das grandes características de proximidade entre repórteres e população. A linguagem, apesar de ser extremamente segregacionista, de caracterizar o infrator pego como praticante da violência, excluído da boa sociedade, à qual só lhe resta mesmo desaparecer. E a partir daí vem a questão do não acompanhamento do processo jurídico, algo que acontece com os criminosos ricos, de acordo com a fala dos alunos, possui uma identificação com a linguagem da própria comunidade, que também classifica o jovem infrator como alguém naturalmente perverso e selvagem no qual a única perspectiva que se abriria para ele seria a cadeia ou a morte.

Essa identificação da linguagem, da proximidade, da resolução dos problemas cria uma diferença entre estes repórteres e aqueles que atuam em telejornais, raramente vistos e considerados distantes de seu mundo, já que como afirmamos, eles raramente são vistos e nenhum dos entrevistados jamais viu um repórter de telejornal, mas já viu – e alguns mais de uma vez – repórteres de programas policiais.

Mesmo com todas essas características pudemos ver através dos depoimentos que, os alunos entrevistados dão grande credibilidade para estes programas, credibilidade que pudemos perceber é dada pelo fato de estes programas possuírem uma linguagem que constrói sentidos para estes jovens. Ou seja, os jovens se identificam com os programas por conta de eles possuírem uma linguagem, um discurso que lhe é comum que possui significação.

Há uma identificação deste público com o programa, pelo fato de os jovens acreditarem que os mesmos passam a realidade, o que é realmente vivido por eles nas ruas, no dia-a-dia. Existe então uma relação de reconhecimento que os jovens não observam em outros programas ou em telejornais, que eles acreditam estarem distantes de seu mundo e serem inalcançáveis de certa forma, pois nenhum dos

entrevistados jamais viu um repórter de telejornal, mas já viu – e alguns mais de uma vez – repórteres de programas policiais.

Podemos então a partir do que conseguimos analisar nesta investigação, concluir que o fato de os jovens se comportarem dessa forma, realizando uma celebração, com certa euforia quando do aparecimento de conhecidos seus nestes programas de caráter policial se deve, sobretudo ao reconhecimento que estes jovens fazem deste tipo programa. O que de acordo com Barbero (1995), é chamado de construção de sentido, estes programas possuem credibilidade para estes jovens, usam a linguagem do bairro e por isso aparecer neles seja da forma que for é aparecer na vida real.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. In. Sociologias. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p.84-135.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARBERO, Jesús Martín. *América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social*. In. Sujeito: o lado oculto do receptor. Trad. e Transcrição Silvia Cristina Dotta e Kiel Pimenta. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Dos meios às mediações: comunicação cultura e hegemonia*. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.
- BELLONI, Maria Luiza. *Estética da violência*. In. Educação para a mídia: a ética e a estética. 8º EDIPE, Florianópolis: maio, 1996.
- BIRMAN, Joel. *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Casa do psicólogo, 2005 (col. Clínica psicanalítica).
- CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.1v, 2v.
- \_\_\_\_\_. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

\_\_\_\_\_ ; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. *O poder e a cultura de violência em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2005.

\_\_\_\_\_ ; PIMENTEL, Elaine. *Violência e criminalidade em mosaico*. Maceió: EDUFAL, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Mídia, juventude e memória cultural*. In. Educação e Sociedade., Campinas, vol. 29, n. 104 – Especial, p. 667-686, out. 2008. Disponível em [HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br).

FREUD, Sigmund. *O mal estar na cultura*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. (Biblioteca básica).

\_\_\_\_\_ ; *O Estado Nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2001. (Clássicos: 22).

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos*. Trad. Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

GOHN, Maria da Glória, *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2008

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Org. Liv Sovik, Trad. Adelaine La Guardia Resende... [et all.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 16ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MILANI, M Feizi. *Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão*. CONGRESSO NACIONAL: A SAÚDE DO ADOLESCENTE (1: 1991: Rio de Janeiro) Anais, Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina, 1991. P.389- 402.

NOVAES, Regina. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In. Culturas juvenis: os novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

ORTIZ, Renato. *A moderna Tradição brasileira*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIS, José Machado. *Buscas de si: expressividades e identidades juvenis*. In. Culturas Juvenis: os novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

PORTINARI, Denise; COUTINHO, Fernanda Ribeiro. *A roupa faz o homem: a moda como questão*. In. Culturas juvenis: os novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zhar Editores, 2006.

ROCHA, Everardo; PEREIRA Cláudia. *Juventude e consumo: um estudo sobre comunicação na cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SAKER, Fernando Augusto Simões. *Formação de códigos e sentidos: o processo de codificação/decodificação e a atuação das mediações nas notícias sobre pessoas com deficiência*. 2009.

SOUZA, Maria Laurinda Ribeiro de. *Violência*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005 (Col. Clínica Psicanalítica).

SZPACENKOPF, Maria Izabel de Oliveira. *O olhar do poder. A montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WERMELINGER, Cláudia Serra. *Formação do Estado e pacificação da vida: a abordagem da violência contemporânea a partir da obra de Elias*. In. Teoria e sociedade nº 17. 1 Janeiro- junho de 2009. P. 218-255.